



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social

Stephanie Pereira de Lima

As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!


**Uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da
Diversidade Sexual (ENUDES)**

Rio de Janeiro

2016

Stephanie Pereira de Lima

As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução! Uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara

Rio de Janeiro
2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CB/C

L732 Lima, Stephanie Pereira de.
As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer
revolução!: uma análise sócio antropológica do Encontro Nacional
Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES) / Stephanie Pereira de
Lima. – 2016.
171 f.

Orientador: Sérgio Luis Carrara.
Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Medicina Social.

1. Homossexualidade – Brasil - Teses. 2. Comportamento sexual -
Teses. 3. Identidade de gênero – Teses. 4. Movimentos estudantis –
Brasil. I. Carrara, Sérgio Luis. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 613.885

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Stephanie Pereira de Lima

As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução! Uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde

Aprovado em: 15 de fevereiro de 2016.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara
Instituto de Medicina Social – UERJ

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra.Regina Facchini
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP

Prof.^a Dra.Silvia Aguião Rodrigues
Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos - LIDIS/UERJ

Prof. Dr. Horacio Federico Sívori
Instituto de Medicina Social – UERJ

Rio de Janeiro

2016

Para Lucas Fortuna, construtor dos alicerces do ENUDS.
Filho, amigo, irmão, militante, um sorriso apagado pela homofobia.

AGRADECIMENTOS

Como todo trabalho, o percurso para esta dissertação só se tornou possível com a ajuda e apoio de inúmeras pessoas. Fazer os devidos agradecimentos para cada uma, exigiria outra dissertação. Neste momento, os agradecimentos, apesar de curtos são os maiores e mais sinceros para todos os que ajudaram este trabalho a ganhar vida.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Sergio Carrara, por toda contribuição e paciência durante esses dois anos. Dizem que o mestrado é uma relação de namoro com o seu orientador, agradeço imensamente por ter aceitado o meu pedido e guiado esse relacionamento no melhor caminho possível. Suas aulas, reuniões de orientações e conversas de intervalos me fizeram crescer e aprender para muito além das palavras e reflexões colocadas nesta dissertação. A ele agradeço por toda formação dedicada, que me fez amadurecer como pesquisadora e como pessoa localizada no mundo.

Sou muito grata a Regina Facchini, Silvia Aguião e Horacio Sívorí por terem aceitado compor a banca e contribuir para esta pesquisa, concedendo tempo e atenção ao trabalho.

À Silvia Aguião agradeço ainda por toda a atenção concedida durante a realização deste trabalho – sua interlocução foi realmente um presente que recebi no início do mestrado e do qual nunca mais abri mão.

Aos professores do IMS que, com toda dedicação e paciência, nos ensinaram o que é a Saúde Coletiva: Martinho Silva, André Rios, Maria Luiza Heilborn, Rossano Cabral, Sérgio Carrara, Jane Russo, Horacio Sívorí, Benilton Bezerra e Rafaela Zorzanelli. Em especial agradeço toda a dedicação, dentro e fora da sala de aula, das professoras Jane Russo, Rafaela Zorzanelli e do professor Horacio Sívorí, que, com suas aulas e conversas de corredor, ensinaram como a reflexão acadêmica é um processo árduo, mas, em algum momento, compensatório. Agradeço também a Adriana Vianna, que foi uma professora “emprestada” neste último ano. A troca com vocês foi fundamental para entender como se constrói um projeto de pesquisa e foi a base de sustentação deste trabalho.

Um agradecimento mais que especial para todas as secretárias do IMS, Simone Motta, Eliete Ester e Silvia Regina Constancio que desde o processo seletivo sempre estiveram com um sorriso no rosto e uma disponibilidade surpreendente para ajudar. Sem a ajuda de vocês, passar por todos os processos burocráticos fariam esta caminhada muito mais difícil. Ao sorriso diário da Magrinha e de todos que trabalham no Instituto um muito obrigado.

Além dos ensinamentos de sala de aula, o IMS me ensinou a aprender no coletivo. Entender que toda a reflexão é muito mais um processo coletivo que individual veio junto com amigos que estarão sempre ao meu lado no Coletivo de Estudantes do IMS. Em especial Leandro Gonçalves, Manuele Matias, Gabriela Barreto, Anacely Costa, Roberta Dorneles, Thais Vidaurre, Ismael Silveira, Raquel Oscar e Arthur Lobo, que desde o início ajudaram a entender como funciona um programa de pós-graduação e fizeram desta vivência um momento muito especial na minha vida. Conhecer e construir com vocês me fez uma pessoa mais forte e mais disposta para as dificuldades da vida acadêmica.

No IMS não só os professores contribuíram para a formação acadêmica, mas também o contato com toda turma do mestrado que entrou assustada no ano de 2014 e sai ainda mais. Agradeço aos colegas: Letícia Ribeiro, Brena O'Dwyer, Vitor Pereira, Maria Luiza Assad, Renata Costa, Luiza Motta, Kelliane Sá, Carlos Rocha e Thais Klein. Todas as trocas de mensagens, conversas e bares contribuíram para que esses dois anos fossem mais leves e divertidos.

Como em todo trabalho feito em conjunto, não poderia deixar de agradecer a: Rebeca Benevides, Mario Carvalho, Dário Neto, Mariana Oliveira, Rodrigo Reduzino, Elaine Gonzaga, Luiz Kleaim e Vinícius Alves. A contribuição de vocês foi para além das entrevistas e das conversas nos encontros. A amizade e toda disponibilidade no processo de escrita, fez esse trabalho ter muito mais sentido. Além disso, agradeço a todos os amigos que fiz desde o primeiro ENUDS de que participei. Ao descobrirem a pesquisa, deram toda atenção e ajuda com novidades e informações, em especial Jô, Vinicius, Rodrigo, Wellton, Misael, Bruno, Letícia, Felipe e todos dos coletivos Diversitas, Kiu! e Pontes. Além disso, agradeço ao próprio ENUDS por ter proporcionado toda a troca com pessoas incríveis, além de um trabalho e um amor.

Além de possibilitarem essa dissertação, agradeço a todos que passam e já passaram pelos ENUDS por me tornarem militante. A contribuição de vocês para uma percepção política e de atuação se une aos agradecimentos a todos os grandes amigos do Levante Popular da Juventude, do Rio de Janeiro. A todas as mulheres negras que, principalmente durante esse ano, me ensinaram a entender o nosso corpo como político. Além disso, um agradecimento especial para todos os militantes e ativistas do Transrevolução/RJ, que em todos os momentos de encontro, tornam aprendizagens eternas, principalmente a de saber o que é fazer política com o outro e entender e reconhecer os privilégios de cada um.

Minha formação não teria sido a mesma se não contasse com a troca dos colegas do Seminário de Orientação, como Vanessa Leite, Aureliano Lopes, Anacely Costa, Isabela

Scheufler, Mario Carvalho, Claudia Cunha, Margareth Gomes e Cristiana Serra. Além desses, o processo do mestrado me apresentou amigos que levarei para toda vida, em especial Bruno Zilli, Anacely Costa, Mirani Barros e Paulo Vitor Leite Lopes aos quais agradeço por todas as festas, bares, debates, trocas de livros e presentes diários.

Um agradecimento especial por todas as interlocuções acadêmicas, militantes e boêmias que a UERJ me proporcionou, em especial à Anacely Costa, Bruno Zilli, Juliana Farias e Paulo Vitor Leite Lopes.

Se o mestrado é a continuação de um processo, a troca e aprendizagem durante a graduação no IFCS, com todos os amigos que levo até hoje comigo, não poderiam deixar de ser mencionadas: Guilherme Marcondes, Everton Rangel (suas leituras forma essenciais!), Tássia Aquila, Carolina Dias, Mayra Madeira, Bruna Ramalho, Gibran Teixeira, Raquel Ribeiro, Fernanda Vianna e tantos outros fizeram daqueles quatro anos um momento único. Todo esse processo e a relação com pessoas novas me trouxeram presentes por meio de grandes amizades, em especial Sofia, Clarice, Renata, Marina, Ana Marcela, Pri, Larisse, Gabi e Juliana (obrigada pelas referências!). Para descrever a sua importância necessitaria de um agradecimento especial para cada uma.

À Carol, Mayra e Bruna, um agradecimento especial por fazerem esses últimos anos muito especiais. Obrigada por estarem, chorarem e se desesperarem comigo no momento mais difícil da minha vida e por estarem dispostas a abrir a DiSantini toda vez que fosse necessário.

À Maria Elis, uma nova amiga-irmã, agradeço por toda força e por me ensinar que ajudar os amigos é um momento de grande crescimento pessoal. Agradeço todos os dias pela sua vida.

As amizades que se tornaram convivência diária merecem um agradecimento especial: à Bruna, Malu e Andrey por todo apoio e por fazer o processo de cuidar de um lar algo coletivo e divertido. Agradeço também pelos companheiros de lares alternativos, Juninho e Halisson, que nos momentos de drama e comida foram figuras maravilhosas. Além disso, agradeço a todas que fazem parte da melhor vizinhança já formada: Juliana, Larisse, Gabi e Amanda.

Agradeço a toda minha família: minhas avós, tias, tios e primas, em especial Laís e Marja, que sempre me mostraram que nunca devemos esquecer dos lugares que nos formaram e que o aprendizado da universidade é apenas mais um, ao longo de toda uma vida.

À minha amiga-irmã das antigas, Arize, que aguentou todas as minhas fases da vida e fez delas momentos inesquecíveis. Agradeço por estar sempre ao meu lado e, por mais uma vez me salvar, fazendo toda formatação desta dissertação.

À minha companheira Leonildes Nazar que durante esses últimos anos mostrou que podemos amar e sermos retribuídos. Agradeço por toda força desde o final da graduação: sem você o processo seletivo do mestrado nem seria real e muito menos esse trabalho. Obrigada por segurar toda a barra e sempre retribuir com muito amor em todos os momentos de dificuldade nesse último ano. Sua presença na minha vida é mais que um presente, é uma razão.

Aos meus pais Rodinei e Marluvia, e a minha irmã Beatris. Não tenho de fato palavras que possam significar o quanto sou grata a vocês, durante todos os anos da minha vida. Mais do que uma família vocês são a minha força e a base para todas as conquistas. À minha mãe, agradeço por me ensinar a ter força e aprender que somos mais fortes do que pensamos. Ao meu pai, agradeço por todo carinho, histórias, músicas e conversas e, principalmente, por todo apoio e diálogo sempre, me entendendo mais que eu mesma. À minha irmã, agradeço por me ensinar todo dia o que significa os sentimentos de troca e cuidado.

Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frentes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você.

Audre Lorde

RESUMO

LIMA, Stephanie Pereira. *As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!* Uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS). 2016. 171f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS) surgiu no ano de 2003 como espaço de ação política contra casos de homofobia e machismo no ambiente universitário, além de se constituir como lugar de debate sobre o tema da “diversidade sexual”. Hoje, já na XIII edição, o ENUDS reúne “grupos” e “coletivos” que se articulam em torno da temática sobre gênero e sexualidade e visa se consolidar como espaço de discussão “acadêmica” e “política”. Em vista disto, a pesquisa busca reconstruir a trajetória sócio-antropológica dos Encontros de modo a analisar as dinâmicas e nuances que se processam dentro de seu espaço, como as formas de organização política, a inserção de novos sujeitos e identidades e o diálogo com a “academia”. A primeira parte do trabalho se dedicará à reconstrução histórica das edições. Assim, para percorrer as edições do ENUDS, serão utilizados materiais colhidos do evento em campo sobre as Edições passadas e informações oriundas das entrevistas semiestruturadas com participantes e ex-participantes. A segunda parte do trabalho se propõe analisar as categorias que surgem no campo como: “grupo/coletivo”, “ativista/militante”, “institucionalizado/ não-institucionalizado” e “horizontalidade”. Na terceira parte desta dissertação é explorado como se manifestam os ideais de liberdade sexual, dissolução da hierarquia e convenções de gênero e a prática política da “fechação” nos espaços do ENUDS a partir de uma categoria central no campo: a “experiência”. Procuo, portanto, explorar as argumentações que justificam essa “vivência”, bem como os momentos de limites e tensões desses ideais.

Palavras-chave: Diversidade sexual. Movimento estudantil. ENUDS. Movimento LGBT. Brasil.

ABSTRACT

LIMA, Stephanie Pereira. *The bi, the gay, the trans and the dykes are all organized to make the revolution! A social-anthropological analysis of the College Sexual Diversity National Encounter (ENUDS)*. 2016. 171f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

The Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (College Sexual Diversity National Encounter – ENUDS) began in the year of 2003, as a place for political activism against sexist and homophobic cases inside the university environment, also being built as a place for the “sexual diversity” discussion. Nowadays, in its XIII edition, the ENUDS gathers “groups” and “collectives” that articulates themselves around the Gender and Sexuality theme and aims to reinforce itself as a space of “academic” and “political” discussion. Therefore, this research seeks rebuild the social-anthropological path of the ENUDS, in order to analyze all the dynamics and nuances that occur inside its space, along with the means of political organization, the insertion of new subjects and identities and the dialog with de “academy”. The first part of the research will take the effort to the historical rebuilt of the editions. In that direction, to “tell” the ENUDS’s History, materials and brochures from the past editions collected on the field along with semi-structured interviews with participants and ex-participants will be used. The second part of the research intends to analyze the categories that came up on the field, such as: “group/collective”, “activist/militant”, “institutionalized/non-institutionalized” and “horizontality”. In the third part of the thesis, it’s explored how it is manifested the ideals of sexual liberation, hierarchy and gender convention dissolution and the political praxis of “fechação” in the ENUDS spaces, from a central category on the field: the “experience”. Therefore, I look for the arguments that justify this “living”, in addition to the limit points and tensions of those ideal ideas.

Keywords: Sexual diversity. Student movement. ENUDS. LGBT movement. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Cartaz do I ENUDS.....	32
Figura 2 –	Cartaz do II ENUDS.....	39
Figura 3 –	Cartaz do III ENUDS.....	45
Figura 4 –	Cartaz do IV ENUDS.....	48
Figura 5 –	Cartaz do V ENUDS.....	53
Figura 6 –	Cartaz do VI ENUDS.....	57
Figura 7 –	Cartaz do VII ENUDS.....	59
Figura 8 –	Cartaz do VIII ENUDS.....	62
Figura 9 –	Cartaz do IX ENUDS.....	67
Figura 10 –	Cartaz do X ENUDS.....	69
Figura 11 –	Cartaz do XI ENUDS.....	71
Figura 12 –	Cartaz do XII ENUDS.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Edições do ENUDS	83
Quadro 2 –	Edições dos Pré-ENUDS	86
Quadro 3 –	Entrevistados	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABIA	Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
ANTRA	Articulação Nacional das Travestis, Transexuais e Transgêneros do Brasil
APOGLBT	Associação da Parada do Orgulho
ATRANSPARÊNCIA	Associação de Travestis e Transexuais Potiguares na Ação pela Coerência no Rio Grande do Norte
Ceafro	Programa de Educação para Igualdade Racial e de Gênero
CELLOS	Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual
CGU	Controladoria Geral da União
CLAM	Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CMI	Central de Mídia Independente
CN	Comissão Nacional do ENUDS
CO	Comissão Organizadora do ENUDS
COCEN	Coordenadoria de Centros e Núcleos
Conjuve	Conselho Nacional de Juventude
CONUEE-SP	Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo
CONUNE	Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ENECOS	Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação
EOP	Estrutura de Oportunidades Políticas
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP
FSM	Fórum Social Mundial
GALF	Grupo de Atuação Lésbico-Feminista
GDN	Grupo de Diversidade de Niterói
GDT	Grupo de Discussão Temática do ENUDS
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
GUDDS	Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual
ICM	Igreja Cristã Maranata
IDH	Interações Culturais e Humanísticas da UFPR

LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEC	Ministério da Educação
MH	Movimento Homossexual
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUH	Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT
ONG	Organização Não Governamental
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SDH	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SECAD	Secretaria de Educação Continuada do Ministério da Educação
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SG	Secretaria Geral da Presidência da República
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
TICs	Tecnologias de Comunicação e Informação
TPP	Teoria dos Processos Políticos
UEB	União Estadual dos Estudantes da Bahia
UEE-SP	União Estadual dos Estudantes de São Paulo
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná

UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UJS	União da Juventude Socialista
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNODC	Escritório de Drogas e Crimes das Nações Unidas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	DA FORMAÇÃO À REINVENÇÃO: O ENUDS EM EDIÇÕES	31
1.1	Os anos de formação: do I ao V Encontros	31
1.2	O momento de euforia: do V ao VIII Encontros	53
1.3	A emergência e o retorno de formas de organização política: do IX ao XII Encontros	65
2	O ENUDS NA INTERSEÇÃO ENTRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL, O MOVIMENTO LGBT E A “ACADEMIA”	87
2.1	Teoria sobre novos movimentos sociais: observações iniciais	88
2.2	“Institucionalizado x não-institucionalizado”: a primeira diferenciação do ENUDS	95
2.3	A diferenciação de outras categorias: “ativista/militante”, “grupo/coletivo” e “horizontalidade”	107
2.4	ENUDS e o diálogo com a “academia”	117
3	OS SUJEITOS, A “EXPERIÊNCIA”, E OS LIMITES DOS IDEAIS DO ENUDS	125
3.1	O ENUDS como uma “experiência”	126
3.2	Os “ex-enudianos”: a expulsão de cinco participantes no XI ENUDS	138
3.3	Todo mundo nu: a separação de chuveiros cis/trans no XII ENUDS	144
3.4	Os limites da “fechação” no ato público do XII ENUDS	146
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS	156
	APÊNDICE A – Documentos analisados	164
	ANEXO A - Preparação do Ato-Público do XII ENUDS	166
	ANEXO B	167
	ANEXO C	168
	ANEXO D	169

INTRODUÇÃO

Aqui, é cada um querendo “fechar” mais que o outro.

A primeira vez no ENUDS

Pensar o ENUDS¹ é, antes de tudo, refletir sobre um lugar de convivência, troca e “experiência”² para um conjunto de jovens que estão nas universidades brasileiras. A minha primeira experiência com o ENUDS se deu em aproximação sucessiva, a partir de 2011. Primeiramente, eu soube da existência do Encontro, apenas imaginando o que ele seria. Esse primeiro contato foi quando descobri que seria realizado em 2011 o IX ENUDS, em Salvador. Apesar de já estar na universidade há três anos, o Encontro era algo estranho para mim e não circulava como assunto entre mim e meus amigos, em sua maioria gays e lésbicas. Apesar de não lembrar exatamente quem me convidou para o ENUDS, lembro claramente que eu e dois amigos ficamos muito empolgados com a possibilidade de participar de um Encontro, que, segundo imaginávamos, “só ia ter bicha e sapatão”; e principalmente que aconteceria na Bahia, estado que todos nós amávamos.

Essa edição do Encontro só ocorreu em fevereiro de 2012 por um problema burocrático com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) no processo de sua construção em 2011 – ano que foi tomado por uma longa greve nas universidades federais, cuja duração se estendeu por aproximadamente 3 meses e meio.³ Pelo que me recorde de comentários sobre a paralisação, a UFBA teria saído da greve bem mais tarde. Ou seja, viveu quase 5 meses de

¹ A partir das discussões travadas na XII edição, em 2014, o encontro passa a se denominar ENUDSG – Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero – tema que será tratado durante o primeiro capítulo dessa dissertação. Entretanto, o presente trabalho utiliza a denominação anterior ENUDS – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual uma vez que esta é a nomenclatura utilizada na maior parte do período analisado.

² As aspas serão utilizadas para marcar os termos e categorias do campo ou de outros autores. Para demarcar termos, conceitos ou características por mim empregados, será usado itálico como meio de diferenciação.

³ Isso aconteceu também por um problema entre o Coletivo KIU!, que organizava o Encontro, e a UFBA – uma descrição mais detalhada sobre isso encontra-se no Capítulo 1 desta dissertação.

greve. O Encontro, que aconteceria no meio do verão em Salvador, fascinava a mim e a meus amigos. Durante todo o mês de janeiro, em que estávamos em aula, conversávamos sobre como seria maravilhoso estar naquele lugar e nos mobilizávamos para conseguir vaga em algum ônibus que conduziria os participantes. Por sermos alunos da Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ), ir em um ônibus disponibilizado pela universidade fazia sentido. Porém, a UFRJ não conseguiu ônibus com a Reitoria naquele ano. Lembro bem que participamos de uma reunião no meio do mês de janeiro, no alojamento da universidade, no Fundão (Ilha do Governador/RJ), com as pessoas que gostariam de ir ao Encontro e com quem estava na comunicação direta com a Reitoria. Como o prédio das Ciências Sociais da UFRJ se localiza no centro da cidade, qualquer ida ao Fundão, 40 minutos distante do centro, só podia ser por algo “muito importante.

Eu e meus amigos esperamos ansiosamente pela liberação do ônibus, mas ela não ocorreu. Logo depois, tentamos vaga nos ônibus da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mas estavam lotados. Nesse momento, o ENUDS se configurou como uma fantasia que não foi realizada e teve que aguardar.

Naquele mesmo ano, no mês de novembro, ocorreu o X ENUDS. Pela primeira vez em 10 anos, ocorriam dois Encontros no mesmo ano. O X ENUDS foi organizado pelo grupo Pontes da UFRRJ, no Rio de Janeiro. Agora, com o Encontro no meu estado, não teria como não ir. Aquele Encontro, diferente da maioria, se estenderia por seis dias. Isso se deu porque naquele novembro houve um feriado que caía em uma quinta-feira e outro na terça seguinte, e a maioria das universidades estabeleceu um calendário de modo a emendar os feriados.

Apesar de o Encontro ter durado seis dias, eu e uma amiga só chegamos à cidade de Seropédica, onde se localiza a UFRRJ, no domingo à noite, a apenas dois dias de seu término. Chegando à universidade, percebemos que a maioria dos participantes não estava no local, pois tinham ido para a Parada do Orgulho do Rio de Janeiro, em Copacabana, na tarde daquele dia. O nosso desejo de participar de uma festa do Encontro, teve que aguardar até o dia seguinte.

Embora estivesse realmente mais esvaziado, eu e minha amiga fomos até o local de alojamento dos participantes para começar a descobrir um pouco sobre aquele novo lugar. Encontramos alguns amigos que estudavam na UFRRJ e começamos a beber perto de um prédio onde as pessoas estavam acampadas (apesar de ser proibida a venda de bebida dentro de algumas universidades, essa regra não se aplica à UFRRJ). Já naquele momento, surgiu a curiosidade de saber quem eram as pessoas que frequentavam o ENUDS e o que elas faziam.

Porém, muito distante do objetivo de fazer um trabalho de campo, naquele momento eu queria apenas compartilhar aquela “experiência”. Como disse Jô⁴ em relato, colhido durante o II Pré-ENUDS, em Niterói/RJ (2014): “lá [no ENUDS] você sente uma liberdade inimaginável que você quer compartilhar”⁵, referindo-se à imagem do Encontro como um lugar de “pegação”⁶. Era isso: para mim, como iniciante, o ENUDS era um “lugar de liberdade”, em que não precisaria ter medo de dizer que sou “sapatão” ou ter medo de “chegar” em alguma menina e ser rechaçada porque ela “é hétero”. Ali, todo mundo era, para mim, “gay” ou “sapatão” (ainda não passava pela minha cabeça que o espaço também seria ocupado por pessoas trans⁷ ou outras categorias identitárias, conforme viria a descobrir mais tarde). Ou seja, eu estava ali para fazer “pegação”, mas, para, ao olhar a programação do Encontro, outras curiosidades vieram à tona: o que eles fazem ou como atuam naquele campo?

Ainda que tivesse participado do Encontro durante dois dias, circulei apenas por um espaço chamado Grupo de Discussão Temática (GDT) Rumos e Perspectivas. Minha falta de conhecimento não me fez então perceber com clareza o que significava o GDT. Só mais tarde

⁴ Jô era então aluno de graduação em pedagogia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e tinha participado do ENUDS pela primeira vez em sua IX edição. Nas edições seguintes (X, XI e XII) participaria de sua organização. Ainda hoje, compõe o Grupo de Diversidade Sexual Diversitas da UFF.

⁵ Retirado do caderno de campo (12/08/14).

⁶ Oriunda ao que parece do universo de sociabilidade gay, a expressão “pegação” é utilizada para designar o ato de uma pessoa ter relações afetivo-sexuais com uma ou mais pessoas no mesmo ambiente, podendo ou não manter-se anônima. Designa, grosso modo, o exercício de uma sexualidade hedonista, sem compromisso com o estabelecimento de laços afetivos ou conjugais mais estáveis.

⁷ Utilizo neste trabalho o termo trans como referência a travestis, transexuais, homens trans, trans homens e transgêneros.

descobriria que, depois das Plenárias Inicial e Final, era o momento mais importante do evento. Com um número grande de participantes, o GDT foi composto por rodas de discussão de aproximadamente 20/30 pessoas para organizar as demandas e sugestões que seriam levadas à Plenária Final.

Para além da noite anterior, aquele foi o primeiro momento em que pude ver quem participava do Encontro. Lembro que, quando estava sentada na roda, chegou um menino de saia comprida, o que me deixou espantosamente feliz. A felicidade era por ver que um menino podia usar saia ali sem que ninguém dissesse nada, nem achasse estranho ou, pelo menos, que não se manifestava nenhuma estranheza. Parecia que todos ali poderiam fazer o que quisessem. Infelizmente, não tenho nenhuma memória clara sobre o que foi dito naquele espaço, mas lembro-me vagamente de reclamações sobre a estrutura e algumas formas de organização do grupo Pontes.

Depois de participar do GDT, encontrei uma amiga em um bar que existe dentro da universidade e fiquei lá conversando e tocando violão com um grupo de pessoas desconhecidas vindas do Maranhão. Apesar de já estar então há três anos na universidade, eu nunca tinha participado de nenhum encontro estudantil nacional. Com isso, essa troca e contato com pessoas de Estados tão distantes era quase exótico para uma jovem que tinha acabado de sair do subúrbio do Rio de Janeiro.

No meio de músicas, cantadas, cerveja e miojo, outros participantes do Encontro passavam e sempre faziam algum comentário que me deixava extremamente curiosa. A maioria comentava sobre algo que outra pessoa tinha falado em conversa particular, na plenária, ou, como eles diziam, sobre algum “bafão”⁸ do evento. O ambiente era dinâmico e comentava-se desde sobre o que estava sendo feito no chamado “banheirão”⁹ – um vestiário de onde a organização retirou as cortinas entre os chuveiros e que ficava no escuro, sendo impossível acender a luz –, até sobre os embates em torno da posição teórica de cada um. Conforme eu ouvia: “alguns são *queer*, outros marxistas”.

⁸Ato de fazer escândalo e confusão.

⁹ “Pegação” que ocorre dentro de banheiros públicos.

Em meio a isso, palavras de ordem tomavam o lugar e ecoavam de maneira espontânea o tempo todo. Uma dessas palavras de ordem, até hoje presente nos espaços do ENUDS, foi: “As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!”. Referia-se assim à união de inúmeros sujeitos (bissexuais, gays, travestis, transexuais e lésbicas) para a “revolução”. Essa palavra de ordem me chamou a atenção tanto por fazer um convite à unidade de diferentes sujeitos, como por ser uma convocação para que esses sujeitos se organizassem a partir de uma pauta de esquerda, como uma revolução social, política, econômica e cultural, pontos destacados em vários momentos. Além disso, coloca todos os sujeitos no feminino como “as” gay, por exemplo.

A festa, que aconteceria na noite daquele dia, antes um momento muito esperado por mim porque seria mais fácil de “algo” acontecer, deixava de ser o centro do evento. O dia inteiro tinha me mostrado que não precisava de bebida e noite para que alguma coisa muito curiosa e divertida pudesse acontecer.

Não apresento a minha trajetória anterior ao início do trabalho de campo para afirmar que um processo linear deu origem à pesquisa, mas para reconhecer que começar como participante e terminar como pesquisadora desdobrou-se em distintas perspectivas sobre o evento e as pessoas que o frequentam, com as quais, eventualmente, firmei relações, contatos e trocas pessoais e profissionais. O lugar que ocupo no campo interfere na minha reflexão não somente sobre os modos de fazer etnografia, mas também na minha compreensão de que estou localizada em um contexto histórico, o que, ademais, é determinante para os diversos acontecimentos que espero poder colocar em perspectiva ao longo do texto. O que separa os dois momentos – a metamorfose de participante para pesquisadora – é o intervalo de uma edição, ou seja, quase um ano. No entanto, as relações que estabeleci antes e depois atravessaram todo o meu período de contato com o campo, inclusive durante esse pequeno hiato.

O debate antropológico acerca do pesquisador ser também militante do próprio campo é antigo na antropologia brasileira e passou a receber mais atenção a partir dos escritos de Ruth Cardoso (1988) e Eunice Durhan (1988). A reflexão de Durhan, sobretudo, dizia respeito à movimentação de seus alunos, que estudavam movimentos sociais dos quais eles

eram participantes. A autora cunhou o termo “participação observante”, ao invés de “observação participante”, com objetivo de alertar sobre os perigos de uma empatia que impediria o distanciamento crítico na forma de compreender o “outro”. Dentro do campo dos estudos sobre gênero e sexualidade, essa aproximação entre os pesquisadores e o campo político apresenta-se constantemente. Segundo Carrara:

“Seu caráter [dos estudos sobre sexualidades e expressões de gênero não-normativas] ainda marginal, estigmatizado ou abjeto, faz com que as implicações políticas de qualquer discurso científico sejam apenas mais evidentes. Embora nem sempre seja fácil, desenvolver pesquisas em aberto diálogo com militantes, formuladores e gestores de políticas públicas pode permitir que lidemos sem ingenuidades com tal dimensão e que, como dizia Howard Becker, saibamos pelo menos vagamente de que lado estamos (Becker 1977).” (CARRARA, 2013)

Além da necessidade ética de explicitar a minha posição e como a mesma era vista durante a pesquisa, cabe destacar o tratamento e o entendimento das informações oriundas do campo. Como participante ou enudiana, isto é, como parte daquilo que seria o “nós” o sujeito coletivo que se forjava naquele espaço, as informações chegavam a mim sem ressalvas ou questionamentos. Quer dizer, na medida em que aprofundava a pesquisa, a ideia de que fazia parte de um “nós” propiciava conexões e marcava as contribuições que recebia. Percebia que, durante conversas informais, as falas continham explicações mais densas do que o comum. Muitos ressaltavam que conversavam comigo com o objetivo de deixar uma marca, certa versão sobre determinado fato ou assunto apontado, de modo que ficasse claro que assim deveria ser colocado na pesquisa. Em campo, cheguei a ouvir inúmeras vezes de participantes, conselhos e dicas sobre como analisar o ENUDS de maneira mais profunda. Diziam, por exemplo que enriqueceria o trabalho se olhasse mais atentamente os temas dos trabalhos que eram apresentados no Encontro ou se descrevesse as edições. Essa interação e afetação do/no campo são a base da pesquisa antropológica, como diz Carrara:

“Através dessas negociações as experiências sociais que coletamos ou registramos e que são a base do conhecimento antropológico, misturam-se não apenas às nossas perspectivas teóricas, cujas dimensões políticas não podem ser subestimadas, mas também às de outros atores, situados no universo convencionalmente designado como ‘político’ - os ativistas, certamente, mas também gestores de políticas públicas, legisladores e operadores do direito.” (CARRARA, 2013)

A afetação política, para além da minha identificação com as identidades sexuais e de gênero dos participantes (lésbica e universitária), consubstancia o desejo de produzir um trabalho que contribua simultaneamente para os campos político e acadêmico, no sentido de Bourdieu (2003). Além disso, o caráter híbrido do ENUDS – evento a um só tempo “acadêmico” e “político” - faz com que a minha presença no campo como militante e pesquisadora seja recebida com apreço.

O ENUDS se desenvolve nas fronteiras entre o que Bourdieu (2003) designou como campo científico e como campo político, mas pode ser ele mesmo tratado como um campo específico. Isso permite compreender tanto as relações que se estabelecem dentro do Encontro, como as relações entre o ENUDS e os demais atores – como o movimento estudantil¹⁰, o movimento LGBT e grupos de pesquisa (como será desenvolvido nos capítulos 1 e 2). Assim este trabalho tenta resgatar, como perspectiva metodológica, a ideia de campo para permitir observar as relações estabelecidas entre os sujeitos e seus modelos de atuação quando articulam academia e política. Desse modo, a noção de campo demarcará metodologicamente a diferenciação entre o que é entendido no ENUDS como “acadêmico” e “militante”, ou seja, entre o que se entende como sendo o campo científico e o campo político.

De modo geral, o termo “acadêmico” (ou “academia”) apareceu em campo para designar o conjunto de professores e pesquisadores que participam do campo científico que atualmente gira em torno do tema da diversidade sexual e de gênero. O desejo de tornar o Encontro e a “militância da diversidade sexual”¹¹ um lugar de diálogo “acadêmico” e “político” fez com que, a partir do V ENUDS – como veremos no capítulo 1 –, houvesse uma aproximação maior com grupos de pesquisa das universidades. Isso não se deu sem tensões, uma vez que tal aproximação fez com que aquele Encontro fosse criticado como muito “acadêmico”.

¹⁰ Neste trabalho, não desenvolveremos mais profundamente a relação do ENUDS com as organizações do movimento estudantil e grupos de juventude políticos-partidários. Para leituras mais atentas sobre essas relações, vide: Fernandes, 2007; Machado, 2007; Mesquita, 2006.

¹¹ O termo “militância da diversidade sexual” é utilizado no ENUDS para designar os espaços e atuação política dos grupos e coletivos que o compõem.

A estreita interação entre os campos científico e político, no sentido de Bourdieu, foi comum na história do movimento LGBT. Como veremos no capítulo 2, o surgimento do movimento homossexual (MH) e do grupo SOMOS¹² se deu na universidade e os estudos e debates que nela ocorriam eram levados para os espaços do movimento. Essa interação se deveu, principalmente, porque os sujeitos que protagonizaram esse momento de surgimento eram universitários ou frequentavam o ambiente universitário¹³. Com isso, as trocas entre o movimento LGBT e pesquisadores e pesquisadoras da área de estudos de gênero e sexualidade se tornaram mais significativas do que em outras áreas e movimentos.

Todavia, ainda que seja possível aproximar o ENUDS do processo de origem do movimento LGBT (logo, com do grupo SOMOS), é importante não cometer anacronismos. O ENUDS se desdobra em outro contexto histórico e é outro o perfil social de quem está inserido e frequenta as universidades públicas¹⁴. Além disso, o próprio diálogo proposto pelo ENUDS para a “academia” teve sua intensidade modulada ao longo dos anos, como veremos mais à frente também no capítulo 2. Finalmente, nesse diálogo com a “academia” o Encontro distingue certos grupos de pesquisa, professores e debates, compreendidos como “aliados”, de outros, vistos como “oposição”, caracterizados pejorativamente como “academicistas”¹⁵. A leitura entre a “academia” “aliada” ou “oposicionista” varia com o decorrer de cada edição, do

¹² O Somos (Grupo de Afirmação Homossexual) surge em 1979, em São Paulo. O Grupo consolidou o movimento homossexual (MH) como interlocutor na discussão sobre o tema da homossexualidade (MACRAE, 1990).

¹³ Contudo, essa não era a única razão para essa interlocução, como afirma Carrara (2013), neste momento de formação do movimento, a homossexualidade era “gerida” pela medicina e por isso o diálogo com a “academia” era fundamental.

¹⁴ Com o processo de implantação das cotas (raciais/étnicas e socioeconômicas), primeiro em universidades estaduais e, posteriormente, nas federais, em conjunto com as mudanças do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a universidade pública brasileira passa a ser ocupada por diferentes sujeitos, não mais apenas brancos ou de classe média, havendo aumento no número de negras e negros, jovens da periferia, etc. Essa questão será resgatada novamente e com maior profundidade ao longo do texto. Contudo, pelos limites de tempo da pesquisa, não foi possível aprofundar os debates dos marcadores de classe e raça entre os entrevistados e participantes do Encontro.

¹⁵ “Academicista” em geral qualifica aqueles que preconizariam o debate teórico-reflexivo em si, ao invés de relações e reflexões para formulações de pautas políticas. A pluralidade do ENUDS faz com que o próprio Encontro seja muitas vezes acusado de “academicista”.

contexto histórico situado e dos grupos e coletivos que organizam cada ENUDS, como se apresenta no capítulo 1¹⁶.

O campo

A pesquisa da qual resulta esta dissertação partiu do processo etnográfico iniciado no XI ENUDS, em 2013. Atualmente, o Encontro está na XIII edição, mas a dissertação o acompanhou até a XII, em 2014. O campo para este trabalho se inicia ainda na graduação e continua de modo mais sistemático em 2014, embora tenha sido precedida de uma vivência inicial como participante do ENUDS, em 2012, como descrito anteriormente. O desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica em um espaço de encontros necessita percebê-los como eventos com duração pré-estabelecida e que reúnem um grande número de pessoas, grupos e coletivos. Observamos que, para compreender como se apresentam os espaços do ENUDS, é preciso voltar o olhar etnográfico para os processos e práticas que constituem cada Encontro¹⁷. Com isso, a participação em espaços de construção do XII ENUDS, em 2014, foi realizada com o objetivo de compreender melhor as estratégias de negociação e formação dos Encontros. Desta forma, compõem o trabalho de campo desta dissertação participação no XI ENUDS (2013); no II Pré-ENUDS, realizado na UFF, em Niterói/RJ (2014); assim como no curso de coordenadoras¹⁸, realizado antes do XII ENUDS (2014); e no próprio Encontro, em 2014, na UFERSA, em Mossoró/RN.

¹⁶ Como se verá ao longo da dissertação, as fronteiras entre as esferas da academia e da política são negociadas o tempo todo e expressões como “acadêmico”, “militante”, “ativista”, etc., utilizadas constantemente pelos sujeitos da pesquisa para posicionarem a si e aos outros. Para não sobrecarregar o texto com aspas, elas em geral não serão utilizadas, embora tais termos/expressões devam ser lidas como estando sob rasura ao longo de toda dissertação.

¹⁷ Para uma análise sobre pesquisa etnográfica em encontros de movimentos sociais, ver: Centelhas, 2015.

¹⁸ Segundo publicação do Coletivo Divergen na página do XII ENUDS, “O Curso de Coordenadoras é fruto de uma proposta da Comissão Organizadora (CO) do XII ENUDS, que entende a construção coletiva da militância LGBT como um dos maiores princípios para a organização política e para o fortalecimento dos coletivos que participam do encontro. [...]Assim, o curso de coordenadoras busca a construção de um espaço de auto-organização e formação política, que tem por finalidade reunir colaboradoras [que poderia ser quem tivesse interesse] para a organização e andamento do ENUDS, no período de sua realização. A iniciativa convida todas

Considerando que o escopo central desta pesquisa é o resgate da trajetória do ENUDS, foram mapeados os documentos (ver apêndice A) produzidos nos Encontros entre os anos de 2003 a 2014 (atas, regimentos, pautas de reunião, e-mails, blogs, grupos de discussão online, etc.). Além dessa reunião documental, entrevistas semiestruturadas com participantes e organizadores das últimas edições compõem o material empírico sobre o qual se constitui este trabalho.

As fontes utilizadas foram recolhidas por meio de buscas intensas em sites e blogs antigos dos Encontros. Apesar de em todos os Encontros ter sido criada uma página on-line para acesso à inscrição, programação e avisos, com o passar dos anos as páginas são *deletadas* e os registros físicos se perdem. Além do acesso às páginas dos Encontros que ainda estão no ar, grupos de e-mail públicos e grupos em redes sociais (Orkut e Facebook) possibilitaram o contato com as atas das plenárias, programações, cartazes dos ENUDS, moções de repúdio aprovadas etc. O acesso a mídias sociais e a tecnologias de comunicação e informação (TICs) contribuiu para o enriquecimento do material de pesquisa, já que as “redes sociais” atualmente impulsionam grupos, redes e “movimentos juvenis” a se comunicar de maneira “horizontalizada, dinâmica e multicêntrica”¹⁹ (NOVAES; ALVIM, 2014).

As dificuldades de acesso aos registros físicos e até mesmo a não mais existência dos mesmos fizeram com que fosse crucial a recuperação de informações através da história oral, por meio de entrevistas com participantes e organizadores dos Encontros. A minha participação anterior no ENUDS facilitou a realização das entrevistas para pesquisa, que foi identificada como sendo “nós falando por nós mesmos”, conforme afirmou um dos participantes ao saber que eu estava pesquisando sobre o Encontro.

A minha trajetória pessoal dentro do ENUDS e em alguns “grupos” e “coletivos” de “diversidade sexual” do Rio de Janeiro, permitiu um diálogo mais eficaz com o espaço e com

para somar-se à CO alguns dias antes do encontro para pensar a organicidade e todas as tarefas do ENUDS”. Disponível em: < <http://xiienuudsmossoro.wix.com/xiienuudsmossoro#!curso-de-coordenadoras/c1r5a>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

¹⁹ Neste trabalho não será analisado a relação das mídias sociais com o ENUDS, todavia, alguns trabalhos sobre movimentos sociais, principalmente, de jovens vêm apresentando como as “redes sociais” impulsionaram grupos e organizações e sem dúvida também foram importantes para levar suas reivindicações ao espaço público. Ver: Carvalho, 2015; Novaes; Alvim, 2014; Albuquerque, 2014.

os meus interlocutores da pesquisa, algo que não pode ser descartado por ter sido um fator crucial para o contato com o campo. Das oito entrevistas realizadas para este trabalho, parte foi feita no Rio de Janeiro, parte durante o XII ENUDS e uma foi realizada on-line. No processo de escrita da dissertação, ao perguntar sobre o uso de nomes fictícios, todas(os) as(os) entrevistadas(os) pediram para que fossem mantidos os seus nomes. Devo destacar que uma das entrevistadas, ao pedir para ser identificada, afirmou: “eu quero é visibilidade!”, reconhecendo o trabalho como registro histórico e enfatizando que seus participantes devem ser lembrados.

Segue, então, uma breve descrição das(os) interlocutoras(es) por ordem cronológica de participação nos ENUDS²⁰:

Dário Neto²¹, na ocasião do surgimento do ENUDS, era aluno de graduação em Letras na Universidade de São Paulo (USP). Além de seu importante papel na criação do Encontro, ele compôs a Comissão Nacional (CN)²² nos primeiros Encontros e ainda participa dos ENUDS, sendo considerado um dos participantes mais antigos. Hoje, Dário, integrante do PSOL, é doutor em Letras pela USP.

Mario Carvalho era estudante de graduação em Psicologia na USP, à época de surgimento do ENUDS. A partir de 2004, tornou-se integrante da União Nacional dos Estudantes (UNE) e filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), dirigindo, a partir de 2005, a Diretoria GLBT²³ da UNE em seus primeiros anos. Participou dos Encontros até a IV edição e hoje é doutor em Saúde Coletiva pela UERJ.

²⁰ Para consulta no decorrer da leitura, ver: Quadro 3.

²¹ Apenas o primeiro nome será utilizado ao longo do texto.

²² A Comissão Nacional, até o XI ENUDS, era formada por duas pessoas por estado. Ela é responsável pela construção da programação do Encontro, pela elaboração do tema, pelos convidados, em conjunto com a Comissão Organizadora, por meio de reuniões virtuais e nos Pré-ENUDS que antecedem o Encontro (ENUDS, 2009). A partir do Encontro de 2013, a CN passa a ser formada por um conjunto de grupos e coletivos que se candidatariam, durante a Plenária Final. A mudança foi defendida e vista como uma maneira mais “coletiva” para o processo de construção do ENUDS.

²³ Utilizo GLBT como referência aos acontecimentos anteriores ao ano de 2008, visto que a partir da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada naquele ano em Brasília, foi acordada a mudança de ordem das letras “G” e “L” na sigla, estabelecendo a referência LGBT, e não mais GLBT, supostamente para uma maior visibilidade do movimento lésbico (BRASIL, 2008).

Luiz Klein foi da Comissão Organizadora (CO)²⁴ do IV ENUDS, em Vitória. Na época, era aluno de graduação em Letras na UFES, e, no ano do Encontro, estava também na organização da Parada do Orgulho de Vitória. Hoje, é professor na Universidade del Norte, na Colômbia.

Rodrigo Reduzino participou do ENUDS pela primeira vez na IV edição, em Vitória. Na ocasião, era aluno da UERJ e tinha relações com os integrantes do grupo de diversidade da UFF, o Diversitas. Além de ter participado de algumas edições seguintes, auxiliou na organização da X edição, em Seropédica/RJ, e hoje faz mestrado na UFF.

Elaine Gonzaga começou sua militância em 2005 no Grupo de Estudos e Trabalho de Combate às Opressões da Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação (ENECOS). Em 2006, começa a frequentar o Grupo Colcha de Retalhos, na Universidade Federal de Goiás (UFG), no qual permanece até o término do grupo, em 2013. Entre os anos de 2011 e 2014, trabalhou na Gerência da Diversidade do Estado de Goiás e, no biênio 2014 – 2016 permanece como presidenta do Conselho Estadual LGBTT do Estado de Goiás. Elaine participou do ENUDS pela primeira vez na V edição, em Goiás, como Comissão Organizadora e compôs a Comissão Nacional nas VI, IX e XI edições.

Mariana Oliveira participou do ENUDS e compôs a Comissão Nacional durante parte de seu período de graduação na UFRRJ, entre a V e a X edição. Também, na época, participava de espaços de vivência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e hoje é do partido Consulta Popular e da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), além de mestre pela UFRRJ.

Vinicius Alves conheceu o ENUDS através do evento “Universidade Fora do Armário”²⁵ e participou pela primeira vez na VI edição, quando era estudante de graduação da

²⁴ A Comissão Organizadora (CO) é formada pelo coletivo ou grupo que organizará o evento, muitas vezes situado na universidade sede. Ela é responsável por toda a estrutura do evento, ou seja, pelos pedidos de financiamentos.

²⁵ Organizado pela Diretoria LGBT da UNE o projeto “Universidade Fora do Armário”, fez a organização, a partir de 2005, estar presente em diversas Paradas do Orgulho LGBT e ampliar sua aliança com o Movimento LGBT. Com objetivo de levar, ainda mais, as pautas do movimento LGBT para o movimento estudantil. Ver: Novaes; Alvim, 2014.

UFBA. Foi Comissão Nacional na VII edição e Comissão Organizadora na IX edição, em Salvador, além de ter participado da VIII e X edições. Sendo militante do Coletivo KIU! da UFBA desde 2007, hoje representa o Coletivo como vice-presidente do Conselho Estadual da Bahia, e, na Diretoria executiva da ABGLT²⁶, como Secretário de Relação com os movimentos sociais. Além disso, Vinicius é filiado ao PT e coordena, junto com Keila Simpson (vice-presidente da ABGLT), o Centro de Promoção e Direitos LGBT de Salvador²⁷, além de também representar a ABGLT no Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)²⁸ na cadeira de “juventude LGBT” e no Conselho Nacional LGBT²⁹.

Rebeca Benevides, estudante de graduação em História na UFBA, participou do ENUDS pela primeira vez na IX edição, na UFBA, como Comissão Organizadora, além de ter sido Comissão Nacional na X edição e de ter participado também da XII, em Mossoró. Começou sua militância no movimento estudantil em 2010, entrando em 2011 para o KIU!, do qual faz parte até hoje. Também, compõe o Coletivo Kilombo (BA). É a Diretora de Assistência Estudantil da União Estadual dos Estudantes da Bahia (UEB)³⁰ e filiada ao PT desde 2012.

²⁶ A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) foi criada em 1995 e hoje é considerada a maior associação LGBT da América Latina, com mais de 200 organizações associadas.

²⁷ Segundo o próprio Centro: “Trata-se de um equipamento vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tendo o papel de realizar o acolhimento, atendimento e encaminhamento às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais vítimas de violação de direitos, conforme previsto no Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência LGBT, a política pública vigente. Disponível em: <<http://www.cress-ba.org.br/#!centro-de-direitos-lbgt/cb1i>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

²⁸ O Conjuve foi criado em 2005 juntamente com a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG/PR). O Conselho tem, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. Além disso, o Conselho segue as regras de composição, formado por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/conjuve/o-que-e#.VnSVyfkrlIU>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

²⁹ O Conselho Nacional de Combate à discriminação LGBT tem por finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. Disponível em: <www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/programas>. Acesso em: 15 nov. 2015.

³⁰ Fundada em 1943, a UEB é a entidade que representa os estudantes universitários da Bahia. Disponível em: <www.blogdaueb.blogspot.com>. Acesso em: 15 nov. 2015.

A seleção dos entrevistados para o resgate histórico do Encontro foi norteadada por critérios relativos ao tipo de participação, mas também pela diferença de geração entre jovens militantes e pelos grupos e coletivos de que os mesmos participam. Essas pessoas não configuram obviamente um grupo numericamente significativo de participantes do Encontro, mas, por estarem envolvidos com a formação e organização dos ENUDS, permitem que se investigue a dimensões significativas das edições dos Encontros.

Estrutura dos capítulos

Para apresentar a investigação sobre o ENUDS estruturamos essa dissertação em três capítulos. A primeira parte se dedicará à reconstrução histórica das diferentes edições. Assim, para percorrer as edições do ENUDS, serão utilizados materiais sobre as edições passadas do evento colhidos em campo e informações oriundas das entrevistas semiestruturadas com participantes e ex-participantes. O objetivo do primeiro capítulo é analisar os cartazes e temas do Encontro, estabelecendo um paralelo com a literatura sobre o movimento LGBT e suas articulações, a partir de 2003.

No segundo capítulo, analisarei algumas categorias que surgiram no campo como: “grupo/coletivo”, “ativista/militante”, “institucionalizado/não-institucionalizado” e “horizontalidade”. Assim, essa segunda parte pretende, através da análise dessas categorias, explorar a tentativa de diferenciação do Encontro em relação ao movimento LGBT e a outros atores sociais, como a “academia” e o movimento estudantil. No terceiro capítulo, a partir de uma categoria central no campo, a de “experiência”, é explorado como se manifestam os ideais de liberdade sexual, dissolução das convenções de gênero e/ou quebra de hierarquias de gênero e a prática política da “fechação” nos espaços do ENUDS. Procuro, portanto, explorar as argumentações que justificam essa “vivência”, bem como os momentos de limites e tensões desses ideais.

1 DA FORMAÇÃO À REINVENÇÃO: O ENUDS EM EDIÇÕES

Neste capítulo pretende-se observar as especificidades e a dinâmica inseridas dentro do ENUDS, bem como seu processo de formação, buscando analisar como dialogavam os campos político e científico, e, até mesmo, como certas categorias (“militante/ativista”, “acadêmico”, “estudantil/universitário”, “grupos/coletivos”) são negociadas em diferentes contextos no interior desse processo dinâmico. Aqui, concebe-se a trajetória do Encontro, em suas diferentes fases, como um jogo, ora de aproximação com o movimento estudantil; ora de afastamento deste movimento e aproximação com o movimento LGBT; depois, de afastamento do movimento LGBT e aproximação com a academia; e, atualmente, de uma reaproximação com o movimento LGBT.

As interpretações sobre uma linha cronológica do ENUDS perpassam por todas essas figuras, bem como as palavras de ordem, os títulos e as chamadas dos temas que evocam. Por conseguinte, este capítulo também propõe realizar um resgate sócio-histórico do ENUDS, de modo a reconstituir as dinâmicas de construção do espaço: suas formas de organização política, a inserção de novos sujeitos e identidades e o diálogo com a academia.

Os cartazes de divulgação do Evento e as representações simbólicas das imagens neles contidas são excelentes exemplos das diferentes fases de realização do ENUDS. Em cada uma delas – seja na imagem em que aparecem corpos embrenhados nas cores LGBT, seja nas que aparecem as formas corporais de diferentes identidades sexuais e de gênero – há uma demanda por temas e pautas advindas da “pluralidade”, que é o cerne de um espaço que se intitula, ao mesmo tempo, de “militância” e “acadêmico”.

1.1 Os anos de formação: do I ao V Encontros

As mãos entrelaçadas e a busca por um novo lugar: “O movimento da Diversidade Sexual dentro do Movimento Estudantil”, em evidência no cartaz do I ENUDS (Figura 1), refletem as reivindicações que instigaram o seu surgimento. O início dessa história estaria no

49º Congresso Nacional dos Estudantes (CONUNE)³¹, realizado em 2003, em que ocorre o “Ato CONUNE”, assim chamado pelos participantes do ENUDS e apontado como espécie de mito de origem do Encontro.

Figura 1 - Cartaz do I ENUDS



Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/enuds/?fref=ts>>. Acesso em: 10 jun. 2014

Em 2014, na única entrevista feita com Dário, participante que estava nesse “Ato CONUNE”, os detalhes do “drama”³² que suscita o Ato são explicitados:

“[O ato de homofobia] foi no CONUEE³³. Em São Paulo, nós do PRISMA (Grupo de Diversidade Sexual da Universidade de São Paulo - USP), éramos os únicos grupos universitários formados com objetivo de combater casos de homofobia dentro das universidades e fomentar espaços de pesquisa e debate sobre o tema. Propomos uma atividade sobre Diversidade Sexual no CONUEE-SP [Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo] que foi aceita; quando chegamos lá para realizá-la não havia nada preparado. O rapaz responsável me propôs abrir o microfone por cinco minutos na Plenária Final. Eu subi ao palco e o então presidente

³¹ O CONUNE é um encontro estudantil bienal, que ocorre desde a fundação da UNE, com o objetivo de discutir demandas e problemas do movimento estudantil universitário nacional. Disponível em: <<http://www.une.org.br/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

³² O termo “drama”, neste trabalho, refere-se à noção de “drama social” de Turner (2008).

³³ Congresso Estadual da União Nacional dos Estudantes (UNE).

da UEE-SP [União Estadual dos Estudantes de São Paulo], Gustavo Peta, me pediu para aguardar que após uma determinada fala eu falaria. Nisso passaram várias outras e nada de me abrirem o microfone. Quando perguntei a ele, ele, se fazendo de desentendido, pediu para o presidente da UNE, Felipe Maia, falar comigo. Eu pacientemente expliquei o porquê de estar ali e então o Felipe disse que não era assunto do interesse do movimento estudantil, que ali não era lugar para tratar desse assunto e me fez descer do palco. Eu voltei pra São Paulo e fiz uma matéria no Centro de Mídia Independente, denunciando o caso. Foi então que o pessoal do Diversidade³⁴, da Unicamp, e dois estudantes de Uberlândia entraram em contato comigo e propuseram de a gente organizar o ato no CONUNE que foi batizado como ‘Ato CONUNE’’. (Dário, entrevista em 12/12/14)

Nesse cenário, destaca-se o Prisma, lido por Dário como o primeiro grupo universitário, ligado ao movimento estudantil, que tratava da pauta GLBT. Dário descreve:

“Em 2002, até então não havia nenhum grupo universitário. Quer dizer, grupo universitário ligado ao movimento estudantil que tratasse da pauta LGBT. Já havia tido outras experiências, por exemplo, o grupo ‘Somos’ surgiu com universitários, não só, mas com universitários, surgiu ali no contexto da USP. Também teve o grupo CAEUSP que, inclusive, foi um dos organizadores da Parada de São Paulo, que era uma espécie de Centro Acadêmico de estudos homoeróticos, mas também eles não tinham uma relação com o movimento estudantil, e sim com o movimento LGBT (...). O Prisma, que foi o primeiro grupo universitário com esse perfil, ligado ao movimento estudantil, voltado a incorporar essas questões novas que vinham surgindo.” (Dário, entrevista em 12/12/14)

O Prisma contava com a participação de homens³⁵ gays e, por vezes, mulheres lésbicas feministas³⁶ que compunham o Diretório Acadêmico. Além de discussão sobre o tema da “diversidade sexual”, o grupo tinha como atividade a organização de saraus. Conforme afirma Mario, que também era do Prisma, a erotização presente nessa atividade era vista como

³⁴ Segundo Dário, o Grupo Diversidade foi criado em 2003 e teve seu fim em 2005.

³⁵ Neste trabalho, “homem” ou “mulher” não são usados como categorias autoidentificatórias, mas sim para marcar corpos dos quais se esperam determinadas performances.

³⁶ Dada a existência de vários tipos de feminismo, considero importante localizar que essas mulheres eram vinculadas à Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Segundo o site da MMM, essa Organização é “um movimento feminista internacional, que surgiu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista como um todo”. Disponível em: <<http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/nas-ruas/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

estratégia de aproximação dos alunos(as) gays e lésbicas, e também como parte da “militância gay” na universidade³⁷(Mario, entrevista em 22/05/14).

O texto escrito por Dário, publicado na Central de Mídia Independente (CMI)³⁸, trata com tom irônico o movimento estudantil – que, segundo ele, considerava as pautas GLBT “menos importantes” –, e torna público o ocorrido no CONUEE. Neste mesmo texto, inclui-se a exigência da incorporação do tema da “diversidade sexual” pela UNE, pelos partidos de esquerda³⁹ e pelos grupos de base:

“Manifestamo-nos aqui para dizer em alto e bom som que enquanto excluídos dessa sociedade queremos ter a discussão sobre diversidade sexual nos fóruns do movimento estudantil. Exigimos mesas e oficinas que debatam a nossa opressão. Queremos que essa entidade nacional crie uma Secretaria para tomar medidas urgentes contra a violência aos GLBT. Pautamos também a necessidade das entidades de base criarem dentro de si grupos que discutam essa questão e elaborem projetos com intuito de combater a homofobia nas Universidades. Por fim, exigimos aos Partidos de esquerda a incorporarem [sic] em si a discussão sobre a violência moral e física que sofremos, inclusive dentro dos partidos. Esse é o nosso Grito dos Excluídos⁴⁰... ou será que o Grito dos Excluídos é hétero também? ”.⁴¹ (NETO, 2003a)

Vale destacar que o CMI, na época com as redes sociais ainda pouco utilizadas, era considerado um espaço de grande importância para publicação e visibilidade de novas

³⁷ Esta perspectiva acerca da politização do erótico e da “pegação” é defendida e muito presente nos espaços dos ENUDS até hoje.

³⁸ O CMI é um centro de mídia independente nacional que surge em 2000 e mantém uma coluna aberta para qualquer tipo de publicação. Disponível em: <<http://prod.midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

³⁹ Em geral, no contexto, os partidos que eram lidos como de esquerda eram: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

⁴⁰ Segundo o blog do Grito dos Excluídos: “A proposta do Grito dos Excluídos, que ocorre no dia 07 de setembro, surgiu no Brasil no ano de 1994 e o 1º Grito dos Excluídos foi realizado em setembro de 1995, com o objetivo de aprofundar o tema da Campanha da Fraternidade do mesmo ano (...) O Grito dos Excluídos é uma manifestação popular (...) aberto e plural de pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos”. Disponível em: < <http://www.gritodosexcluidos.org/historia/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

⁴¹ Disponível em: < <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue//2003/06/256682.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

organizações, textos de opinião e convite para eventos. No *lead* da coluna escrita por Dário, pode-se observar o tom irônico, de crítica ao movimento estudantil:

“O Movimento Estudantil tem pautas sérias pra cuidar, não tem tempo pra isso. O mundo hétero é complexo demais, existem coisas muito específicas na heterossexualidade que não sobra espaço para esses estranhos pedirem o direito de fala”. (NETO, 2003a)

No CONUNE, ocorre o “Ato”, descrito pelo Dário como tendo uma boa adesão dos participantes e das organizações estudantis presentes, com exceção da União da Juventude Socialista (UJS)⁴², organização “majoritária”⁴³ na UNE da época. Após o “Ato”, outra coluna, escrita por Neto (2003b), é divulgada através do site Mídia Independente, o que fomenta ainda mais a mobilização:

“Posto essa nova conjuntura política dentro da maior entidade representativa dos estudantes universitários, chegamos em um momento de unir os movimentos gays de todo o Brasil e fomentar a criação de grupos de discussão em todas as universidades do Brasil, dentro das entidades estudantis locais para que transforme esse decreto[criação de uma secretaria GLBT na UNE] aprovado em prática, fazendo com que todas as entidades estudantis se envolvam com essa luta e pressionem a UNE”.⁴⁴(Dário, entrevista em 12/12/14)

Conforme relatado por Mario, aqueles que se articularam no Ato contra o caso de homofobia no CONUNE, mobilizados pelo então desinteresse do movimento estudantil pelas pautas GLBT, criaram uma lista com e-mails de pessoas insatisfeitas com esse “descaso” a fim de discutirem a homofobia dentro da universidade. Em uma parte da entrevista, ele explica que, assim, surgiu a ideia de realizar um encontro de âmbito nacional e universitário para discutir as demandas específicas dos estudantes, que se identificavam com alguma identidade da sigla GLBT, o que conduziu a um Pré-encontro LGBTT, com o objetivo de

⁴² A UJS é uma organização do movimento estudantil.

⁴³ “Majoritária” é o termo usado pelo movimento estudantil para denominar a organização que mantém mais cargos dentro da UNE.

⁴⁴ Disponível em: <<http://prod.midiaindependente.org/pt/blue//2003/06/257465.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

planejar e consolidar um encontro nacional. Organizado pelo grupo Prisma, o Pré-encontro ocorre na sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP.

Este Pré-encontro marcou não só as primeiras confluências de ideias universitárias num determinado espaço, mas também indicou a forma como o encontro universitário se definiria. Um dos questionamentos iniciais recaía, principalmente, sobre o nome do Encontro. O debate político/teórico em torno da questão se centrou na incorporação do termo “diversidade sexual”, que já era utilizado pelo Prisma e pelo Diversidade e apresentava-se como uma crítica a alguns militantes vinculados à ABGLT e que veiculavam um discurso visto como hegemônico e identitário⁴⁵. Neste cenário, era defendido o uso do termo “diversidade sexual” para designar o campo político e científico no qual estavam inseridas as identidades GLBTs. Ao final, a escolha da expressão “diversidade sexual” representou, segundo Mario, “já numa coisa 'proto-queer' da época” (Mario, entrevista em 22/05/14).

Em 2003, ano de toda essa movimentação, o cenário GLBT *mainstream*⁴⁶ também se encontrava efervescente. É o ano de início do mandato presidencial de Lula da Silva, que se estendeu até 2010, bem como do início do processo de multiplicação do número de Conferências Nacionais de políticas públicas⁴⁷. Além disso, temos a conformação da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual (hoje Frente pela Cidadania LGBT) e a criação da SEDH⁴⁸, vinculada à Presidência da República (AGUIÃO, 2014a). A criação da Frente

⁴⁵ Em 2003, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais já completava oito anos e ampliava, cada vez mais, o número de afiliadas.

⁴⁶ Utilizo neste trabalho o termo “mainstream” para classificar a parte deste movimento que estaria em diálogo mais intenso com a criação de políticas públicas para GLBTs. Com isso, a categoria não engloba todos os atores em diálogo direto com o “Estado”, mas sim a parte que recebe críticas nos espaços dos ENUDS. Discutirei, no capítulo dois, os modelos de diferenciação criados no ENUDS.

⁴⁷ O livro “Movimentos Sociais e a Esfera pública”, organizado pelos antropólogos Beatriz Heredia e José Sergio Leite Lopes (2014), traz uma análise dos movimentos sociais a partir das Conferências Nacionais por essas trazerem elementos importantes para uma discussão sobre novas dinâmicas de participação social e sobre a relação entre as organizações civis e governo. Das 138 já realizadas, 97 ocorreram entre 2003 e 2013, convocadas pelos governos na última década.

⁴⁸ Em 1997, a Secretaria dos Direitos da Cidadania foi substituída pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, tendo entre as suas atribuições monitorar as ações do Programa Nacional de Direitos Humanos, ainda compondo a estrutura do Ministério da Justiça. Em 1999, a Secretaria foi transformada em Secretaria de Estado de Direitos Humanos e ganhou assento nas reuniões ministeriais. Em 2003, a Lei nº 10.683, de 28 de maio, criou a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação passou a fazer

Parlamentar passa a se constituir como um espaço direto de participação do movimento GLBT nas formulações de políticas e legislação (*advocacy*) e a SEDH cria dispositivos de financiamento direto para implementação de programas e projetos relacionados ao “combate à discriminação” e à promoção dos “direitos” GLBTs, constituindo-se como um dos importantes financiadores do ENUDS.

O ano de 2003 foi marcado também pela criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O Programa Reuni foi criado com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência no ensino superior, adotando uma série de medidas que incluíam a expansão física das universidades, o aumento do número de cursos, turnos e campi⁴⁹. Segundo Facchini et al. (2013), um impacto positivo provocado pelo Reuni foi alocar, em instituições espalhadas por regiões mais distantes do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, pesquisadores formados em universidades mais consolidadas, vários dos quais trabalhando sobre sexualidade e gênero, descentralizando e expandindo o campo científico brasileiro.

Em meio a esse cenário de intensificação da participação dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas, o I ENUDS surge como espaço para debate sobre “diversidade sexual” dentro do movimento estudantil em resposta à ausência do tema nos espaços desse movimento. A organização desse I ENUDS foi liderada pelo CELLOS⁵⁰ (Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual) de Minas Gerais, organização do movimento GLBT que surge em 2002 e que hoje, na figura de Carlos Magno, preside a ABGLT.

Esse panorama e o sentido dado ao Encontro nesse primeiro momento estão refletidos na arte escolhida para o cartaz da primeira edição. Desse modo, a imagem, uma mão

parte da sua estrutura. Em 2010, a Secretaria deixou de ter caráter especial: uma medida provisória presidencial “transforma a secretaria em órgão essencial da Presidência” e então passa a ser chamada de Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/sobre/historico/>. Para isso, ver também, AGUIÃO, 2014a, p. 58.

⁴⁹ Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni/>>. Acesso em: 07 set. 2015

⁵⁰ O Cellos-MG foi fundado em 2002 com objetivo de ser um espaço de formação para ativistas na luta contra a homofobia, opressão e preconceito. Hoje, é uma entidade da sociedade civil que luta pelo direito à cidadania LGBT. Disponível em: <<http://cellos-mg.blogspot.com.br/p/sobre-nos.html>>. Acesso em: 20 nov. 2015

masculina atrelada à outra (também masculina), representaria o objetivo de união desses dois movimentos. O fato de uma mão estar segurando e a outra estar aberta refletiria a crítica ao afastamento da pauta pelo movimento estudantil, a união de duas pessoas do mesmo sexo/gênero – nesse caso masculino, não deixa de expressar o grande número de homens gays que participava da movimentação e desse primeiro Encontro. Vale destacar que, ao ser questionado por mim sobre a arte do cartaz, Dário afirmou que o mesmo foi feito por uma militante lésbica do grupo Diversidade e que “a escolha das mãos masculinas tinha mais a ver com o fato da figura masculina [ser central] no debate sobre homossexualidade, [ao passo que] a invisibilidade lésbica [era] naturalizada no movimento LGBT na época” (Dário, informação pessoal, 25/12/2015).

O ano de 2004 é considerado um grande marco para a “Política LGBT” no Brasil, com o Lançamento do Programa Brasil sem Homofobia⁵¹ pela SEDH, como descreve Aguião (2014a). O Programa, conforme analisado por Fernandes (2011), é apresentado como fruto de um processo dentro do movimento LGBT, mas, principalmente, da organização e deliberações ocorridas no Encontro da ABGLT do ano anterior, propondo a “abertura completa” de diálogo com o governo. Em outras palavras, o processo de diálogo com o governo e participação do movimento GLBT na Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual, a partir de 2003, resulta na construção do Programa Brasil Sem Homofobia.

Sob o título “Sexualidade e respeito: ‘cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é’”, o II ENUDS, realizado em Recife/PE, incorpora no tema e na arte do cartaz os termos utilizados na política GLBT da época (Figura 2). A ideia de “respeito para todos”, por exemplo, era vigente nos discursos e existia na descrição de objetivos do Programa BSH.

⁵¹ Em sua tese, Aguião apresenta o Programa cujo objetivo é “*promover a cidadania de gays e lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais*” (2014a, p.59).

Figura 2 - Cartaz do II ENUDS



Fonte: <https://www.facebook.com/ENUDS/photos_stream?ref=page_internal>. Acesso em: 12 jun. 2014

Em trabalho sobre a formação do movimento travesti e transexual no Brasil, Carvalho (2011) descreve a campanha “Travesti e Respeito”, lançada em 2004 como a primeira em uma série de campanhas organizadas em conjunto com o Ministério da Saúde que ultrapassavam a questão da saúde. Além do movimento de travestis e transexuais, o movimento de lésbicas também utiliza a palavra “respeito” para promoção de sua visibilidade no interior do movimento GLBT, liderado majoritariamente por gays. Ainda nesse contexto, a primeira grande organização de lésbicas, criada no ano anterior, consolida-se: a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) (ALMEIDA, 2005), e, também, forma-se a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL)⁵².

O II ENUDS é apontado nas entrevistas como um momento de formação do que seria dali em diante o Encontro. A partir de então, começa-se a debater o que deveria ser ou não tratado naquele espaço e os aspectos estruturais do evento. Como descreve Dário, há a criação de uma Comissão Nacional (CN) e uma Comissão Organizadora (CO).

“A partir do segundo ENUDS é que a gente definiu a CN e a CO, sendo a CN [composta por] duas pessoas por estado, sendo no mínimo uma mulher, garantindo a paridade de gênero; poderia ser duas mulheres, mas jamais poderia ser dois homens.

⁵² A ABL hoje compõe o quadro diretor da ABGLT, mas até a escrita deste trabalho não foi encontrado material produzido sobre a Associação.

A CN já nasceu com a paridade, porque a gente garantiu no II ENUDS que houvesse um espaço de auto-organização das mulheres, e fora dos espaços de decisão do ENUDS, então elas fizeram o espaço e propostas.” (Dário, entrevista em 12/12/14)

Os Encontros passam a ter, enfim, uma estruturação que corresponde à organização de uma Plenária Inicial (quando é lido o regimento do Encontro, escrito pela CO, para os participantes em plenária) e uma Plenária Final (as propostas feitas nos espaços de encaminhamentos são lidas, aprovadas ou não). Nas duas plenárias, as mesas são formadas por um representante da CO e dois representantes da CN convocados pela CO, sendo normalmente, um do gênero feminino e outro masculino. As plenárias têm início depois da hora do almoço do último dia do Encontro, o que gera, em alguns momentos, esvaziamento e também encerramento antes do término de todas as discussões. Isso faz com que, muitas vezes, os temas mais polêmicos sejam debatidos por um número muito reduzido de pessoas, em comparação ao número de participantes do Encontro, o que também deixa algumas questões para a próxima CO decidir e discutir nos Pré-Encontros.

Destarte, pelo fato de não haver um regimento geral, o formato organizativo permite que cada ENUDS reformule, todos os anos, as atividades que ocorrem entre as duas plenárias. Geralmente, tais atividades são compostas por: 1) Mesas Temáticas (com convidados), 2) sessões para Comunicações Oraís (apresentação de trabalhos); 3) Oficinas e Mini-cursos (oferecidos, em sua maioria, pelos próprios participantes); 4) os GDTs (grupos de discussão, que ocupam toda uma tarde da programação e onde são debatidos os temas definidos durante os Pré-Encontros⁵³); 5) Plenárias Regionais (reunião de enudianos⁵⁴ de cada região federativa – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste – para debater sobre as pautas e demandas de cada Estado dentro da região); 6) o GDT Rumos e Perspectivas que ocorre antes da Plenária Final e onde todos os encaminhamentos e propostas feitas nos espaços de deliberação (GDTs e Plenárias Regionais) são lidos. Em rodas menores, também se discutem outras propostas e é

⁵³ Os GDTs são “encaminhativos”, ou seja, dos debates que nele ocorrem são formuladas propostas que serão encaminhadas para Plenária Final.

⁵⁴ O termo “enudiano” é utilizado nos espaços e nos textos (atas, plenárias, etc.) dos Encontros. A partir do VIII ENUDS, o termo começa a aparecer, também, como “enudianx” ou “enudian@”. Neste trabalho será usado “enudiano” para referência aos participantes do Encontro.

escolhido um grupo de sistematização que organizará o texto a ser lido na Plenária Final; 7) Trocas de Experiências (rodas de conversas auto-organizadas); 8) Culturais (festas que ocorrem nas noites do Encontro, sendo a última com nome fixo: TransENUDS, em que se propõe que os enudianos se vistam com roupas do gênero com o qual eles não se identificam); 9) e, finalmente, os Atos-públicos, momento em que os participantes levam suas pautas para as ruas da cidade, a fim de promover visibilidade para o que é debatido no Encontro (em parte das edições, os Atos ocorrem em conjunto com outras manifestações, como o Grito dos Excluídos ou Paradas de Orgulho LGBT).

Os Pré-Encontros são espaços de organização coletiva do ENUDS. Para o Encontro de 2004, houve apenas um Pré-Encontro, assim como para o I ENUDS. Do III Encontro em diante passam a ocorrer dois Pré-ENUDS. Mariana descreve o caráter desse espaço:

“Na verdade, tudo isso (tema, nomes dos participantes da mesa, GDT, etc.) é discutido nos pré-ENUDS, que é o momento mais coletivo do Encontro. Aí, obviamente, se dá três sugestões de nomes, aí acaba que a CO fica responsável de ver se as pessoas podem ou não. Mas as propostas são dadas nos momentos de construção prévia, que são os pré-ENUDS. Aí, são apontados os temas. Na verdade, alguns temas surgem já no ENUDS, na plenária final dos Rumos e Perspectivas, mas acaba que são nos Pré-ENUDS que esses temas são fechados. Os temas das rodas de conversa, os temas dos grupos... Tudo isso é pensado nos Pré-ENUDS; pensado no primeiro – tem mais essa discussão – e o segundo já fecha e convida os nomes indicados”. (Mariana, entrevista em 14/05/2014)

Por vezes, as mesas temáticas do Evento variam em seus formatos, isto é, a depender da relação dos organizadores com diferentes espaços do movimento GLBT, da academia e do movimento estudantil. Por conseguinte, é possível observar, a partir das programações e das organizações das mesas, os diálogos estabelecidos por cada ENUDS, cujos debates também correspondem ao tema principal do Evento. Em contrapartida, os temas escolhidos para os Grupos de Discussão Temáticas (GDTs) variam de acordo com as edições, mas alguns temas aparecem em quase todos os Eventos, como: “Saúde GLBT”; “Transexualidades e Travestilidades”; “Educação”; “Lesbianidades” e “Direitos”.

Outra característica estrutural, estabelecida no II ENUDS, é o meio de financiamento⁵⁵. Conforme aparece em todas as entrevistas, o tópico do financiamento é algo não muito debatido. Segundo Mariana e Mario, naquele momento, ficou estabelecido que a responsabilidade pelo financiamento seria da CO, que procura livremente apresentar projetos de pedidos de financiamento a instâncias do governo dentro ou fora da universidade. Mariana descreve melhor:

“Eu fui da CN no ENUDS de Salvador, mas a gente teve vários problemas de comunicação com a própria CO e essa questão do financiamento nunca foi um ponto que a gente discutiu no interior da CN. Eu imagino que seja uma coisa que a própria CO pense, porque eu nunca vi essa discussão chegando pra CN, mas de apresentar projeto onde dê para apresentar”. (Mariana, entrevista em 14/05/2014)

Ainda em 2004, dois grupos universitários importantes são criados: o KIU! (UFBA) e o Colcha de Retalhos (UFG), embora apenas o CELLOS entre como organizador do II ENUDS, junto com o Prisma e o Diversidade. Em sua entrevista, Mario diz que nesse momento foi criado um grupo que reunia parte de cada um desses grupos já criados, que formaram “uma elite do que seria o movimento nos próximos anos”. Ou seja, um grupo de enudianos, que comporiam parte das CNs e das COs nas edições seguintes e que ganharia mais adiante o nome de “capivaras”, termo que hoje serve para classificar qualquer participante que tenha ido a mais de três edições.

A inteligibilidade do ENUDS como um “espaço de formação” faz com que os espaços de sociabilidade⁵⁶, como as Culturais, tenham a mesma importância dos outros momentos do Encontro. Assim, um dos aspectos que se consolida como fundamental do ENUDS é a “pegação”, como coloca Mario:

“Havia uma valorização (da pegação), eu acho (risos). No ENUDS de Recife [segundo encontro] eu acho que quase todo mundo se pegou, quase todo mundo. Não necessariamente todas as pessoas. Mas assim, acho que ninguém ficou o Encontro inteiro sem ter pego alguém”. (Mario, entrevista em 22/05/14).

⁵⁵ As informações sobre o financiamento de cada edição, descritas neste capítulo, foram retiradas dos materiais recolhidos em campo. Contudo, não tive acesso ao modo de financiamento de alguns encontros.

⁵⁶ O termo “sociabilidade”, neste trabalho, refere-se à noção desenvolvida por Simmel (1983).

Considerado mais consolidado, esse Encontro ocorre, em 2004, já com a existência de um GT⁵⁷GLBT na UNE (a Diretoria surgiria no ano seguinte). Apesar de não ser lido como um Encontro aparelhado por algum partido específico ou institucionalizado, Mario, que no momento era membro da UNE, afirma que um participante filiado ao PSOL foi “claramente boicotado” no processo de escolha da próxima sede⁵⁸, pois o Encontro não poderia ser organizado por “ninguém vinculado a partido”, como acontecera no I ENUDS, que teria sido “tomado pelo PSTU”. Mario descreve esse momento, referindo a tal enudiano, na época, vinculado ao PSOL:

“No encontro de Recife as pessoas boicotaram o Lucas claramente. Ninguém queria que o Lucas fosse por conta de... Havia um discurso alarmista por parte de algumas pessoas, colocando um certo pânico [...] E eu acho que também por conta da experiência do primeiro, que foi horrível, então ‘não pode ser ninguém vinculado a partido!’. (...)E aí o povo acabou escolhendo um povo que ninguém conhecia e acabou que esse povo era do PSOL”. (Mario, entrevista em 22/05/14)⁵⁹.

O receio de uma “tomada” do ENUDS por algum partido aparece na entrevista pela apreensão de que o ENUDS se tornasse um espaço com as mesmas características e temas de discussão do movimento estudantil. Nesse sentido, o afastamento de qualquer dos partidos de esquerda que disputavam na UNE não significava a ideia de o ENUDS “não ser movimento estudantil”, mas sim de “ser de outra forma, debatendo o tema da diversidade sexual”⁶⁰.

⁵⁷ Grupo de trabalho criado como uma resposta ao “Ato Conune”. Esse grupo corresponde à uma instância menor que uma diretoria, que seria criada apenas em 2005.

⁵⁸ A escolha da próxima sede ocorre no início da Plenária Final. Logo após a votação, a Plenária se esvazia e muitas delegações voltam para seus estados.

⁵⁹ Após a leitura prévia deste capítulo por Dário, ele afirmou que: “o Mário se equivoca nessa afirmação porque, na época, o Lucas era do PT e não do PSOL. Ele se filia ao PSOL depois do II ENUDS. Lembro-me que o rechaço ao Lucas produzido pela militância petista, forte no II ENUDS, era devido ao fato de ele ser da ABGLT”. Esta consideração pontua as distintas lembranças e informações produzidas nos níveis da história oral. Neste momento, a “militância do PT” criticava a “militância da ABGLT”, algo que com o tempo se modifica.

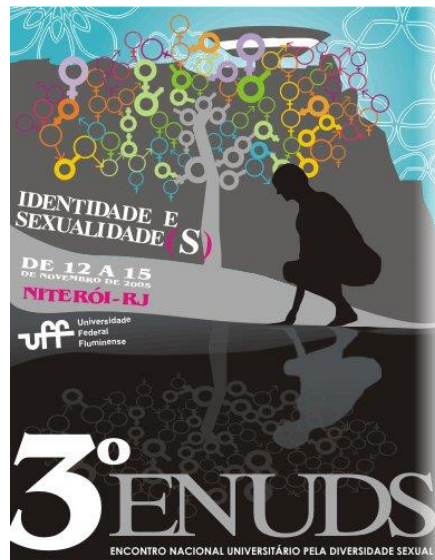
⁶⁰ Retirado do caderno de campo (12/08/14).

O III ENUDS, realizado em 2005, na Universidade Federal Fluminense (RJ), foi o primeiro organizado com dois Pré-Encontros: um, no Fórum Social Mundial⁶¹, cujas deliberações pude consultar por meio de Ata publicada num grupo de e-mail público; e outro, no Congresso da UNE. O tema escolhido para esta edição foi “Identidade e Sexualidade(s): Educação, Saúde e Família”, ressoando as questões da época (Figura 3). É interessante lembrar que, a partir de 2005, os termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” começam a se estabelecer nos textos de políticas públicas, apesar do termo “identidade de gênero” já ser usado pelo movimento travesti e transexual desde o final dos anos 1990 (CARVALHO, 2011). Aguião explica:

“O uso do termo “identidade de gênero”, forjado especialmente para “incluir” sujeitos que se definiriam mais pelos atributos de gênero incorporados ou desempenhados do que pela orientação sexual, parece ter ganhado corpo progressivamente (...). Por volta dessa época [2005], ‘homossexualidade’, como termo englobante, começa a dar lugar ao composto ‘orientação sexual e identidade de gênero’”. (2014a, p.150)

⁶¹ Segundo texto publicado no site do FSM: “O Fórum Social Mundial é um espaço de (...) articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo. O primeiro FSM em 2001 foi seguido de um processo mundial de busca da construção de alternativas às políticas neoliberais. O Fórum Social Mundial não é uma associação nem uma organização”. Disponível em: <<https://fsm2015.org/pt-pt/o-que-e-o-forum-social-mundial#sthash.GhWOhX3d.dpuf>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

Figura 3 - Cartaz do III ENUDS



Fonte: <https://www.facebook.com/ENUDS/photos_stream?ref=page_internal>. Acesso em: 12 jun. 2014

Nesse III ENUDS ocorreram grupos de discussão sobre temas como “Diversidade Sexual e Movimento Estudantil”; “Diversidade dentro do Movimento de Diversidade Sexual”; “ENUDS - Rumos e Perspectivas”; “Academia e Ativismo”; “Diversidade Sexual e Movimentos Sociais”. As mesas temáticas decididas nos espaços de Pré-Encontro contavam com pesquisadores e acadêmicos como os antropólogos Claudia Fonseca (UFRGS), Regina Facchini (UNICAMP), Sérgio Carrara (UERJ) e o historiador Sergio Aboud (UFF), considerados próximos às linhas de debates dos grupos organizadores, como aparece em Ata do Pré-Encontro⁶².

Cabe destacar a presença de uma oficina destinada às mulheres, que como espaço auto-organizado, já se realizava desde o II ENUDS:

“Haverá uma oficina destinada às mulheres - será marcado um horário com liberdade para as próprias meninas trocarem, se quiserem, importante frisar que essa oficina tem um caráter propositivo⁶³.” (ENUDS, 2005).

⁶² Alguns não chegaram a ser efetivamente convidados.

⁶³ Ou seja, neste caso, a oficina destinada às mulheres retirava propostas que seriam aprovadas (ou não) na Plenária Final do Encontro.

Essa edição do Encontro recebeu diversas críticas negativas. Dentre elas, às que questionavam a presença de um deputado do PSOL, mesmo partido dos membros da CO, mas que, segundo Dário, “não tinha familiaridade com a pauta”, o que foi percebido como um “aparelhamento partidário”. Também criticou-se a presença de um professor, na Plenária Final, que afirmava ser coordenador do Encontro. Criticou-se ainda o controle rígido de participação nos espaços do Encontro, com lista de presença e horários fixos de entrada e saída do alojamento, além da mudança completa de resoluções tiradas nos Pré-Encontros. Conforme relata Dário:

“A gente no 1º Pré-ENUDES, que foi no Fórum Social Mundial, a gente fechou uma programação, como é feito em todos os prés, e eles mudaram a programação, a mudança que eu acredito é porque eles buscaram o apoio de um professor, e esse professor acabou ingerindo no processo. Então, teve meses que as discussões eram qualquer coisa. Esse professor mesmo, na abertura, se apresentou como coordenador geral do ENUDES, coisa que nunca existiu (...) A gente foi às cegas, sem saber, e propusemos então, levamos o modelo de regimento e uma das coisas foi exatamente de que as pessoas tivessem o compromisso mínimo de participação, que era 60% das atividades, eles foram contra. O controle foi muito rígido, eu dormia com as listas de presença, era eu e mais alguém da CO, que assinava a lista para garantir que não haveria nenhuma falcatura, a coisa estava nesse nível”. (Dário, entrevista em 12/12/14).

Um outro ponto que Dário apresenta como problemático foi o clima de tensão e aprovação de “diversas coisas que não faziam parte do debate do espaço”⁶⁴:

“Isso tudo prejudicou, mas foi muito mais por conta do clima que foi bastante negativo. Queriam aprovar diversas coisas. Eu nunca fui contra que o ENUDES se posicionasse em certos temas, mas eu acho que certas posições você tem que ter uma certa responsabilidade, as pessoas precisam discutir, precisa ter o direito à controvérsia. E o movimento estudantil tem muito dessa coisa, tipo, se posiciona por se posicionar. Então, muitas das disputas eram isso, de que o ENUDES tinha que ser contra a reforma universitária, ‘N’ questões que acabaram surgindo naquele momento, e por conta disso a situação virou um campo de guerra. Isso acabou se refletindo nos outros ENUDES que conseguiram ser melhor organizados, tinha essa experiência negativa, obviamente, a gente teve outros problemas”. (Dário, entrevista em 12/12/14)

⁶⁴ Como exemplo, cito: “construção de um Programa Nacional de combate a homofobia com a participação de todos os movimentos sociais envolvidos; apoio a greve dos docentes em andamento; repudiar a retirada da resolução brasileira na Conferência da ONU, que adenda os crimes contra homossexuais como infração aos direitos humanos”, entre outras (ENUDES, 2005).

Em conversa no Facebook, Dário sintetiza esses três primeiros Encontros por meio de uma característica que serve como sinônimo do movimento estudantil nesse período: “A principal força política partidária naquele ENUDS (2º) era o PT, no primeiro era o PSTU e no terceiro o PSOL, e, em cada uma delas, eu [estava] contra eles” (Dário, entrevista em 12/12/14).

Para além dos pontos “negativos” do Encontro levantados pelos entrevistados, eles afirmam que, a partir desse momento, o ENUDS se distancia de disputas partidárias (PT, PSTU e PSOL), que não ocupariam mais o espaço do Encontro. Afasta-se assim das disputas do movimento estudantil, estabelecendo-se como Encontro “suprapartidário”, princípio vigente até hoje.

Mario – na época, diretor da recém-criada Diretoria GLBT da UNE – esteve presente nesse ENUDS, e relata que houve uma “renegação” de sua participação, pois “a galera do ENUDS só fala mal da UNE” (Mario, entrevista em 22/05/14) e não queria aproximação com esse novo espaço (a Diretoria) criado justamente pelo distanciamento partidário.

“Após a criação da Diretoria, havia meio que uma renegação daquilo. Aquilo que... Tudo surgiu no congresso da UNE, toda a reivindicação de que a UNE de fato abraçasse aquilo... [...] Foi em 2005, esse encontro foi o primeiro encontro após [a criação da] Diretoria [GLBT da UNE], eu tinha acabado de assumir a Diretoria GLBT, só que quem, o grupo – acho que era Diversitas UFF –, ele era hegemônico por pessoas ligadas ao PSOL. Então, eles excluíram de qualquer possibilidade de mesa com a UNE. Porque se fosse a UNE quem seria, seria eu. E se fosse eu, era alguém vinculado ao PT e isso não poderia estar em uma mesa(...)”. (Mario, entrevista em 22/05/14)

O IV ENUDS é considerado por alguns organizadores como o último do processo formador do Encontro. Ocorrido em 2006, ele foi organizado pelo grupo Plur@l⁶⁵ da UFES e

⁶⁵ Segundo blog do Grupo: “O Plur@l - Grupo de Diversidade Sexual surgiu em 2004 a partir da constatação, por parte de algumas/uns estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), de que o ambiente universitário era carente de uma discussão sobre o tema da diversidade sexual. Atualmente[2008], o grupo é um programa de extensão, vinculado ao Departamento de Comunicação Social da UFES, que visa articular e projetar ações de pesquisa, estudo e intervenção sobre essa temática. Constitui-se enquanto um espaço de estudos e discussão permanente a fim de capacitar seus integrantes com leituras mais diversificadas possíveis sobre sexualidade, gênero, corpo e afetividade. O Plur@l também faz parte de um coletivo nacional formado por outros grupos universitários que se articulam por meio do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS)”. Disponível em: < <http://grupoplural.blogspot.com.br/2008/08/6-encontro-nacional-universitario-de.html>>. Acesso em: 20 nov. 2015. Hoje o Grupo não existe mais.

foi o primeiro com a participação de não universitários, além de militantes GLBT e, também, de funcionários e servidores da prefeitura do ES. O número de participantes do Encontro também aumenta, mantendo-se a prática de utilizar ônibus da universidade ou pagos por ela, que teve início no III Encontro. Nesse ano, a UFES recebe aproximadamente 150 participantes, mais que o dobro do Encontro anterior, e se torna o que receberia mais mulheres até então.

Figura 4 - Cartaz do IV ENUDS



Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/enuds/?fref=ts>>. Acesso em: 10 jun. 2014

Em entrevista, Mario afirma que, nos três primeiros Encontros, a participação era em grande parte de homens, pois os grupos que participavam se compunham, em sua maioria, por homens. Em 2006, outros grupos universitários, com participação maior de mulheres, comparecem ao Encontro pela primeira vez. Vale ressaltar que esses grupos que participam do IV ENUDS foram formados entre os anos de 2005 e 2006, como o próprio Colcha de Retalhos⁶⁶ (UFG), que iria sediar o Encontro do ano seguinte.

Como dito anteriormente, cada Encontro é construído em boa medida pela Comissão Organizadora e, por consequência, o Evento se torna quase um “encontro do grupo” que o organiza. Nesse ano, o grupo Plur@l tinha, entre seus participantes, pessoas que também trabalhavam em ONGs do movimento LGBT do Espírito Santo, o que permitiu uma articulação com órgãos além dos universitários.

⁶⁶ Segundo Elaine, o Grupo Colcha de Retalhos surgiu em 2006 e teve seu término em 2013. (Entrevista em 16/04/15).

A solenidade de abertura contou com o representante do então Programa Nacional de DST/AIDS, Sandro Tebaré, a presidente da ONG ASTRAES⁶⁷, Liliâne Anderson (também parte da CO), ao lado do diretor da Diretoria GLBT da UNE, Mario Carvalho e de outros dois integrantes da Comissão Organizadora. Em conversa informal sobre este Encontro, Dário lembrou da presença da ativista Gabriela Leite como palestrante, discutindo sobre prostituição e sobre o movimento de prostitutas. Ele afirmou que a figura da Gabriela foi de grande importância para o acúmulo político-teórico sobre "pegação", muito presente nos espaços do Encontro. O IV ENUDS, no geral, conciliou a presença de ONGs, movimento social, governo e acadêmicos, demonstrando um momento de aproximação maior com o movimento GLBT e setores acadêmicos que debatiam sobre políticas públicas.

Esse Encontro foi financiado por órgãos distintos: utilizou recursos universitários para projetos e atividades de extensão (algo que se tornou comum nos Encontros até hoje), conseguiu apoio do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, além do Escritório de Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC). Obteve também financiamento do Governo do Espírito Santo, que, ao mesmo tempo, estava organizando a I Parada de Orgulho GLBT da capital, que aconteceria em um dos dias do Encontro e que entrava também na programação do Evento – além do Ato-Público. Em conversa por meio de redes sociais, um dos organizadores desse Encontro me relatou que, além de ser da organização do ENUDS, também era um dos organizadores da I Parada de Vitória e não houve grandes debates e questões sobre o financiamento:

“As pessoas que vinham para o evento já tinham em conta que haveria a primeira parada. Pelo menos, a maioria sabia. Conseguimos apoio do Ministério da Saúde e da Educação, além da Prefeitura de Vitória e da universidade. Isso pediu grandes articulações. Eu mesmo estive em Brasília tentando negociar verba para o evento. E ajudou a disseminar a ideia do evento. E creio eu que foi o primeiro projeto de ENUDS de fato que era bem-acabado, com participantes, tese, justificativa, objetivos, metas, cronograma, programação, convidados, patrocínios. Sim, foi um projeto. Era um amadurecimento de muita coisa ali já (...). Alguns partidários (não sei se do PSTU ou do PSOL) haviam falado [sobre os meios de financiamento]... rs, mas foram logo calados.”. (Luiz, entrevista em 14//04/2015).

⁶⁷ Associação de Travestis e Transgêneros do Espírito Santo.

O fato de uma figura ser responsável diretamente pelos pedidos e contatos com possíveis financiadores ocorre ainda hoje na organização do ENUDS. Isso torna especialmente relevante o papel de enudianos que já teriam tido experiência em diferentes espaços do movimento estudantil ou até mesmo em ONGs do movimento GLBT. Em outras palavras, a participação de alguns organizadores dos ENUDS em outros espaços, como o movimento estudantil e ONGs do movimento GLBT, oferece o conhecimento burocrático necessário para conseguir financiamentos institucionais. Como complementa Mario:

“Tanto que esses primeiros encontros, eu não sei mais hoje, mas esses primeiros encontros todos eles tinham encabeçando [...] alguém que já tinha sido de organizações mais duras, tipo CA [Centro Acadêmico], DCE [Diretório Central dos Estudantes], que sabiam os mecanismos de financiamento dentro da universidade, sabiam como captar recursos dentro da universidade”. (Mario, entrevista em 22/05/14).

O tema e o cartaz do IV ENUDS, com a cor lilás (cor da bandeira feminista), demonstra como a entrada de novos sujeitos vai modificando o Encontro (Figura 4). Essa edição, por exemplo, foi organizada por enudianos que também trabalhavam em ONGs GLBTs e contou com maior número de lésbicas, participantes dos novos grupos que estavam se formando nas universidades. O título fala de singularidades, mas principalmente de políticas públicas, talvez influenciado pelos debates em torno da formulação do PLC 122/206⁶⁸, projeto de lei mais conhecido como de criminalização da homofobia.

O espaço do Encontro incorpora o debate sobre política pública em conjunto com os gestores dessas políticas, também compreendendo o ENUDS como parte desse campo político. Desta forma, para discutir sobre o tema geral escolhido, três mesas foram organizadas: a primeira delas foi a Mesa de Abertura com o tema “Políticas públicas diversas”, que contou com a presença da ex-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes, assim como de Claudio Nascimento⁶⁹.

⁶⁸ O Projeto de Lei da Câmara n.º 122/06, atualmente arquivado, visava criminalizar a discriminação motivada pela orientação sexual ou identidade de gênero. Possuía o objetivo de alterar a Lei de Racismo para incluir tais discriminações no conceito legal de racismo. Disponível em: <<http://www.plc122.com.br/entenda-plc122/#ixzz3gXFjx6HP>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

A segunda Roda de Conversa do evento, intitulada “Construção de Políticas Públicas para Saúde Integral”, recebeu Sandro Tebare (Programa de DST/AIDS), Regina Facchini (Associação da Parada de São Paulo) e Fernando Pocahy (Grupo Nuances). Já a roda “Políticas Educacionais: Parâmetros Curriculares sobre Gênero e Orientação Sexual”, contou com a presença de Sergio Aboud (UFF), a professora da Faculdade de Educação da USP Claudia Vianna (USP) e dois técnicos do MEC, completando a cena das rodas de conversa do Encontro.

Concomitante ao debate que ocorria nessas rodas, os espaços dos grupos de discussão muitas vezes se tornavam lugares de relatos de violência e troca de experiências, “quase no estilo SOMOS”⁷⁰, conforme relata Mario:

“(…) nos grupos de trabalho, que eram grupos de estados menores, as pessoas eram quase um estilo SOMOS, assim. Que eram relatos de violência sofrida, de preconceito por parte de professor ou o que acontece na universidade e blábláblá. Ou às vezes nem só na universidade, era às vezes muito de vida pessoal. E eu acho que isso faz parte da produção política de construção de grupos estigmatizados, mas isso não virava necessariamente uma teorização política, era muito mais um encontro de iguais”. (Mario, entrevista em 22/05/14).

Nesse mesmo momento, o caráter do ENUDS como espaço de experiência e “vivência” se consolida como fundamental:

“A ideia de que você ir para um espaço no qual você tem uma liberdade que você nunca tem em nenhum outro lugar faz você repensar o seu lugar quando você volta, nem que crie um sentimento de revolta, que é necessário para você conviver no social [...] Em Vitória eu lembro que muita gente ficou na praia [...] E eu acho que isso não era um problema”. (Mario, entrevista em 22/05/14).

O convite para viver e passar por essa “experiência” aparecia logo na apresentação do “Guia de Sobrevivência”⁷¹ entregue aos participantes, chamando a todas(os) a “causar”⁷² muito

⁶⁹ Identificado, na programação do Encontro, como integrante da ABGLT e do grupo Arco Íris do Rio de Janeiro. No blog do Evento – que ainda está no ar –, é citado que Claudio ressalta a importância do Encontro e considera-o estratégico para unir pessoas e ideias sobre a temática da “diversidade sexual”.

⁷⁰ Mario aproxima o “estilo” do primeiro Grupo Homossexual, SOMOS, com o ENUDS. A compreensão do espaço do ENUDS como um lugar de “liberdade sexual”, “pegação” e formação de sujeitos permite essa aproximação com o Grupo SOMOS, nos anos 80 (Ver: MACRAE, 1990).

nesse feriado”. A convocatória, então, era estendida a todos os espaços do evento, mas, principalmente, para o Ato-público, que, naquele ano, ocorreu junto ao Grito dos Excluídos.

A importância do debate sobre políticas públicas era evidente, como aparece nas entrevistas e no tema do Encontro. Contudo, Mario relata que as ONGs e, principalmente, o seu modelo de atuação eram vistos como um “outro”:

“[...] o modelo ONG era criticado porque eu acho que ONG... Assim, pensando como eu pensava na época, ouvindo aquilo tudo, porque ONG era sinônimo de ABGLT e ABGLT era sinônimo de diabo. ABGLT era a coisa mais odiosa possível no mundo. ‘Que haviam só caciques, que eles manipulavam tudo, que era uma coisa de ganhar dinheiro... Enriquecer... Um projeto de AIDS que reduzia...’ Também havia um pouco disso, reduzia a pauta LGBT para a questão da AIDS, para ter dinheiro. E, de certa forma, esse discurso ecoava para mim como, sei lá, um guerreiro do século XX. (risos) Não, do século XXI. Aquela coisa: ‘Fiz 18 anos no ano 2000’. E aquela coisa assim: ‘Eu não sou as bichas dos anos 80, eu não sou o Cazuzu e não quero ser’. Então havia uma certa negação bem cotidiana, então, assim, ‘não sou eu’.... Então havia um incomodo com a pauta da AIDS. Apesar que eu acho que quase todos os encontros tinham camisinhas nos kits e tal. Eu não me lembro de ter encontro com financiamento de programa de DST/AIDS. Agora eu falei da camisinha, eu não me lembro disso. Mas eu acho que o povo só pegava camisinha, porque era o básico de todo o movimento estudantil. Em todo movimento estudantil, no seu kit⁷³ sempre vem camisinha. Eu acho que o formato ONG era fortemente criticado muito por uma lógica... Não sei, não sei muito bem definir o quê. Mas era isso: a ABGLT era... ONG era sinônimo de ABGLT e ABLGT era sinônimo de corporativismo. Corporativismo não, mas de caciques, de pessoas que manipulavam e mantinham tudo sob seu poder e tal. Não sei se havia uma crítica mais, uma crítica diferente disso”. (Mario, entrevista em 22/05/14).

⁷¹ Em todos os ENUDS é entregue aos participantes um “guia” constando a programação do Encontro, apresentação da Comissão Organizadora, mapa da universidade, entre outras informações que variam de ano a ano. No IV ENUDS, este material foi nomeado de “Guia de Sobrevivência”, sendo comum as CO “criarem” nomes alternativos para o material.

⁷² O termo “causar” é uma gíria utilizada como sinônimo para “aprontar”, “chamar atenção” ou “fazer alguma coisa fora dos padrões esperados em determinada situação”.

⁷³ O “kit” é um conjunto de materiais entregues aos participantes no ato do credenciamento, composto, em sua maioria, por: “guia de programação”, bloco de notas, caneta, uma bolsa, pasta, camisinhas (feminina e masculina), lubrificante e caneca (em alguns encontros).

1.2 O MOMENTO DE EUFORIA: do V ao VIII Encontros

Figura 5 - Cartaz do V ENUDS



Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/enuds/?fref=ts>>. Acesso em: 10 jun. 2014

Com a sigla ENUDS ressaltada com as cores do arco-íris (assim como a bandeira do orgulho LGBT), o cartaz do V Encontro já revelaria a distinção entre este e o evento anterior: a novidade da menção à palavra “academia”, evidenciada no título da edição – “Militância e Academia: ressignificando práticas e conceitos para subversão da heteronormatividade” (Figura 5). Realizado em 2007 na UFG, em Goiânia (GO), o 5º ENUDS é visto pelos entrevistados como um marco de mudança nos eixos do Encontro, que “*deixa de ser estudantil e passa a ser universitário*”. Ou seja, O ENUDS se afasta do diálogo com o movimento estudantil (o cerne do Encontro no início) e começa a construir uma base de diálogo com a academia. Em fala, Mariana sintetiza esse ponto de mudança:

“(…). Acho que o V ENUDS foi um marco nisso, foi um espaço muito rico da produção acadêmica... Da discussão acadêmica, não da produção. Um espaço onde essa discussão foi muito intensificada. (...) E vários anos depois vieram com esse tema também. Assim, com isso muito forte de entender o espaço acadêmico como um espaço de militância. Eu acho que essa foi a grande contribuição desse ENUDS (...) De um diálogo possível entre academia e militância e do espaço da academia como um espaço de militância, de não ter essa separação clara”. (Mariana, entrevista em 14/05/2014).

O V ENUDS foi organizado pelo Grupo Colcha de Retalhos, em conjunto com o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania Homossexual da UFG e o Grupo de Pesquisa

SerTão⁷⁴. A participação de membros da CO em outros espaços para além dos grupos universitários, principalmente no grupo de pesquisa, influencia o grande tema do evento. Assim, a promoção do diálogo com a academia ocupa o lugar de outros diálogos estabelecidos (movimento estudantil e políticas públicas) e representa a influência de grupos de pesquisa e das críticas a essas duas bases de diálogo anteriores.

Dário, em entrevista, explica o momento de afastamento com o movimento estudantil:

“[O movimento estudantil] foi perdendo força, sobretudo no V ENUDS. A galera que começou cada vez mais a se identificar com o ENUDS, que já tinha passado pelo movimento estudantil, [esse] com práticas muito homofóbicas e que era uma galera que não queria reproduzir esse modelo, muitas pessoas que não eram afiliadas a partidos, e tinham algumas que eram afiliadas, mas que não conheciam esse tipo de militância. Então, nos ENUDS seguintes, começou a ter esse perfil mais acadêmico”. (Dário, entrevista em 12/12/14).

Por outro lado, Mario fala sobre o descontentamento com a aproximação do Encontro com a academia, afirmando que esse movimento descaracteriza o espaço e até mesmo retira a função de existência do mesmo:

“Na época não era porque era uma coisa clara que era uma coisa estudantil (...). Eu pessoalmente acho que deveria ter continuado a ser um encontro estudantil. Tinha uma pauta estudantil, tinha uma questão da homofobia na universidade. (...). Eu acho foi ficando uma coisa meio nebulosa, se é uma coisa estudantil ou se é [outra] coisa. Por que o encontro é legal? ‘Ah, porque os debates políticos são profundos, abre a sua mente’. Não, o encontro político é legal porque você encontra um bando de viado do resto do Brasil, você fuma maconha de vários lugares. Você faz a mesma coisa que todo mundo faz em encontro de movimento estudantil: você fuma maconha de todos os estados, você beija na boca de pessoas de todos os estados, trepa [sic] com pessoas de todos os estados. Isso é o mais legal”. (Mario, entrevista em 22/05/14).

Com objetivo de dialogar com a academia, o V ENUDS modifica a estrutura da programação, o que perdurará nas próximas edições. Além de ocupar a mesa majoritariamente com pessoas que pertencem à academia, a programação dedica um tempo maior para apresentação de trabalhos acadêmicos (esse espaço já existia desde o primeiro ENUDS, porém com um tempo mais reduzido), para oficinas e minicursos. Nesse ENUDS, por

⁷⁴ Criado em 2006, o SerTão é um grupo de pesquisa da UFG. Uma descrição mais detalhada de cada grupo de pesquisa envolvido com o Encontro será feita no capítulo 2 desta dissertação.

exemplo, há uma conferência com a antropóloga Miriam Pillar Grossi (UFSC), assim como uma mesa sobre gênero, que recebeu nomes como os dos sociólogos Berenice Bento (UNB) e Thimoteo Camacho (UFES), além de Bárbara Graner (SP), representando o movimento social. A mesa sobre raça reuniu, pela academia, o geógrafo e antropólogo Alex Ratts (UFG) e o professor e pesquisador em Serviço Social Guilherme Almeida (UERJ), tendo Fernanda Benvenuti (PB) – hoje compõe um dos quadros diretores da ABGLT – como militante. Também na mesa sobre classe, a pedagoga Claudia Rodrigues (UFRGS) representou o debate acadêmico ao lado de Beth Fernandes, representante do movimento social de Goiás.

Elencando três temas-chaves que envolvem o debate sobre sexualidade (gênero, raça e classe), tanto para o movimento social, quanto para o debate acadêmico, o Encontro naquele ano aciona o diálogo entre esses dois espaços. Observa-se que se procura manter a paridade de gênero entre os convidados acadêmicos, assim como, se escolhe apenas mulheres trans para representar o movimento LGBT.

Não obstante à mudança da “linha política” do Encontro, para usar os termos de Dário, o V ENUDS se destaca pelo número de participantes e de grupos universitários organizados em torno do tema da “diversidade sexual”. Segundo Elaine, uma das organizadoras, nesse Encontro o número de participantes quase quadruplica, passando para 400, o maior até aquele momento.

Assim, para a realização do Encontro, a Comissão Organizadora aciona outros espaços de financiamento para além da universidade, utilizando parte do conhecimento burocrático dos organizadores do ano anterior, mas também dos próprios participantes do Colcha de Retalhos (alguns participavam de organizações vinculadas à ABGLT). Essa edição então recebe financiamento da SEDH, que, em reunião em Brasília com alguns organizadores, justifica o apoio pelo fato de o “Encontro contemplar objetivos do Programa Brasil sem Homofobia”⁷⁵. Recebe ainda recursos de um projeto do Ministério da Cultura, através da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, desenvolvido para “Cultura GLBT”⁷⁶.

⁷⁵Disponível em: <<http://grupoprisma.blogspot.com.br/2007/08/ii-boletim-informativo-do-v-enuds.html>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

Em publicação no site⁷⁷ do Grupo Prisma, ainda no ar, Dário descreve uma reunião da Comissão Organizadora do V ENUDS com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH):

“Na busca de apoio para a realização do V ENUDS, a Comissão Organizadora participou, no dia 30 de maio, de uma reunião na Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) com as presenças de Eduardo Santarelo, Mariana Tavares e o subsecretário de Promoção dos Direitos Humanos, Perly Cipriano. Durante a reunião a CO apresentou o projeto, tema, eixos e estrutura do encontro. Também foi entregue um ofício assinado pelo professor Benedito Marques, reitor em exercício da Universidade Federal de Goiás afirmando o apoio institucional da Universidade ao evento. A SEDH mostrou apoio ao 5º ENUDS e afirmou que o encontro contempla objetivos do Programa Brasil Sem Homofobia e da Secretaria. Perly Cipriano sugeriu discussões que envolvessem questões geracionais na perspectiva das sexualidades. O projeto foi protocolado na SEDH, para análise que irá firmar o convênio de apoio”.

A partir deste Encontro, principalmente pelo aumento do número de participantes, o processo de encaminhar o ENUDS como projeto para concorrer a editais do governo se torna uma necessidade por duas razões comumente ouvidas em campo: para diversificar o financiamento do Encontro, antes apoiado apenas pelas universidades; e para evitar que o dinheiro desses editais fosse dirigido apenas para ONGs filiadas à ABGLT.

⁷⁶ Segundo o site do Ministério da Cultura, o projeto referido fazia parte do Programa Mais Cultura, lançado em 2007, pelo Ministério da Cultura com objetivo de reconhecer a cultura como necessidade básica e um importante vetor para o desenvolvimento do país. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/mais-cultura>. Acesso em 20 nov. 2015.

⁷⁷ Disponível em: <http://grupoprisma.blogspot.com.br/search?updated-min=2007-01-01T00:00:00-02:00&updated-max=2008-01-01T00:00:00-02:00&max-results=20>. Acesso em: 07 abri. 2014.

Figura 6 - Cartaz do VI ENUDS



Fonte: <https://www.facebook.com/ENUDS/photos_stream?ref=page_internal>. Acesso em: 12 jun. 2014

Em 2008, ano da Primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT, realizada em Brasília por decreto da Presidência da República⁷⁸, o VI ENUDS foi realizado em Belém. Organizado pelo Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual - Grupo Orquídea⁷⁹, na UFPA, o título dessa edição foi “Estado Laico: discutir poder, garantir direitos”. A manutenção e defesa da laicidade do Estado, presente nos discursos do movimento LGBT como meio de garantir direitos civis é levado como tema para

⁷⁸ Ver AGUIÃO, 2014a.

⁷⁹ Segundo o blog do Grupo: “O Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual – Grupo Orquídeas plantou sua semente na Universidade Federal do Pará no dia 13 de julho de 2007, com o objetivo de combater a lesbo/trans/ homofobia institucionalizada nesta IES [Instituição de Ensino Superior]. Em 2008 a UFPA completou 50 anos de existência e, ainda, não havia conseguido coadunar as forças do movimento social LGBT e da ‘Academia’, na luta contra o preconceito e discriminação. Neste processo, estabeleceu um novo paradigma no intramuros desta instituição, quando da realização de debates, seminários e encontros que visam ressignificar, em conjunto com o movimento LGBT organizado do Estado do Pará, conceitos e práticas deveras marcados pela heteronormatividade opressora. Sua solidez será concretizada quando os atos de violência, contra pessoas que divergem do padrão heterossexual, cessarem e o estado laico for garantido”. Disponível em: <<http://orquideagrupo.blogspot.com.br/search?updated-min=2010-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2011-01-01T00:00:00-08:00&max-results=4>>. Acesso em: 20 nov. 2015. O grupo existe até hoje.

o ENUDS a partir da proposta de diálogo entre a academia e a militância, dando continuidade a proposta do ano anterior.

É neste momento que a sigla LGBT substitui GLBT, colocando-se o L (de lésbica) no seu início. Isto, pois, repercute na construção do Encontro: a arte do cartaz dessa VI edição (Figura 6), alude às diferentes identidades que fazem parte do espaço, simbolizadas pelas digitais coloridas pelas cores do arco-íris (bandeira do orgulho LGBT).

Contando com 32 participantes, um Pré-ENUDS foi realizado durante a Primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Em entrevista, Dário descreve este contexto, e cita uma crítica à ABGLT, que já pairava nos espaços do Encontro desde 2006. Segundo diz, referindo-se ao VI ENUDS:

“Em 2008 aconteceu a Primeira Conferência Nacional e o ENUDS participou em peso, inclusive muitas pessoas ligadas ao ENUDS foram delegadas, então, inevitavelmente, era aquela coisa de fazerem críticas dentro do espaço da Conferência e tencionarem junto aos caciques do movimento e esses caciques falarem ‘é o povinho do ENUDS’”. (Dário, entrevista em 12/12/14).

O espaço da Conferência também suscitou algumas leituras e percepções da ABGLT sobre o ENUDS:

“Eu percebo muito que[a crítica]é o medo de trazer gente nova, porque aqui [no ENUDS]é um espaço político, acadêmico, de pensar a própria sexualidade, de vivências, então, necessariamente, muitas pessoas saem daqui e se envolvem com o movimento LGBT de suas cidades, então eles [ABGLT] ficam com esse receio. Já houve uma tentativa de cooptação, de tentar cooptar as pessoas, mas sem muito sucesso.” (Dário, entrevista em 12/12/14).

Contudo, todos avaliam positivamente a participação “em falas” dos que constroem o ENUDS nas plenárias da Primeira Conferência e acionam a importância da presença de um (a) enudiano (a) em cada grupo de discussão que nela ocorreu. Dário afirma que a presença dos enudianos nos espaços da Conferência foi criticada por parte do movimento, mas apoiada pelo movimento de lésbicas e trans.

“(…)Por exemplo, o movimento de trans sempre teve uma relação muito positiva[com o ENUDS], o movimento de lésbicas [também]sempre teve uma relação positiva, porque elas, identificavam a gente como aliados(…)[Então] era

exatamente a ABGLT e militantes gays que viam a gente como ameaça”. (Dário, entrevista em 12/12/14).

Vale ressaltar que a leitura feita por Dário sobre a relação positiva entre o movimento trans, principalmente, e o ENUDS, talvez se explique pela participação deste movimento nas mesas do Encontro anterior e pelas propostas de visibilidade de pessoas trans que aparecem nas atas de plenárias finais desde o III ENUDS.

Assim, o Encontro daquele ano consolida a aproximação com o debate “acadêmico” iniciado no encontro de 2007 e, apesar de receber críticas, como “O ENUDS virou uma ‘SBPC’⁸⁰ de viados”, é lembrado como o momento que estados mais distantes das sedes anteriores puderam participar, como o Acre, Amapá, Roraima e Rondônia.

Nesse sentido, o sentimento de insatisfação dos enudianos que participaram dos debates realizados na Primeira Conferência reverbera na escolha do tema desse Encontro e do seguinte, despertando o desejo de “não esquecer a academia na questão de políticas públicas” (ENUDS, 2008), fato que se evidencia na própria arte do cartaz da VII edição (Figura 7). Nele, veem-se mãos coloridas unidas, simbolizando a união da “academia” e da “militância da diversidade sexual”.

Figura 7 - Cartaz do VII ENUDS



Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/enuds/?fref=ts>>. Acesso em: 10 jun. 2014

⁸⁰ SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

O VII ENUDS, que viria a ser realizado em 2009, teve como sede a UFMG, em Belo Horizonte (MG). Foi organizado pelo Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDDS!)⁸¹ e pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Nuh/UFMG). A parceria entre o núcleo interdisciplinar (Nuh/UFMG) e o grupo composto por estudantes de diversos cursos (GUDDDS!) já estava presente em outros projetos de extensão universitária, da UFMG, como o Programa de Educação sem Homofobia, realizado em parceria com a Secretaria de Educação Continuada (Secad/MEC)⁸², prefeituras municipais e outros grupos do movimento social, para a capacitação de educadores. Além disso, realizaram, neste mesmo ano, a “I Semana Universitária da Diversidade Sexual”, que ganhou o Prêmio Cultural LGBT 2009 (ENUDS, 2009).

O material desta edição traz em sua metodologia os objetivos do Encontro, que tangenciam as intenções não apenas deste ENUDS:

“I – conjugar os esforços de estudantes e pesquisadores, congregando os movimentos sociais para um debate incisivo no que tange à diversidade sexual no contexto universitário

II – problematizar, junto aos movimentos sociais, a forma como lidam internamente com a diversidade de orientação sexual e de identidades de gênero;

III – somar esforços no questionamento ao Estado quanto à proposição e execução de políticas públicas no que tange a diversidade sexual;

IV – discutir e problematizar os modos como o ENUDS tem lidado com as outras lutas sociais;

V – discutir e problematizar como essa confluência de atores contribui para a formulação de um ideal de sociedade, pensando se existe a possibilidade de constituição de uma arena onde todas essas lutas sociais se encontrem;

VI – problematizar a relação entre militância e academia, proporcionando o intercâmbio de saberes.” (ENUDS, 2009).

⁸¹ O grupo foi criado em 2007 e funciona até hoje, com a proposta de promover a discussão em defesa de livre orientação sexual e de identidade de gênero dentro da UFMG e fora dela. Disponível em: <<https://guddsmg.wordpress.com/2008/09/>>. Acesso em: 20 nov. 2015. Hoje o grupo ainda atua na universidade.

⁸² Segundo o blog do Projeto: “O Projeto Educação sem Homofobia insere-se dentro das diretrizes do Programa Brasil sem Homofobia (2004), no âmbito da Formação de Profissionais da Educação para a Promoção da Cultura de Reconhecimento da Diversidade Sexual e da Igualdade de Gênero (...) O público alvo constitui-se de 240 educadores e educadoras das redes municipais de ensino de Belo Horizonte e Contagem do Estado de Minas Gerais.” Disponível em: <<https://educacaosemhomofobia.wordpress.com/2009/09/20/hello-world/>>. Acesso em 20 nov. 2015.

Compilando um conjunto de objetivos que já permeavam outras edições, como a de problematizar a relação entre militância e academia, esta VII Edição aproxima mais o ENUDS de outros movimentos e lutas sociais. Essa aproximação e diálogo ocorrem no mesmo ano de lançamento de dois planos importantes para as políticas LGBTs: o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT – formulado como resultado da Primeira Conferência Nacional GLBT – e o III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3)⁸³. Contando com financiamento da SEDH, do governo do estado, da prefeitura de Belo Horizonte, UNAIDS, entre outras entidades, o ENUDS de Belo Horizonte reúne um conjunto grande de participantes (aproximadamente 700) e uma programação com 106 comunicações orais – apresentação de trabalhos –, frente a 20 apresentadas na Edição de 2006.

A partir desses dois últimos Encontros, alguns debates se consolidam ainda mais como temas essenciais dos grupos de discussão. Destacam-se entre eles “Travestilidade e Transexualidade”; “Saúde e Diversidade Sexual”; “Direito, Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Diversidade Sexual”; “Políticas Educacionais e Diversidade Sexual”; “Lesbianidades”; “Raça e Religiosidade”. Cabe lembrar que os espaços de trocas de experiência se mantêm como espaços base do Encontro.

Peitos, bundas, bocas, pênis, mãos, vaginas e anus penetrados e conectados, como se um saísse de dentro do outro e todos formassem dois círculos, sem início ou fim. Da cor rosa, colocada como crítica⁸⁴, nas linhas dos corpos se forma o número oito do VIII ENUDS (Figura 8). A edição de 2010 debateu o diálogo entre militância e academia, tendo um título com a expressão “cilada dos movimentos sociais”, em um ponto de crítica aos modelos identitários do movimento LGBT.

⁸³ Para uma análise sobre os processos de elaboração deste Plano, ver Aguião, 2014a.

⁸⁴ No blog do Evento, foi publicado um poema sobre a cor rosa como meio de “subversão”. Disponível em: <www.8enuds.blogspot.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Figura 8 - Cartaz do VIII ENUDS



Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/enuds/?fref=ts>>. Acesso em: 10 jun. 2014

Unindo símbolos corporais de sexo e gênero, com o intuito de problematizar os limites das identidades, o texto de apresentação do Encontro aborda um caminho teórico/político:

“Este Encontro busca problematizar as dimensões assimiláveis e transformadoras das ações políticas tanto dos governos quanto dos movimentos sociais. Além disso, almeja que o espaço universitário torne visível e promova discussões sobre diversidade sexual interseccionadas com/por múltiplos marcadores de diferenças como classe, raça, etnia, idade, entre outros; questionando a manutenção e o esfacelamento de estruturas, dispositivos ou convenções sociais opressoras.”⁸⁵

Organizado pela ONG Identidade - Grupo de Luta pela Diversidade Sexual de Campinas⁸⁶, pelo núcleo NuDU - Núcleo de Diversidade Sexual da UNICAMP e pelo Grupo MO.LE.CA⁸⁷, da mesma universidade, o VIII ENUDS consegue reunir quase 700 pessoas e o

⁸⁵ Disponível em: <www.8enuds.blogspot.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁸⁶ O grupo Identidade foi criado em 2004 e atua na cidade de Campinas/RJ. Uma descrição mais atenta sobre ele será feita no capítulo 2 desta dissertação.

⁸⁷ Segundo a página do Grupo: “O Grupo Mo.Le.Ca - Movimento Lésbico de Campinas é uma organização voltada totalmente aos interesses das mulheres lésbicas e bissexuais. É uma associação civil sem fins lucrativos, de natureza não governamental, sem qualquer vinculação a partidos políticos ou crenças religiosas. O Grupo é

maior número de convidados vindos da academia para mesas e oficinas. No mesmo ano da I Marcha contra Homofobia de âmbito nacional realizada em Brasília e da criação do Conselho Nacional LGBT, este Encontro teve o apoio do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu⁸⁸ e financiamentos da UNICAMP, do Programa de AIDS de Campinas, do governo do Estado de São Paulo e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH).

Considerado por Rodrigo um Encontro com “a cara do Pagu”, o quadro de convidados das quatro mesas (lutas sociais, desigualdades sociais e opressões, feminismos e mercado) foi formado em grande parte por pesquisadoras desse núcleo, assim como nomes com quem elas dialogavam. A mesa de abertura do evento, que tinha como tema o debate sobre as lutas sociais em diferentes ordens, contou com a antropóloga Regina Facchini (Pagu/UNICAMP), a pedagoga Ana Cristina Conceição (UFAL), o sociólogo Luiz Mello (UFG) e o antropólogo Sergio Carrara (UERJ); a mesa sobre desigualdades reuniu o antropólogo Osmundo Pinho (UFRB), o psicólogo Marco Aurélio Prado (UFMG), a antropóloga Adriana Vianna (UFRJ) e a militante Janaina Lima (Identidade/SP); a mesa sobre feminismos conta com a antropóloga Maria Filomena Gregori (Pagu/UNICAMP), a ativista Sônia Correia (ABIA), Míriam Grossi (UFSC) e a socióloga Mirian Adelman (UFPR); e a mesa sobre mercado fechou o evento com os antropólogos Isadora Lins França (Pagu/UNICAMP), Marcelo Perilo (UFG) e o historiador Bruno Leal (UFMG). Dário conta que a organização sofreu muitas críticas pelo quadro de convidados:

dirigido somente por mulheres e realiza todas as suas atividades voltadas ao público lésbico e bissexual da região de Campinas. Segundo pesquisas recentes do Ministério da Saúde do governo brasileiro, calcula-se que, no mínimo, 3,5% da população seja lésbica. Assim, no município de Campinas SP, que conta com uma população de 1 milhão de habitantes, estima-se que a população lésbica gire em torno de 35 mil mulheres. O Mo.Le.Ca. foi criado no ano 2000 para atender a demanda dessa população, criando um espaço específico para discussão da vivência lésbica, dos preconceitos que dela emergem e para promover a inclusão dessas mulheres na sociedade, de forma igualitária. A ideia começou a tomar forma no início do ano 2000, quando um pequeno grupo de mulheres homossexuais foi formado por Edwiges Rabelo de Lima, Neusa Maria de Jesus, Adriana Ramos e Maria Helena de Almeida Freitas e iniciada a discussão. Foram enviadas 35 cartas às conhecidas e em 20 de maio de 2000 foi realizada uma reunião entre lésbicas, bissexuais e interessadas, e compareceram onze mulheres que discutiram suas impressões a respeito da criação do grupo de discussão, sendo decidido que seria um grupo formado especificamente por mulheres”. Disponível em: <http://backupfazendoestrelas.blogs.sapo.pt/56493.html>. Acesso em: 20 nov. 2015. O Grupo está ativo ainda hoje.

⁸⁸ Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, UNICAMP/SP.

“O ENUDS de Campinas foi um ENUDS muito academicista, e foi um grande choque, diversos professores envolvidos com teoria *queer* foram convidados, essa galera da teoria queer brasileira, essa nata acadêmica, foram chamados e ficou muito evidente essa meritocracia, então essa galera que passou a legitimar, naquele momento tomou esse baque, as pessoas andavam por nós como se fossem semi-deuses. Os grupos de trabalhos viraram quase que bancas de apresentações de trabalhos de congressos. Não eram espaços de debates, do que a galera estava discutindo. É tanto que os professores fizeram isso no primeiro dia e no segundo dia não foram para o espaço”. (Dário, entrevista em 12/12/14).

O “oficuroso” (oficina/mini-curso) de “Introdução à Política Queer”, coordenado pelos professores Richard Miskolci (UFSCAR) e Leandro Colling (UFBA), foi considerado especial na programação. Ele refletiu o desejo de um debate dos novos grupos universitários que estavam surgindo naquele momento. Em texto publicado no site do Fórum Baiano LGBT⁸⁹, um dos participantes do Encontro diz que a discussão sobre a “teoria queer”⁹⁰ pairava nos espaços e nas falas. Para Dário:

“A teoria *queer* também fez parte das discussões que marcaram o ENUDS, muitas pessoas ainda não conheciam essa teoria (...). Além desta oficina a *teoria queer* permeava quase todas as discussões expostas (...). Nas falas havia sempre o questionamento do binarismo, da heteronormatividade e da ressignificação de conceitos relacionados a identidades”. (Dário, entrevista em 12/12/14).

Depois de o ENUDS se distanciar do movimento estudantil, a crítica ao movimento LGBT vem à cena, e, como consequência, começa a ocorrer um debate mais intenso sobre o

⁸⁹ Segundo a página do Fórum: “O Fórum Baiano de Grupos LGBT nasceu da necessidade de construir a unidade do movimento das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais do Estado da Bahia, articular as diversas iniciativas então localizadas e fortalecer e ampliar a nossa luta. Hoje, é a grande referência do movimento LGBT baiano, consolidado e respeitado no movimento social e pelas instituições sociais” <<http://forumbaianolgbt.blogspot.com.br/2009/08/esse-e-o-blog-do-movimento-lgbt-baiano.html>>. Acesso em 18 junho de 2015.

⁹⁰ “Os estudos *queer* enfatizam a instabilidade/fluidez das identidades sexuais e a imbricação da sexualidade em relações de poder e hierarquias sociais dinâmicas e contextuais”. (CARRARA e SIMÕES, 2007). Assim como Carrara (2013), acredito que “o modo como tais abordagens impactam os estudos de cunho antropológico sobre homossexualidade no Brasil mereceria reflexão à parte. De certo ponto de vista, eles convergem com o construcionismo social, do qual não deixam de ser uma variante mais radical. Talvez por isso, tenham parecido mais inovadoras para educadores e sociólogos do que para muitos antropólogos brasileiros. De outro lado, porém, o compromisso teórico com a desconstrução das identidades sexuais e de gênero faz com que, por vezes, se torne tenso e conflituoso o diálogo entre ‘acadêmicos’ que abraçam tal perspectiva, o movimento, cujo sujeito político projeta-se cada vez mais claramente enquanto minoria discriminada, e formuladores de políticas públicas, cujo alvo passa progressivamente a ser tratado enquanto uma população, a “população LGBT”.

que é entendido como “política queer”. Nos espaços desse evento, porém, não há um consenso sobre se a política queer é, realmente, uma alternativa política, questão evidenciada nessa VIII edição. Segundo Dário, nesse Encontro aconteceram debates mais acirrados, principalmente, sobre a política não-identitária – mais uma vez, não como a melhor saída, mas sim uma maneira de pensar novas formas de fazer política.

“(…) Eu acho um discurso [teoria *queer*] muito pior, do que, por exemplo, o discurso identitário do movimento LGBT, porque é a academia. [Depois deste ENUDS] A euforia [com a teoria *queer*] se diluiu e o processo foi de amadurecer e pensar novas formas.” (Dário, entrevista em 12/12/14).

A efervescência neste ENUDS foi marcada por embates entre os enudianos, pelas tensões comuns entre os posicionamentos políticos e pelos conflitos entre os participantes e a organização, com troca de acusações de “silenciamento” nos momentos de divergência nas mesas temáticas. Rodrigo coloca que chegou ao ponto de se dizer, na mesa sobre feminismos, “aí não tem nenhuma mulher negra” e que o “silenciamento” desta crítica foi feito “pela defesa de um privilégio que eles não querem perder”. (Rodrigo, entrevista em 26/08/15).

Por fim, com uma Plenária Final “tensa” do “jeito ENUDS”, esta Edição termina. Desta forma, o VIII ENUDS se encerra com a aprovação de moções de repúdio⁹¹ e resoluções para o próximo Encontro. Para parte da academia, com quem o ENUDS dialoga (ou dialogava), restou uma imagem não mais tão positiva.

1.3 A emergência e o retorno de formas de organização política: do IX ao XII Encontros

Após o hiato do ano de 2011⁹², o ENUDS retorna numa nova fase, instigado, nas edições IX e X, pela ideia de “experimentar novas formas”, segundo Dário. O IX Encontro se

⁹¹ “Moções de repúdio” são moções de censura apresentadas nas Plenárias Finais. Neste ENUDS, a moção foi destinada a um professor (que não teve acesso ao nome e nem o motivo) da UNICAMP.

⁹² Ver Introdução, pg. 19.

realiza no primeiro semestre de 2012, na UFBA; já o X ENUDS, em novembro do mesmo ano, na UFRRJ (Seropédica-RJ).

Há a uma presença maior de representantes de movimentos sociais nestes dois Encontros, pela ligação de grupos das comissões organizadoras (o KIU!⁹³, de Salvador, e o Pontes⁹⁴, de Seropédica) com organizações da ABGLT e partidos de esquerda. O IX ENUDS, por exemplo, recebe apoio de duas grandes organizações LGBTs de Salvador: a Associação Beco das Cores e o Fórum Baiano LGBT. Por conseguinte, essa ligação irá influenciar a ideia de que os Encontros deveriam dialogar mais com os atores sociais que pensam e produzem as pautas políticas do que com os que estão exclusivamente na academia.

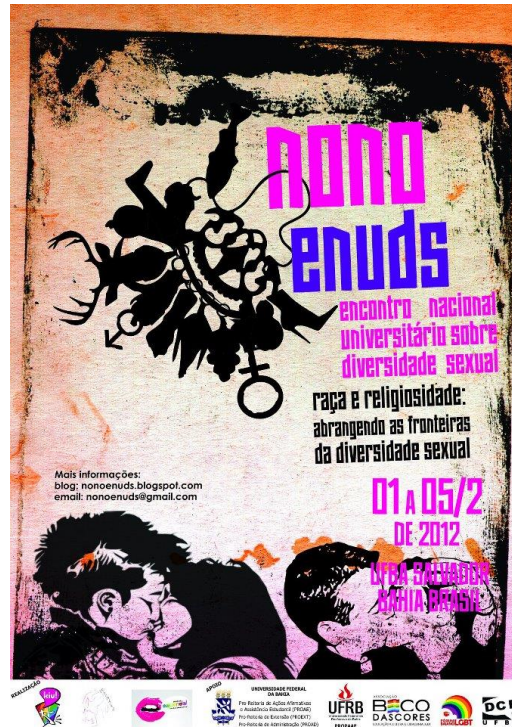
O IX ENUDS em Salvador teve como tema “Raça e Religiosidade”, questões inéditas até então. O cartaz do evento apresenta um “patuá”⁹⁵, contendo além de elementos tradicionais, como, a figa, os símbolos do feminino e masculino e as figuras de um salto alto e a cabeça de um veado. Embaixo, o cartaz traz os desenhos de um casal de lésbicas e um casal de gays (Figura 9).

⁹³ Segundo o blog do Coletivo Kiu!: “O Coletivo Universitário pela Diversidade Sexual - KIU! foi criado em Salvador em 2004 a partir da associação de estudantes da UFBA e da UCSAL.” Disponível em: <http://coletivokiu.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20 nov. 2015. Hoje o Coletivo é filiado ao Fórum Baiano LGBT e a ABGLT.

⁹⁴ Segundo o blog do Grupo Pontes: “Somos um grupo de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, de Diversidade Sexual. Desde 2006 somos um grupo aberto e não restritivo que luta contra a homofobia e por uma educação universitária mais justa e adaptada as diferentes orientações sexuais”. Disponível em: <http://grupo-pontes.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20 nov. 2015. O Grupo funciona até hoje.

⁹⁵ Patuá é um amuleto utilizado por pessoas de religiões de matriz africana, como o Candomblé.

Figura 9 - Cartaz do IX ENUDS



Fonte: <https://www.facebook.com/ENUDS/photos_stream?ref=page_internal>. Acesso em: 10 jun. 2014

Para as mesas de debate, o Encontro contou com representantes do movimento negro e falas sobre a laicidade do Estado – poucos meses antes, houve o veto presidencial ao “Programa Escola Sem Homofobia”⁹⁶, batizado por seus opositores de “kit-gay”, por pressão da “bancada religiosa” do Congresso Nacional. Vale ressaltar que os acontecimentos de 2011 repercutiram de diferentes maneiras nos debates deste ENUDS. Início do Governo Dilma Rousseff, 2011 foi um ano movimentado, marcado pelo lançamento do Disque 100⁹⁷ da

⁹⁶ O Programa foi lançado com o objetivo de combater a violência contra LGBTs nos ambientes escolares. O veto presidencial ocorreu em 2011. Para saber mais sobre a polêmica do “kit-gay”, ver: Vital e Leite Lopes (2013) e Leite (2014).

⁹⁷ Segundo o site da SDH: “É um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), vinculado a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, em especial as que atingem populações com vulnerabilidade acrescida, como: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, LGBT, Pessoas em Situação de Rua e Outros, como quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade”. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/disque-direitos-humanos/disque-direitos-humanos>>. Acesso em 22 nov. 2015.

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; pelo reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar pelo Supremo Tribunal Federal; e, principalmente, pela realização da Segunda Conferência Nacional LGBT (AGUIÃO, 2014a). Essa última teve presença de muitos integrantes do Coletivo KIU!, pois o mesmo, além de ser um coletivo universitário, é filiado ao Fórum Baiano LGBT e à ABGLT.

A abertura do Evento ocorreu em formato solene, com representações dos movimentos sociais e governamentais. Logo em seguida, houve a primeira mesa, que conduziu um debate sobre a “vivência das mulheres negras lésbicas em espaços religiosos” e que contou com “acadêmicas” como Denise Botelho (UNB) e Wilma Reis (CEAFRO/UFBA); e as militantes Eliana Emetério (PR), Pollyana Marques (GO) e Viviane Aqualtine (BA). A segunda mesa pretendeu estabelecer um diálogo entre diferentes movimentos étnicos-raciais no Brasil e suas formas de valorizar e integrar a “diversidade sexual” e recebeu três indígenas da Bahia. Versando sobre o tema de movimentos religiosos, a terceira mesa recebeu as militantes Wanda Machado (Camdomblé-BA), Cristiano Valério (Pastor da ICM-SP) e Valéria Melk (Católicas pelo Direito de Decidir-SP). Por fim, o Encontro forma pela primeira vez uma mesa só de pessoas travestis e transexuais com o objetivo de debater a experiência desses atores nos campos da religião, contando com a presença das militantes Fernanda Moraes (ANTRA/SP), Josiane Ferreira de Sousa (ICM/SP), André Guerreiro (PR) e Edicicleia (Pajelancia/MA).

Essas mesas debatiam a integração desses sujeitos na “hierarquia religiosa” e dividiam os espaços com alguns “oficursos”. Por exemplo, o “oficurso” chamado “Raízes da homossexualidade no Brasil”, com o antropólogo Luiz Mott, dividia a programação com outro intitulado “Esquizoanálise e desconstrução do corpo: apontamentos para a compreensão da chuca⁹⁸”, com o militante Julio César Sanches. Contudo, esses temas dividiam espaços com debates já comuns nos Encontros, como educação, Saúde LGBT, Raça e sexualidade, Violência, Movimentos Sociais e Feminismo.

⁹⁸ “Chuca” é um termo popular para enema, prática cujo objetivo é lavar o intestino, podendo ser realizada antes de relações que envolvam sexo anal.

No X ENUDS, realizado em 2012, com o título “Práticas de Enfrentamento e Resistência: Corpo, Política, Discurso e Poder”. A arte do cartaz representa essa temática, elucidando o simbolismo do discurso, das disputas e da ação (Figura 10).

Figura 10 - Cartaz do X ENUDS



Fonte: <<https://www.facebook.com/groups/enuds/?fref=ts>>. Acesso em: 10 jun. 2014

A reflexão sobre as práticas e discursos a partir dos movimentos sociais permeou essa edição do Encontro, algo que pode ser observado em uma mesa nomeada “Corpos em trânsito: experiências e resistências de travestis e transexuais”, formada exclusivamente por travestis e transexuais. Mariana, uma das organizadoras deste ENUDS, considera a transformação – do caráter mais “academicista”, para o de militância – um fato necessário:

“O ENUDS agora tem feito essa crítica constante de ser um espaço mais acadêmico e tal. Essa crítica vem sendo feita a alguns ENUDS que agora os grupos que têm tomado para organizar têm uma pegada mais de militância, não são grupos de estudo. [...]. Então, a forma como o ENUDS se constrói a partir daí é outra também. Não tem mais esse caráter academicista tão forte. Isso não é o principal do ENUDS. [...]. Então isso contribui para que o ENUDS mude o caráter dele, de ser um espaço mais de atuação, de militância [...] de encontro de militância, de encontro de coletivos universitários. Eu acho que a mudança vem mais nesse sentido, porque ou muda, ou deixa de existir enquanto um espaço considerado”. (Mariana, entrevista em 14/05/14).

A observação de Mariana sobre as críticas ao ENUDS como um espaço “acadêmico” demonstra o momento da formulação e organização mais afinado com o movimento LGBT e outros movimentos sociais. Contudo, como a própria trajetória do Encontro demonstra, a maior aproximação com um determinado espaço (movimento LGBT, academia ou movimento estudantil) não elimina o diálogo e a presença dos outros na constituição do evento. Assim, o ENUDS se apresenta mais como um lugar de diálogo, formado e construído conjuntamente por esses três atores sociais (movimento LGBT, movimento estudantil e academia). Em outras palavras, a classificação do ENUDS tanto como movimento estudantil, quanto como movimento LGBT, ou quanto academia é possível e legítima.

O diálogo, então, com setores do movimento organiza a linha do Encontro em quatro mesas de debate: Conjuntura e Política LGBT: Contextos, Experiências e Perspectivas; Corpo Político e Subjetividade: Marcadores de Diferença e Resistência; Corpos em Trânsito: Experiências e Resistências de Travestis e Transexuais; Sexualidades e Descolonização dos Saberes: Periferia, Ruralidades e Outras Margens Territoriais. Nesse sentido, o X ENUDS, com duração de seis dias, leva para dentro do Encontro uma linha de debate que se inicia na análise de conjuntura e finaliza refletindo sobre a “militância da diversidade sexual” em universidades que não estariam nos grandes centros, como é o caso da UFRRJ.

Os Encontros de 2012 continuam recebendo, em média, o mesmo número de participantes (600) que os encontros imediatamente anteriores. Da mesma forma, continuam a ser financiados pelas universidades sedes, editais de governos estaduais e pelo Governo Federal via SDH. Além das similaridades com os ENUDS anteriores, o X Encontro contou com um espaço em sua programação nomeado de “ENUDS Outgames”, ou seja, jogos de competição como “gaymada”, “nado sincronizado”, “desfile de salto”, entre outros, pensados como mais um espaço de interação entre os enudianos para além das já mencionadas Culturais.

Figura 11 - Cartaz do XI ENUDS



Fonte: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=165783923595676&set=a.107210746119661.13410.100004922082053&type=3&theater>> Acesso em: 10 jun. 2014

Uma travesti⁹⁹ fritando uma representação de família – homem, mulher e crianças – (Figura 11). O XI ENUDS, inaugurando o Encontro na região sul do país, ocorre na cidade de Matinhos, no campus da UFPR. Realizado em 2013, ano de importantes acontecimentos – como as manifestações de junho¹⁰⁰ e a visita do Papa Francisco à cidade do Rio de Janeiro –, o XI ENUDS é tão significativo para a trajetória dos Encontros quanto o ano em que ocorre é para os movimentos sociais e manifestações públicas no Brasil. Destaca-se o fato de ser a primeira vez que o evento foi organizado por uma CO formada exclusivamente por mulheres, sendo estas integrantes do Coletivo Leque¹⁰¹. Vale ressaltar que, no mesmo ano de 2013, esse

⁹⁹ A identificação da figura como sendo uma travesti foi explicitamente feita pela Comissão Organizadora na Plenária Inicial do XI ENUDS.

¹⁰⁰ Para uma análise sobre este momento, ver ALBUQUERQUE, et al., 2014 e NOVAES; ALVIM, 2014.

¹⁰¹ Segundo o “guia” entregue aos enudianos no XI ENUDS: “O Coletivo Leque é um coletivo autônomo que existe desde 2009 e surge do agrupamento de estudantes em uma das ferramentas pedagógicas da UFPR-Litoral, as IDH (Interações Culturais e Humanísticas, que acontecem às quartas-feiras ao invés da grade curricular de cada curso). Dessa forma, possibilitou-se uma maior interlocução entre xs participantes e a progressiva

Coletivo abandona a linha de diálogo e aproximação com alguns atores dos movimentos sociais – que estariam mais próximos na formulação de políticas públicas –, o que repercute no título do Encontro: “Fritando as Políticas de Enfrentamento ao Heterossexismo – Fofocas e Cochichos: os Rumores Laterais”.

Em descrição feita pelo Coletivo, no texto da Plenária Inicial do Encontro, aparecem alguns termos que intensificam o caráter do ENUDS como um local de experiência:

“Entendemos o ENUDS enquanto espaço de resistência, de formação, de interação, de práticas políticas e transgressoras, de trocas de experiências, de visibilidade para a diversidade sexual dentro na universidade, de empoderamento dos grupos e sujeitos, de diversão, de debate teórico e de enfrentamento do machismo e da heteronormatividade, muito além dos academicismos” (ENUDS, 2013).

No cenário mais amplo de questionamentos gerados pelas manifestações que ocorriam durante o ano, o Encontro de 2013 suscita com mais força termos como “horizontalidade”, “enfrentamento” e “construção coletiva”. Estes, porém, já apareciam nos espaços anteriores, principalmente a partir do VIII ENUDS, realizado em 2008.

O Encontro aumenta em sua programação o número de oficinas e minicursos, trazendo ainda apresentações artísticas e performances em diversos locais. Seu Ato-público reuniu apenas participantes, diferentemente do ENUDS anterior, que uniu o espaço da programação do Ato-público com a Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro. O Ato daquele ano ocorreu na avenida principal da cidade, mas contou com reduzida presença de participantes dado o frio que fazia no dia. Uma grande bandeira do arco-íris e cartazes feitos na hora compunham o cenário que, segundo os presentes, era de “muita fecheação” – pessoas de saltos, leques, roupas coloridas, “beijaços”¹⁰² e gritos de palavras de ordem, como: “As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução”; “Eu sou passiva, sou sapatão, sou travesti e luto contra a opressão”; “Eu beijo homem, beijo mulher, tenho o direito de beijar

articulação dxsmesmxs, o Coletivo Leque se estabelece como uma luta estudantil lateral, que se pensa através de várias linhas políticas que dialogam, escapando dos modelos quadrados e aparelhados por partidos políticos”. O grupo ainda está ativo na universidade.

¹⁰² “Beijaços” são formas de manifestações coletivas onde pessoas do mesmo gênero se beijam, como forma de protesto e com objetivo de chocar aqueles que rejeitam tais formas de expressão de afeto.

quem eu quiser; e uma música constantemente cantada: “Se o mundo (se o mundo) fosse cheio de sapatão, seria a revolução, revolução da sapatão/ Se o mundo fosse cheio de viado, seria equilibrado, movimento organizado”. Nesta última palavra de ordem, aparece a referência à uma leitura constante no movimento LGBT, de que o mesmo seria ocupado majoritariamente por homens gays que ocupariam os cargos de importância das grandes organizações do movimento.

O incentivo a espaços auto-organizados e a defesa de autonomia desses espaços foram colocados com maior ênfase, apesar de já existirem em grande parte dos ENUDS, como, por exemplo, a deliberação para um espaço auto-organizado de mulheres, acordada no II Pré-Encontro, em Fortaleza/CE. Em Ata da Plenária final, deste Pré-Encontro, é descrito como será a “comissão de mulheres” durante o XI ENUDS:

“Existirá no XI ENUDS uma comissão de mulheres (pessoas do gênero feminino ou que se identificam), que se organizará de forma autônoma pelxs enudianxs, caso ocorra alguma agressão verbal ou física durante o evento. Não serão tolerados casos de violência durante o XI ENUDS e essa comissão agirá com o intuito de tomar as providências necessárias e coletivas.” (ENUDS, 2013)

Assim como no VIII Encontro, a expressão “teoria *queer*” está em evidência nas rodas de conversa, nos grupos de discussões temáticas, nas oficinas e nos minicursos, apesar de o debate se dar diferentemente, pois quem o protagoniza são os participantes e não os professores universitários. Como exemplo, há uma maior presença nesse evento de oficinas oferecidas por grupos que se identificavam como “grupos *queer*”, como as oficinas: “Corpo: da Produção dos Prazeres aos Limites das Identidades, Algumas Possibilidades” e “Feminismo Baitola: Micropolíticas de Não-Homens em Combate ao Heterossexismo”. Outro termo muito presente neste Encontro foi “interseccionalidade”¹⁰³, utilizado em referência às ações que deveriam ser feitas e pautas de luta dos grupos e coletivos dada a importância da relação e reflexão entre raça e classe, em conjunto com gênero. Assim, o termo que surge nos debates acadêmicos passa a ser utilizado no ENUDS como meio de reafirmar a importância

¹⁰³ Para uma análise acerca do termo, ver Brah (2006)

do movimento social considerando as relações entre as distintas opressões de classe, gênero, raça e orientação sexual.

O sentimento de enfrentamento, tanto com os movimentos sociais quanto com a academia, direcionou a organização do Evento. São convidadas para o espaço de roda de conversa figuras que representam esses dois campos, mas que são lidas como aliadas e críticas dos espaços a que pertencem, movimento LGBT e academia, respectivamente, como Fernanda Benvenutty e a psicóloga Tatiana Lionço. Além disso, a afirmação de que “aquele não era um espaço ‘academicista’ e sim de troca de experiências coletivas” era feita pela Comissão Organizadora, em acordo com o interesse dos participantes.

Cabe destacar que a programação do evento distribuída para os participantes, além de contar com a descrição dos espaços de mesa, resumos dos trabalhos, descrições das oficinas e a apresentação e objetivos da comissão organizadora para o Encontro, trazia ainda nas primeiras páginas uma homenagem à Lucas Fortuna escrita por Elaine Gonzaga (uma das minhas entrevistadas). O texto foi lido por uma integrante da CO na Solenidade de Abertura deste ENUDS, momento que se seguiu por uma fala do pai de Lucas. A homenagem transmitiu a importância da memória do que ocorreu com Lucas:

“Ano passado, mais precisamente em 18 de novembro, enquanto acontecia o X ENUDS em Seropédica chegou a notícia do assassinato do Lucas Fortuna. Seu corpo foi encontrado com marcas de violência em uma praia de Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Para a polícia, um latrocínio. Como sempre, o equívoco das autoridades [que] não entenderam as motivações de ódio nos crimes contra a população LGBT no país. Ouvi de um delegado que o Lucas foi ‘iminentemente o responsável pela sua morte’.

Mas quem era Lucas Fortuna? Por que sua morte causou tanta comoção? Lucas era um jovem militante de 28 anos, que participou ativamente da construção e criação do ENUDS, foi um dos fundadores do grupo Colcha de Retalhos – a UFG Saindo do Armário, levou para dentro da Executiva dos Estudantes de Comunicação (ENECOS) o debate sobre as questões de diversidade sexual, além de ter pautado essa discussão em todos os espaços onde militou.” (ENUDS, 2013)

O XI ENUDS, ao se passar num ano de muitas manifestações, pretendia apontar simultaneamente suas críticas ao campo político e ao campo científico. Todavia, a animosidade do enfrentamento com atores sociais (movimento LGBT e academia), presente no ENUDS Matinhos, não perdurou com a mesma força no XII ENUDS, no qual o diálogo

com os movimentos sociais e o debate sobre pautas políticas seriam retomados. Em entrevista, Rebeca critica a organização deste Encontro:

“É, as meninas do Leque me pareciam muito radicais e uma compressão muito anarquista para o movimento ideológico do que seria importante para o ENUDS. Eu acho que não tem condição, e a história do ENUDS mostra que nenhum grupo que tentou hegemonizar a sua ideologia conseguiu, porque esse espaço é de diversidade sexual, de política, cultural e etc., então, não tem como nenhum grupo achar que vai hegemonizar uma única compreensão política sobre o que é este espaço”. (Rebeca, entrevista em 13/12/2014).

O XII ENUDS deixa de lado as “fofocas e cochichos” e traz o título “Prática Fechativa: Tire seu Discurso do Caminho que Eu Vou Passar com a Minha Luta”. Realizado na cidade de Mossoró, interior do Rio Grande do Norte, a imagem do cartaz apresenta a arte de três corpos coloridos, ambíguos e de linhas imprecisas (Figura 12).

Figura 12 - Cartaz do XII ENUDS



Fonte: Acervo Coletivo Divergen

Este Encontro foi perpassado por incertezas, inclusive com relação à escolha da sede. Antes de ter Mossoró (RN) como sede, o Encontro ia ser realizado na cidade de Fortaleza. Contudo, pelo encerramento do grupo “Bando 17 de Maio”, que até o momento era Comissão Organizadora, o Encontro fica temporariamente sem local. Posteriormente decide-se que a UFERSA (RN) receberia esta edição.

A escolha do Coletivo Divergen, de Mossoró, que já estava contribuindo como CO, foi defendida principalmente pela oportunidade de realizar o Encontro em mais uma cidade do interior, o que foi lembrado e ovacionado na Plenária Inicial. A preocupação em deslocar o debate da “diversidade sexual” dos centros metropolitanos, o trabalho na base dos coletivos e o fato de ser um espaço formativo contribuíram para a defesa da realização do evento naquela cidade. O ENUDS também se articula a fim de visibilizar e levar a discussão da “diversidade sexual” para o cotidiano das universidades e das regiões onde as mesmas se encontram, no intuito de articular, por exemplo, atos políticos. Conforme ressalta Mariana:

“Um espaço de encontro, um espaço de formação política, um espaço de aproximação. (...) Ele [o ENUDS] cumpre um papel importante no trabalho de base dos coletivos; ele sempre cumpriu esse papel: de ser um espaço formativo, porque os coletivos têm dificuldade de construir espaços formativos com essa possibilidade que o ENUDS dá, de trazer pessoas para falar. [...]. Então, é quase como um ato político nas universidades brasileiras do interior. O ENUDS dessas universidades mais afastadas tem um pouco desse caráter de levar a discussão... De visibilizar mais do que levar. [...] Também de ser um espaço para abrir caminhos nas universidades, de chegar com esse projeto do ENUDS e já com a proposta de articular com professores, articular para a criação de núcleos de pesquisa [...]”. (Mariana, entrevista em 14/05/14).

O alcance que o ENUDS projeta também é um efeito da dimensão que o evento tem como espaço formador de sujeitos políticos¹⁰⁴:

“Visibilizar essa discussão não só na universidade, mas em toda a região, porque tem o ato do ENUDS e acaba que a cidade inteira fica sabendo, quando é uma cidade mais para dentro e não está no centro do debate. O ENUDS [deve] ser um espaço para construir esses vínculos institucionais [...]”. (Mariana, entrevista em 14/05/14).

¹⁰⁴ Esta noção do ENUDS como um espaço de formação será desenvolvida no capítulo 2 dessa dissertação.

Nesse sentido, percebe-se que os três ENUDS mais recentes despertaram a atenção para um aspecto importante na sua construção e para esse objetivo colocado por Mariana, pois são as edições onde se pode ver o impacto do processo de expansão universitária viabilizada a partir do Governo de Lula da Silva com o Programa REUNI. A expansão de cursos em universidades, como em Seropédica (UFRRJ), e a criação de campi, como os de Matinhos (UFPR) e Mossoró (UFERSA), que sediaram os ENUDS de 2012, 2013 e 2014, respectivamente, foram resultados significativos do REUNI e que também perpassam a trajetória do Encontro.

O Encontro de 2014 tem a duração de 5 dias e inscreve o maior número de pessoas trans já visto no Encontro – fato decorrente de várias razões, como o processo que já existia no próprio ENUDS de dar visibilidade às pessoas trans e o crescimento da presença de pessoas trans nas universidades.

A participação simultânea de membros da CO em outros espaços também possibilitou convites e contatos diretos com ONGs do movimento travesti e transexual da cidade de Natal/RN. Nesta cena, o XII ENUDS contou com convidados diversos, advindos do movimento trans, de ONGs, blogueiras, dos movimentos negro e camponês; e, por outro lado, com um número mais reduzido de convidados representando a produção e o debate acadêmico, exclusivamente.

Em entrevista feita durante o Encontro, Rebeca reflete sobre a grande participação de pessoas trans no ENUDS:

“Muitas trans mulheres e travestis sempre participaram do ENUDS, não que elas estejam nas universidades, mas como houve essa problematização de qual era o papel do ENUDS, muitas edições tiveram a participação de pessoas de movimentos sociais diversos, principalmente das pessoas trans, para inclusive, pautar dentro da universidade que aquele lugar também é [ou] deveria ser delas. Mas homem trans de uma delegação, não tinha (...). Hoje, neste ENUDS no XII, numa cidade no sertão, no semiárido do Nordeste, a gente vê a participação de talvez 20 homens trans, é uma coisa completamente diferente, pois você não via isso há dois anos atrás no ENUDS”. (Rebeca, entrevista em 13/12/2014).

A Plenária Inicial dessa Edição ocorre no maior auditório da universidade. Com quase todas as cadeiras ocupadas e uma movimentação “do jeito ENUDS”, como descreve Rodrigo,

isto é, com bandeiras, leques coloridos, palavras de ordem, gritos que saudavam cada delegação como, por exemplo, “a Bahia chegou!”, salto alto e pessoas seminuas, o auditório é ocupado antes mesmo do início da Plenária. Logo a mesa é formada por um representante da CO, pelo professor universitário que assina o projeto de extensão do ENUDS e, com desejo de estabelecer a paridade, é chamada para a Plenária uma mulher da Comissão Nacional e uma representante da ONG Atransparencia/RN¹⁰⁵. O constante acionamento da importância da paridade de gênero, e, especialmente nesse ENUDS, da paridade cis/trans¹⁰⁶, ocupa todas as mesas do evento ou espaços de fala pública, como, por exemplo, no momento em que a CO é convidada para fazer uma fala na TV local com um membro da CN, Claudio, e a presidente da Atransparência, Rebecka França.

Na leitura do regimento do evento, ainda na plenária, é decidida a manutenção de uma “comissão de mulheres”, como no ENUDS anterior: “À Comissão de mulheres, auto organizada, compete o acolhimento de denúncias, discussões e decisões acerca de casos de opressões às companheiras do XII ENUDS” (ENUDS, 2014). Vale ressaltar que o nome da comissão se mantém e a descrição de quem pode participar da mesma fica “mulher sendo qualquer pessoa que se identifique com o gênero feminino”.

O XII ENUDS também contou com mesas que refletiam as aproximações entre membros da CO e movimentos sociais diversos. A primeira mesa, “Movimentos Sociais e Transversalidade ou Interseccionalidade das Opressões”, contou com a presença da filósofa Djamila Ribeiro (UNIFESP), um professor de direito¹⁰⁷ da UFERSA e um militante do Levante Popular da Juventude,¹⁰⁸ que se colocava como o primeiro assentado gay do Rio

¹⁰⁵ Associação de Travestis e Transexuais Potiguaras na Ação pela Coerência no Rio Grande do Norte.

¹⁰⁶ Uso a dicotomia cis/trans em conformidade aos escritos do movimento transfeminista. A categoria cis ou cisgênero remete às pessoas que têm sua identidade de gênero em acordo com o sexo designado no nascimento. Em oposição ao termo trans, o binarismo colocado pelo movimento protagonizado por pessoas trans está em negar a ideia de que as pessoas trans se constituem em relação a um “outro normal”. Para uma descrição mais atenta do termo ver Carvalho, 2015.

¹⁰⁷ Não tive acesso ao nome do professor.

¹⁰⁸ “O Levante Popular da Juventude afirma ter nascido no Fórum Social Mundial, no ano de 2005, com “um referencial de esquerda do campo dos movimentos sociais e não de uma juventude partidária com um recorte de

Grande do Norte (ele e seu companheiro foram oficialmente considerados como núcleo familiar no assentamento de que fazem parte). A segunda mesa, acerca dos direitos humanos e políticas públicas, contou com representantes de ONGs do RN e filiadas da ABGLT. A última mesa, “Prática Fechativa: Tire seu Discurso do Caminho que Quero Passar com a Minha Luta”, foi ocupada exclusivamente por mulheres trans: Sofia (Blog Travesti Reflexiva)¹⁰⁹, Maria Clara (UFPE) e Rebecka França (Atransparencia/RN).

Estive presente nesta última mesa, cujo espaço de debate foi utilizado para fazer críticas ao próprio ENUDS, e compartilhei todo sentimento de euforia e aplausos que tomou o auditório a cada fala proferida. Uma participante de Recife/PE, que afirmou ser trans e não universitária, subiu ao palco e falou sobre como estava contente e emocionada com a mesa. Contudo, ao mesmo tempo, estava muito triste por ter, contrariamente às suas expectativas iniciais, percebido no ENUDS a todo tempo olhares curiosos e intrigantes “como se quisessem saber, o que é você?”¹¹⁰. Durante a fala, cabeças da mesa e de outras pessoas na Plenária faziam movimentos de assentimento, como se também tivessem passado por isso ou como se percebessem que isso acontecia também naquele espaço. A fala se prolongou na crítica à falsa liberdade que “vocês” (pessoas cis) diriam viver e experimentar no ENUDS, e continua:

“As pessoas dizem que o ENUDS é isso, é aquilo, mas quando a gente chega aqui continua se sentindo o monstro que a sociedade fala que a gente é. Se vocês querem ser um espaço para todos se sentirem livres, têm que repensar as coisas, como o nome do Encontro. Eu não sou universitária, como a maioria das pessoas trans, se o ENUDS quer receber a gente, acho que deveria mudar de nome.” (Caderno de campo, 16/12/15)

Depois de mais alguns minutos, a fala terminou com muita emoção e choro, o que fez com que toda mesa se levantasse para abraçá-la e toda Plenária ficar em pé, aplaudindo-a. As

esquerda”. Seu principal objetivo é multiplicar grupos de jovens em diferentes territórios e setores sociais fazendo experiências de organização e de mobilização”. (NOVAES; ALVIM, 2014)

¹⁰⁹ “Travesti Reflexiva” é uma página da rede social “Facebook”.

¹¹⁰ Retirado do caderno de campo (16/12/15).

falas seguintes, além de exaltarem a mesa, retomaram a importância de “desconstruir” as diferentes posições individuais para que todos possam “ser livres no ENUDS”.

Chegando à Plenária Final, o Encontro já não contava com todos os seus participantes, pois algumas delegações escolhem retornar antes ou durante a Plenária¹¹¹. A mesma tem início após o almoço e termina após às 23h do último dia do Evento, com menos de 30 pessoas ao final. Na metade do tempo total da Plenária, a proposta de mudança do nome do Encontro para “Encontro Nacional sobre Diversidade Sexual e Gênero” surge no documento projetado da parede do auditório. Ao pedirem esclarecimento, a mesma participante que tinha proferido a fala na última mesa do Encontro se levanta e relata que essa proposta foi feita no Grupo de Discussão Temática sobre transfeminismo. No GDT havia sido debatida a presença de pessoas trans na universidade. Sabendo, por consenso, que esse número é bem baixo, ela argumentava que embora o ENUDS pretendesse ser um espaço de todos e para todos, o termo “universitário” limitaria a presença de pessoas trans.

Vale ressaltar, todavia, que a disputa em torno do nome do evento não é uma novidade nos espaços de Plenária dos ENUDS. Segundo Vinicius, esse debate se reflete na questão processual do Encontro:

“O ‘sobre’, ‘de’, ‘para’ e ‘por’ sempre foram uma ‘dr’ porque cada Encontro era uma coisa, um era sobre, outro era de, outro era pela. Eu acho que isso é o massa, que mostra justamente que é um processo, reafirmando que o ENUDS é um processo.” (Vinicius, entrevista em 20/01/2015).

Começou, assim, um debate entre esta participante e, principalmente, um antigo organizador do ENUDS. Todas as falas que se seguiram à dela foram feitas exclusivamente por homens e começavam com “eu fulano, gay, negro/branco...”, como forma de “localizar o seu lugar de fala e as suas opressões”¹¹². No seguimento do debate, alguns concordavam com a mudança, enquanto outros, sobretudo esse enudiano mais antigo, afirmavam, “mas o ENUDS tem uma história, com a mudança você coloca que aqui nunca foi debatido gênero”. Em contrapartida, o argumento da “representatividade”, ou seja, de que é preciso estar escrito,

¹¹¹ O retorno antes ou durante a Plenária Final é muito comum nos Encontros, muitas vezes pelo controle da universidade ou do motorista de cada delegação.

¹¹² Retirado do caderno de campo (16/12/15).

era posto em defesa da entrada de “gênero” no nome do Encontro. Posteriormente, as pessoas que estavam firmes na manutenção do nome concordaram com a entrada do termo. Contudo, outra questão emergiu e gerou mais tempo de debate: a manutenção ou não de “universitário” no nome do ENUDS.

Assim, o termo universitário passa a ser discutido em muitos níveis, especialmente quanto aos marcadores sociais que perpassam essa categoria. O debate sobre quem está na universidade, isto é, sobre o fato de que os universitários seriam em sua maioria pessoas de classe média, branca e cis, expõe para a Plenária que o espaço da universidade marca os sujeitos que a ela pertencem, “assim como a sociedade”. No meio do debate, a fala de um participante, que se afirma como negro, aponta para a necessidade de que o espaço universitário “permita” que pessoas como “ele” circulem por ali, embora a sensação de não pertença seja lembrada a todo tempo, dado o número reduzido de negros na universidade. Ele continua a fala com: “aqui no ENUDS a maioria das pessoas são brancas e eu sei que o meu corpo não é o exemplo de desejo para essas pessoas, apesar de eu ter feito muita pegação (risos)¹¹³”.

Em sequência, um representante da Comissão Nacional que estava na mesa pega o microfone e diz: “o ENUDS acontece dentro da universidade e é dela que a gente o constrói. Sem o universitário no nome, a universidade não terá motivo ou obrigação de nos financiar e liberar ônibus para as delegações”¹¹⁴. Assim, o argumento do financiamento gera um comum acordo quanto à manutenção do termo, mas não adjetivando os participantes e sim como modo a localizar o próprio evento. Com isso, após algumas horas de plenária, o ENUDS Mossoró modifica o nome do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual para Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero.

Antes da Plenária Final, Rebeca já discutia a mudança do perfil do ENUDS, que, posteriormente, impactaria na mudança de nome do Encontro.

¹¹³ Retirado do caderno de campo (16/12/15).

¹¹⁴ Retirado do caderno de campo (16/12/15).

“Havia uma discussão tremenda (...) mais ou menos no 4º ENUDS [...] se seria Encontro Nacional Universitário ‘de’, ‘para’, ‘sobre’, ‘como’ ou ‘com’ diversidade sexual. É uma discussão super ideológica da perspectiva de que, para quem e porque a gente quer dialogar sobre esse tema em nível nacional dentro da universidade (...). É muito gratificante ver a modificação do perfil de participação do ENUDS, ver mais pessoas trans”. (Rebeca, entrevista em 13/12/2014).

Dário, que estava presente na Plenária Final, reitera uma fala dita em entrevista antes desse momento:

“(...). Do IX [ENUDS] para cá, eu acho que esse é o momento de repensar; talvez seja por isso que surja nesse espaço o questionamento desses outros grupos aliados do processo, porque a maturidade traz isso, ela inverte as relações, não dá para prever como isso vai acontecer, eu acho que a gente está nesse momento de amadurecimento”. (Dário, entrevista em 12/12/14).

O debate sobre este processo da mudança de nome perduraria para além do Encontro. Em entrevista, Vinicius faz uma leitura da mudança:

“Então, eu acho que para o casamento que o ENUDS está se propondo, que eu entendo que é um pouco em algumas correntes do feminismo, principalmente protagonizadas por pessoas trans, porque eu acredito que foram elas que protagonizaram esse debate, eu acho que é maravilhoso, mais do que isso, é coerente e fundamental ter feito isso. Embora, eu entenda as resistências que algumas pessoas do “KIU!” colocaram, inclusive, pensando que vão perder o termo. Eu não tenho paixão por termos, os termos (termos, siglas ou nomes) são conjunturais, eles não são absolutos, eles são parte da conjuntura, eles representam o contexto, eles são expressão do processo. Eu acho que teve a sua importância e me deixa muito feliz pela forma como foi protagonizado por pessoas que se reivindicam por trans-feministas ou militantes trans que se sentem à vontade de disputar e compor esse espaço, e por uma compressão mais maturada [sic] sobre a importância da dimensão de gênero pra luta política LGBT, dos direitos sexuais e reprodutivos, da livre orientação sexual e identidade de gênero, enfim, de tudo que circula pelo ENUDS, do próprio feminismo, embora não se reivindique enquanto feminista, mas é um encontro que é permeado por diversas pessoas que são filiadas à correntes feministas, acho que nos ajuda.

O ‘em universidades’ mais ainda, porque eu acho que o ambiente universitário precisa ser disputado, porque ele narra a história oficial; ele é uma das instituições que está legitimada a narrar a história oficial, então eu acho que você conseguir permear o encontro de saberes que não estão dentro da universidade, [...] quando você fala que ele é em universidade, ele não é para as pessoas que estão necessariamente já dentro, ele acontece ali, mas é para todos os saberes. Então, eu acho que ajuda muito nesse processo de disputa da compreensão de qual é o saber que vale. Qual o saber que importa? São todos. Inclusive o saber de quem ainda não está dentro, porque não deve estar dentro pra quem hegemoniza essa instituição, que é o pensamento que hegemoniza a compressão dessa instituição, que é um pensamento super fordista, quadradinho e fechadinho”. (Vinicius, entrevista em 20/01/2015).

A proposta desse capítulo foi realizar um resgate sócio-histórico do ENUDS, de modo a reconstituir as dinâmicas que se processaram dentro de seu espaço, como as formas de organização política, a inserção de novos sujeitos e identidades e o diálogo entre ativismo político e academia que ele promove. Deste modo, ao incluir na análise as descrições dos cartazes, sobretudo suas imagens, pretendeu-se refletir sobre as peculiaridades desse Encontro, acometido por transformações ao longo do tempo. Instrumentalizados por esse resgate histórico, no segundo capítulo iremos explorar as tentativas de diferenciação do Encontro em relação aos atores sociais que o constituem (movimento LGBT, movimento estudantil e academia). Os quadros a seguir apresentam as Edições e as Pré-edições realizadas a partir de 2003:

Quadro 1 – Edições do ENUDS (continua)

Ano	Edição	Título	Organização	Realização/ Universidade
2003	I	“O movimento de diversidade sexual dentro do movimento estudantil”	Grupo CELLOS – Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual; Secretaria de Gays e Lésbicas do PSTU de Belo Horizonte	31 a 04 de novembro/ UFMG – Belo Horizonte/MG
2004	II	“Sexualidade e Respeito: ‘Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é’”	DCE/UFPE; Exnel; Grupos: Prisma (USP), Diversidade (Unicamp), CELLOS, CONEP, EXNEEF.	03 a 07 de setembro/ UFPE – Recife/PE
2005	III	“Identidades e Sexualidades: Educação, Saúde e Família”	Grupo Diversitas	12 a 15 de novembro/ UFF – Niterói/RJ

Quadro 1 – Edições do ENUDS (continua)

2006	IV	“Singularidades na Pluralidade: Políticas Públicas de Respeito à Diferença”	Grupo Plur@l	07 a 10 de setembro/ UFES – Vitória/ES
2007	V	“Militância acadêmica: resignificando práticas e conceitos para subversão e heteronormatividade”	Grupo Colcha de Retalhos; Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania Homossexual da UFG; Grupo de pesquisa SerTão	11 a 14 de outubro/ UFG – Goiânia/GO
2008	VI	“Estado Laico: discutir poder, garantir direitos”	Grupo Orquídea	09 a 12 de outubro/ UFPA – Belém/PA
2009	VII	“Academia e Militâncias em Diálogo: Diversidade Sexual e Lutas Sociais”	Grupo GUDDS!; Núcleo Nuh/UFMG	03 a 07 de setembro/ UFMG – Belo Horizonte/MG
2010	VIII	“Assimilação x Transformação: políticas da subversão e ciladas dos movimentos sociais”	Grupo Identidade; Núcleo NuDu; Grupo MO.LE.CA	08 a 12 de outubro/ UNICAMP – Campinas/SP
2012	IX	“Raça e Religiosidade: abrangendo as fronteiras da diversidade sexual”	Kiu!; DCE/UFBA, UFRB, Associação Beco das Cores, Fórum Baiano LGBT	01 a 05 de fevereiro/ UFBA – Salvador/BA

Quadro 1 – Edições do ENUDS (conclusão)

2012	X	“Práticas de Enfrentamento e Resistências: Corpo, Política, Discurso e Poder”	Grupo Pontes	15 a 20 de novembro/ UFRRJ – Seropédica/RJ
2013	XI	“Fritando as políticas de enfrentamento ao heterossexismo. Fofocas e cochichos: os rumores laterais”	Coletivo Leque	22 a 25 de agosto/ UFPR – Matinhos/PR
2014	XII	“Prática fechativa: Tire seu discurso do caminho que eu vou passar com a minha luta”	Coletivo Divergen	12 a 16 de dezembro/ UFERSA – Mossoró/RN
2015	XIII	“Radicalizando as lutas: O enfrentamento cotidiano ao cis-tema em tempos de crise”	Coletivo Fluidez; Grupo de Estudos Feministas; As Libertária; GDCEU; Triângulo Rosa (IFG); UniDiverCidade (PUC/GO)	29 a 02 de novembro/ UFG – Goiânia/GO

Quadro 2 – Edições dos Pré-ENUDS¹¹⁵

Ano	Edição	Local
2003	I	USP - São Paulo/SP
2005	I	Fórum Social Mundial - Porto Alegre/RS
	II	CONUNE - Goiânia/GO
2006	I	CONEB - Campinas/SP
2007	I	USP - São Paulo/SP
2008	I	UFPA-Belém/PA
	II	I Conferência Nacional GLBT - Brasília/DF
2009	I	UFG - Goiânia/GO
	II	UFMG - Belo Horizonte/MG
2010	I	UNICAMP - Campinas/SP
2012	I	UFBA - Salvador/BA
2012	I	UFRRJ - Seropédica/RJ
	II	UNB - Brasília/DF
2013	I	UFPR - Matinhos/PR
	II	UFC - Fortaleza/CE
2014	I	UFC - Fortaleza/CE
	II	UFF - Niterói/RJ

¹¹⁵ O quadro apresenta os Pré-ENUDS a que tivemos acesso. Não tivemos acesso a informações sobre se houve Pré-Encontros em 2004 e segundas edições de Pré-encontros em 2006, 2007, 2010 e 2011.

2 O ENUDS NA INTERSEÇÃO ENTRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL, O MOVIMENTO LGBT E A “ACADEMIA”

Um espaço de encontro, um espaço de formação política, um espaço de aproximação.

Mariana¹¹⁶

A proposta deste capítulo é discutir as relações do ENUDS com três atores sociais que consideramos mais relevantes para compreender as formas de organização e formação do Encontro: i) movimento LGBT; ii) movimento estudantil; iii) a “academia”. Analisaremos algumas categorias que surgiram no campo, como “grupo/coletivo”, “ativista/militante”, “institucionalizado/não-institucionalizado” e “horizontalidade”. Assim, essa segunda parte pretende, através da análise dessas categorias, explorar o processo de diferenciação do ENUDS em relação a esses três atores sociais.

O resgate histórico do movimento LGBT é essencial para compreender como as categorias e formatos de organização são acionados no ENUDS, que os reapropria, ressignifica e reutiliza em diferentes contextos históricos. Da mesma forma, o olhar sobre a conjuntura histórico/econômica em que o ENUDS se desenvolve permite compreender processos de autocaracterização ou autodefinição que passam a emergir no campo: “não ser um movimento social”; “não ter agenda política”; “não ser institucionalizado”; “ser um novo movimento”; “uma nova forma de fazer-se e fazer política”; um “coletivo universitário” que se organiza através da “horizontalidade”.

Seguir as categorias que surgem no ENUDS é o caminho escolhido para compreender este campo empírico, que ora se apresenta como “estudantil”, ora como “militante”, ora como “acadêmico”, ou mesmo, como certa mistura de todas estas categorias. Pelo fato de algumas dessas categorias existirem no campo político e no campo científico, para além do ENUDS, seu estudo também possibilitará analisar sua incidência em outros espaços, de modo a trazer uma contribuição de aprofundamento dos conceitos. Por fim, na conclusão deste capítulo,

¹¹⁶ Entrevista concedida em 14/05/2014.

busca-se elucidar quais seriam os modelos de formação e organização do fazer política e fazer-se como sujeito político do ENUDS.

2.1 Teoria sobre novos movimentos sociais: observações iniciais

Considerando importante contextualizar a perspectiva do que diz respeito ao debate acerca dos movimentos sociais, a fim de compreender as categorias e os processos de diferenciação no ENUDS, nesta parte do trabalho será proposto o debate acerca da Teoria dos Novos Movimentos Sociais. A literatura referente à TNMS surge nos anos 70, com o objetivo de compreender movimentos identitários que estavam surgindo na época: o feminista, o negro, o homossexual, o indígena e de comunidades tradicionais, como quilombolas, entre outros.

Em seu texto *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*, Angela Alonso (2009) elenca as principais teorias e debates sobre movimentos sociais a partir da década de 60. Dentre elas, a que inicialmente causou mais impacto e influência no Brasil foi a corrente que ficou conhecida como Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

Embora entre os diversos autores que a compõem cada um apresente sua própria teoria sobre a modernidade, podemos dizer que todos compartilham o mesmo argumento central:

“Ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho. Uma nova sociedade se vislumbraria, dando lugar também a novos temas e agentes para as mobilizações coletivas.” (ALONSO, 2009, p.59)

Assim, tais teorias, nascidas no final dos anos 60, situariam-se como pós “teorias da revolução”, entendendo que as mobilizações que procuram analisar não têm como objetivo uma revolução política, no sentido da tomada do poder de Estado. As mobilizações observadas, tidas como um fenômeno político novo, diriam respeito a demandas “pós-materiais”, que não estão voltadas para as condições de vida, mas para a qualidade de vida e os diferentes estilos de vivê-la. As demandas seriam por mudanças calcadas no âmbito da sociabilidade e da cultura, distanciando-se, assim, da discussão sobre a natureza do Estado e

da luta de classes. Os "novos sujeitos" não seriam classes, mas grupos marginais aos padrões de "normalidade sociocultural". Os movimentos seriam agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil. Portanto, os movimentos sociais constituiriam um novo fenômeno, que demandava, então, uma nova explicação.

Outra "corrente" clássica, a Teoria dos Processos Políticos (TPP), também produziu um marco teórico importante, e possui Charles Tilly (1978; 2010) como um de seus principais expoentes. Se a TNMS se alicerça numa teoria da mudança cultural, a TPP investe em uma teoria da mobilização política, caracterizada como processo por meio do qual um grupo constrói solidariedade e coletivamente mobiliza os recursos necessários para sua ação. Entretanto, para que isto configure um movimento social é preciso estar diante de oportunidades políticas favoráveis. Assim, as possibilidades de escolha dos agentes nos cursos de sua ação se encontram delimitadas por uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos. Emergem, assim, dois conceitos importantes para a análise: "repertórios de ação coletiva", apresentado por Tilly, e "estrutura de oportunidades políticas", apresentado por Sidney Tarrow (1998).

Argumenta-se que, quando há mudanças na "estrutura de oportunidades políticas" (EOP), isto é, nas dimensões formais e informais do ambiente político, abrem-se ou se criam, para os grupos sociais, novos canais para expressão de reivindicações. Os atores elegeriam, assim, suas formas de ação (mais ou menos violentas, ou mais ou menos organizadas etc.), conforme sua apreensão das estruturas de oportunidades.

Entretanto, Tilly argumenta que o conjunto de formas de ação política disponível para os agentes em determinada sociedade é bastante limitado. O "repertório" seria, portanto, definido como "um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha" (TILLY, 1995, p. 26). Assim, os dois conceitos se complementam: em meio aos processos de luta, os agentes escolheriam entre aquelas maneiras de "interação contenciosa" convencionalizadas no "repertório", a que mais se adequaria a seus propósitos, de acordo com sua apreensão das "estruturas de oportunidades políticas".

Dessa maneira, existem determinadas formas de ação política, porém, seu sentido é atribuído pelos agentes, de modo que as mesmas formas podem ser usadas tanto como formas de contestação, quanto de reiteração da ordem, sendo, inclusive, partilhadas por distintos atores. Portanto, “o repertório de ação coletiva não é peculiar a um grupo, mas a uma estrutura de conflito” (ALONSO, 2009 p.58)

Tal caracterização da noção de “repertório” nos permite perceber um elemento relevante na perspectiva de Tilly: o caráter contingente, interativo, complexo e relacional que o autor atribui à história e aos processos sociais. Essa perspectiva afeta, ademais, a compreensão das instituições políticas, de modo que a mobilização se baseia em um conflito entre partes: por exemplo, uma delas ocupando momentaneamente o Estado e outra representando a sociedade. Contudo, estas posições são variáveis, visto que os atores migram entre elas. A análise deve ultrapassar assim a delimitação entre “Estado” e “sociedade” como duas entidades distintas, coesas e monolíticas (AGUIÃO, 2014b). Dessa maneira, Estado e movimento social podem aparecer não como entes, mas como formas de ação coletiva.

Ao buscar compreender encontros como o ENUDS, observa-se a necessidade de espacializar as análises acerca das ações coletivas e dos movimentos sociais. Isto é, se Tilly, em sua obra, empreende um estudo de longo prazo dos processos sociais, sob uma forte conexão entre a sociologia e a história, a questão do espaço fica, em contrapartida, negligenciada. Como aponta Bringel (2012),

“esta hegemonia do tempo provocou uma incapacidade das teorias das ações coletivas ocidentais em interpretar, de forma conciliada, os “espaços de protesto”, a dimensão geográfica inerente aos ciclos e a maior ou menor abertura de oportunidades políticas de acordo com os diferentes lugares”.(BRINGEL, 2012, p.54)

Assim, o espaço muitas vezes é visto como mero contexto onde ocorrem as interações sociais e acaba por não ser problematizado como construção social, construído e reconstruído pela interação de diferentes atores. Portanto, “assim como para Tilly a história e o tempo não são meros contextos, o lugar e o espaço devem ser entendidos como esferas de luta e elementos definidores do movimento social” (BRINGEL, 2012, p 54).

Neste sentido, a universidade, no caso do ENUDS, torna-se um elemento central como espaço que constitui e é constituído pelo próprio evento; em outras palavras, estar no espaço universitário organiza os diálogos (com grupos de pesquisa, por exemplo) e as diferenciações (com o movimento estudantil e o movimento LGBT). Além disso, a universidade coloca em questão a crítica dos próprios participantes ao que entendem por “institucionalizado” – pois o encontro é financiado pela universidade e por isso não precisaria se “institucionalizar” para continuar existindo. A universidade, como espaço social, permite ainda as experiências de “liberdade” e compreensão do evento através da noção de “formação”.

Para além do debate com a literatura “clássica”, sobre movimentos sociais consideramos importante trazer para a discussão a contribuição dada por Breno Bringel e Alfredo Falero em *Redes Transnacionais de Movimentos Sociais na América Latina e o Desafio de uma Nova Construção Socioterritorial* (2008). Neste artigo, os autores discorrem sobre o que classificam como movimentos sociais “emancipatórios”, recolocando a questão da luta de classes no debate, principalmente por meio da utilização do conceito de hegemonia, e abordam também ideias sobre uma ruptura e transformação estrutural da sociedade.

Para eles, os movimentos sociais devem ser entendidos como formas de ação coletiva que se desenvolvem dentro da chamada sociedade civil. Antes de tudo, porém, a fim de construir conceitualmente o que se define por sociedade civil, elencam-se duas alternativas teóricas básicas: uma de cunho liberal e outra fundamentalmente trabalhada por Antonio Gramsci. Bringel e Falero se utilizam desta última, cuja linha teórica teria suas raízes em Hegel.

Segundo a perspectiva hegeliana, a dicotomia Estado x sociedade civil estaria calcada nos tipos de interesses que os caracterizam: o Estado, tendo origem em ações que derivam do interesse geral, e a sociedade civil, em ações que derivam de um interesse particular, abrangendo a esfera econômica e as necessidades materiais. Adepto à concepção marxiana da sociedade cuja organização se dá em distintas classes, bem como ao conceito de “proletariado”, compreendido como “um leque de setores de uma classe submetida à exploração capitalista e potencialmente unificada como sujeito da transformação” (BRINGEL e FALERO, 2008, p.271), Gramsci observará que a sociedade civil é também um campo de

disputa entre classes, um campo de disputa hegemônico (sem deixar de acrescentar que a disputa de hegemonia não se encontra somente neste lugar, mas também no Estado).

Além de resgatar a dimensão da constituição de sujeitos sociais que promovam uma subversão da ordem estabelecida, Gramsci também desloca o eixo central do conceito de sociedade civil para o conceito de hegemonia. Isto permite ampliar a discussão para o plano de um debate estratégico, da apropriação real e subjetiva de elementos de transformação social. É aqui, por conseguinte, que se pode falar de movimentos sociais “emancipatórios”, que trabalham com a construção de direitos, mas sob a perspectiva de construção de uma nova hegemonia.

Assim, o movimento ocupa também um lugar importante como produtor de determinada subjetividade social e assim como outros agentes na sociedade (meios de comunicação, organizações partidárias, agentes nos lugares de trabalho, etc.) constroem formas de ver e estar no mundo a partir de suas práticas sociais. Segundo os autores, essa dinâmica se caracteriza por uma dupla direção: a internalização e a externalização. Os indivíduos interiorizam elementos racionais e irracionais, cognitivos, valorativos na construção de sua personalidade, e socializam-se com ideias, valores, etc.; ao mesmo tempo, externalizam-nos e os compartilham com outros. Deste modo, é possível afirmar que, a partir de sua experiência cotidiana, de suas histórias de vida e luta, engendra-se a capacidade de construção de um projeto político alternativo. Bringel e Falero procuram, assim:

“indicar o aprofundamento na articulação entre resolução de necessidades, experiências sociais e construção de horizontes de possibilidades, tendo presente determinados contextos espaço-temporais. Trata-se de enfatizar a ideia de construção, de movimento (e não de percepções cristalizadas), do potencial envolvimento em processos coletivos - que por sua vez, produzem subjetividade social - e de atribuições de significação e sentido que os próprios atores vão dando sobre um conjunto de necessidades sociais”. (BRINGEL e FALERO, 2008, p.273)

Combinado a esse processo lento e complexo de reelaboração de significados e disputa pela subjetividade coletiva – que perpassa a construção social de uma necessidade enquanto um direito em um sentido emancipatório, a construção de identidade, o vínculo com o território, o intercâmbio de experiências, saberes, etc. –, pode-se observar, também, outra

estratégia de ação. Esta é parte do “repertório de ação coletiva” do movimento, que aponta para o âmbito da resolução prática do conflito e para objetivos práticos que dão sentido cotidiano à luta.

Esse processo histórico de incorporação e interiorização de uma nova questão pública está associado não só a um processo de interiorização pelas pessoas e grupos sociais, mas também a uma mudança na forma e linguagem dos conflitos e na sua institucionalização parcial. Em um âmbito diferente, mas com uma perspectiva interessante para a reflexão, José Sérgio Leite Lopes (2004), no livro *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial* apresenta uma análise desses processos na temática ambiental. Segundo o autor, não só as populações atingidas por danos ambientais e os trabalhadores incorporam a questão ambiental como parte de seu repertório de interesses e reivindicações, mas também o próprio campo empresarial (ou determinado polo dele) se apropria da crítica da "responsabilidade ambiental", objetivando lucros materiais e simbólicos. Ao mesmo tempo, observa-se um processo de transformação do Estado e de institucionalização da questão ambiental, que se inicia a partir da década de 70. Tem-se, conseqüentemente, a elaboração de uma série de leis, normas e órgãos competentes de gestão da questão ambiental. Em síntese, a questão ambiental se apresenta como um elemento de disputa, argumentação e negociação entre grupos sociais e setores do Estado.

Não obstante, a relação entre os movimentos sociais e a construção de novas ou reatualizadas questões públicas, bem como o estabelecimento de tais questões, conflagram os processos de criação de novas categorias ou de novos significados para categorias antigas por parte dos movimentos sociais. Dessa maneira, a criação de novas categorias ou ressignificação de antigas, relacionada com os problemas sociais historicamente edificados e sua institucionalização, é parte importante da ação de diversos movimentos (HEREDIA e LEITE LOPES, 2014).

Por conseguinte, vê-se que a institucionalização de questões públicas e problemas sociais é um processo continuado, em que as categorias estratégicas são criadas e recriadas, e o confronto social, seja com o Estado ou com grupos dominantes, é um processo de negociações e enfrentamentos continuados. Nesse processo,

“os movimentos para além de sua existência nas suas respectivas “bases” – na luta por sua vida cotidiana, quanto à sua sobrevivência econômica (e suas formas culturais de fazê-la), quanto ao seu poder de aglutinação em rituais de reafirmação identitária, reuniões e atendimentos de demandas e na confrontação com adversários locais –, os movimentos também têm que se afirmar quando são considerados relacionalmente ao Estado, nas complexidades de suas políticas públicas e teias burocráticas”. (HEREDIA e LEITE LOPES, 2014, p. 23-24)

Heredia e Leite Lopes (2014) chamam a atenção para como as “lutas classificatórias” se dão não só no confronto com os proprietários, patrões, etc., mas também como as classificações institucionais são objetos de disputa.

“Mais especificamente, no interior das relações com os conselhos e o aparelho de Estado, percebe-se o investimento de vários grupos em não apenas subverter os sentidos de categorias, mas também a quem elas abrangem (por exemplo, povos de terreiro reivindicando-se como “tradicionais”); em compor “pontes” entre as classificações oficiais e as formas locais de auto atribuição (por exemplo, açazeiras buscando ser reconhecidas enquanto tais no interior da categoria “povos e comunidades tradicionais”); em preencher os próprios documentos oficiais com categorias de interesse de seus movimentos sociais (por exemplo, quilombolas buscando o reconhecimento de sua autodenominação, assim como os povos de terreiro); em inserir, em espaços cujas questões já estão sedimentadas, dimensões adicionais na luta pela consolidação de políticas (por exemplo, mulheres chamando a atenção para as dificuldades de tratar da questão de gênero no âmbito do Conselho de Relações de Trabalho); em estar atentos às diferenças entre os conselhos e suas dinâmicas, de forma a garantir ganhos (em alguns conselhos é mais fácil ‘fazer vingar’ certa pauta.” (HEREDIA e LEITE LOPES, 2014, p.24)

Assim, os movimentos sociais produzem formas variadas de percepções e estratégias em relação ao “Estado” (em uma perspectiva mais geral), assim como em relação ao “governo” (em uma perspectiva mais conjuntural). Cabe destacar, então, um ponto paradoxal: se, por um lado, os coletivos e grupos tecem a crítica ao movimento LGBT e o movimento estudantil pelo seu diálogo com o Estado, por outro, buscam estabelecer relações com órgãos universitários e grupos de pesquisa a fim de construir um meio de diálogo nas atuações nas universidades; isto é, colocam a universidade como “menos Estado”. Os movimentos criam, portanto, relações diferenciadas com atores do Estado e do governo e vão buscando se posicionar nas disputas de poder dentro do próprio campo institucional. Assim,

“além do conhecimento da diferenciação interna do campo governamental e do conhecimento concreto e detalhado dos recantos onde se acham as mãos direita e esquerda do Estado, os movimentos vão se inteirando das dificuldades inerentes ao campo burocrático e suas idiossincrasias” (HEREDIA e LEITE LOPES, 2014, p. 36).

Os últimos treze anos mostram que a pluralidade de sujeitos que passa pelo ENUDS também frequenta o movimento LGBT, bem como o movimento estudantil e até mesmo certos âmbitos do governo. O Encontro possibilita ver que os movimentos se reinventam, reapropriam-se e se reutilizam de modelos e formas de organização de sua história em diferentes contextos. Essa interpretação esbarra na memória da sua origem: o “racha” com o movimento estudantil, sua criação na universidade como um movimento jovem, branco, de classe média. Mas essa ótica também aponta para suas transformações no decorrer do tempo, sobretudo com as políticas de entrada e inclusão nas universidades brasileiras, como o Reuni e o sistema de cotas, que irão modificar o perfil desses universitários

2.2 “Institucionalizado x não-institucionalizado”: a primeira diferenciação do ENUDS

A trajetória sócio-histórica do movimento LGBT, a partir dos anos 1990, é marcada por um momento de institucionalização, em que alguns atores desse próprio movimento começam a criar uma nova gramática de diálogo com o Estado (FACCHINI, 2009). Segundo Regina Facchini (2005), além da transformação do cenário político do país, o advento da AIDS transfigurou a homossexualidade no âmbito político e identitário, o que gerou uma “segunda onda” no movimento homossexual brasileiro. Dessa forma, com objetivo de conquistar direitos civis, a ação política adquiriu um sentido mais pragmático de atuação institucional. Ainda nessa época, os grupos de gays e lésbicas, pelo esgotamento da retórica antiautoritária frente à abertura política no Brasil, passam a centrar-se na luta contra a violência e contra AIDS, ainda considerada “peste gay”¹¹⁷. Segundo Facchini (2005), neste momento, alguns atores, como o Grupo Gay da Bahia (BA) e o Triângulo Rosa (RJ), começam a desenvolver formas de organização e todo um vocabulário que lhes permitiam

¹¹⁷ Para uma maior compreensão acerca do advento e reflexos da AIDS no MH no Brasil, vide: Parker, 1991.

maior diálogo com o Estado, incorporando uma retórica liberal de luta por direitos específicos, modelo este que se difundiria na década de 90.

As políticas de prevenção de DST/AIDS, demandas centrais do movimento naquele momento, propiciam a organização de diferentes públicos-alvo, entre os quais se destaca a população travesti (PELÚCIO, 2009). Segundo o imaginário social, acreditava-se que as travestis ainda ocupavam a prostituição como principal espaço de trabalho, o que explica o fato de serem alvos de políticas da "saúde da prostituição" nesse período. Carvalho (2011), a fim de construir um histórico do movimento travesti e transexual brasileiro, relembra que a categoria travesti, já usual no vocabulário do senso comum, emergiu no movimento homossexual nos anos 70, como o meio de designar o que o homossexual moderno e militante não era. O afastamento inicial dos homossexuais pretendia desvincular a imagem do homossexual da prostituição e do crime, espaços socialmente vinculados às travestis.

Naquele momento, as travestis afetadas pela AIDS começam a lutar por políticas públicas, e somente por meio das políticas de AIDS a categoria travesti é retirada (em parte) da invisibilidade e passa a se organizar como movimento. A primeira organização de travestis criada no Brasil foi a ASTRAL, em 1992, no Rio de Janeiro. Além da pauta da AIDS, a luta contra a violência policial nos espaços de prostituição foi a outra base para o aparecimento de novos grupos, que se consolidam na década de 90.

Portanto, longe de ser uma simples mudança na forma de organização política do movimento, a estrutura do chamado terceiro setor, baseada nas ONGs, que emerge nesta década, favorece a constituição de distintas identidades, como sujeitos políticos e jurídicos. Ainda, esse novo *modus operandi* possui duas facetas: primeira, o processo de institucionalização – aqui compreendido como diálogo com o Estado para formulação de políticas públicas – do movimento homossexual faz parte de uma transformação política mais ampla de terceirização das políticas sociais no Brasil, nomeada de *onguização*¹¹⁸; e, segunda, relaciona-se à coalizão de identidades sexuais e de gênero em grandes grupos ou federações –

¹¹⁸ Nesse sentido, *onguização* é compreendida, aqui, como o processo de expansão da forma institucional da Organização Não-Governamental (ONG), vide: FERNADES (1994).

LGBT - o que será um dos principais motivos de tensão do movimento na última década (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Assim, o modelo de ONG cria uma estrutura formal de organização interna preocupada em criar e administrar projetos para conseguir financiamento, o que necessita também da articulação de vínculos com diferentes setores do governo e agências internacionais de fomento. As conexões e barganhas com o Estado e organizações internacionais exigem a especificação das identidades e, como meio para angariar fundos, parte do movimento decide pela coalizão de inúmeros sujeitos, o que motiva a criação de uma associação nacional, a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e, posteriormente, a divulgação da sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

A incorporação de um maior número de sujeitos em grupos amplos – como a ABGLT – passa a ser uma forma que o movimento encontra para se manter financiado de modo a realizar projetos. Contudo, no decorrer do tempo, a ausência de paridade de participação das diferentes identidades no movimento fica evidente. A distinção hierárquica de atores no movimento LGBT estabelece, para Carvalho (2011), uma disputa entre as identidades coletivas.

Com este cenário, os movimentos que se apresentam à esfera pública constroem uma pauta de diálogo mais especializada com o Estado. A transformação na forma de organização e atuação do movimento homossexual, por exemplo, para o modelo institucionalizado e profissionalizado das ONGs LGBT, reorganiza a compreensão de “políticas sexuais” e desses sujeitos como “sujeitos de direitos” (AGUIÃO, 2014a). Ao mesmo tempo, também cria múltiplas formas de atuação e expressão das identidades sexuais e de gênero, como, por exemplo, as Paradas do Orgulho LGBT (CARRARA, 2013; FRANÇA, 2006).

No livro organizado pelos antropólogos Beatriz Heredia e José Sérgio Leite Lopes (2014), com objetivo de estudar os atuais movimentos no Brasil, apresenta-se um panorama da conjuntura que se estabelece a partir de 2003, na qual há um significativo aumento do leque de fóruns de participação na discussão sobre políticas públicas que modificam a organização e o diálogo com/entre diferentes movimentos sociais. Em concomitância,

diferentes governos passam a legitimar pautas dos movimentos sociais em ministérios, secretarias e conselhos. Um marco nesse processo, no caso do movimento LGBT, foi a Primeira Conferência Nacional GLBT. Para Heredia e Leite Lopes esse processo representou, à luz das formulações de Bourdieu (2006), um novo cenário nas disputas da “luta classificatória”:

“As ‘lutas classificatórias’ [no sentido de Boudieu] se dão, portanto, no confronto com proprietários, patrões e seus prepostos, mas também entre os próprios movimentos, na medida em que são postos à prova pelas classificações institucionais”. (HEREDIA; LEITE LOPES, 2014 p. 22).

Nesse livro acerca da participação social, Heredia e Leite Lopes (2014) mostram que o processo de institucionalização das questões públicas e problemas sociais neste período figura uma continuidade de criação e recriação de categorias e variações de movimentos. Dessa forma, o Estado acaba produzindo uma “gramática oficial da Participação” e exige, de diferentes maneiras, que os movimentos falem a linguagem da “gestão” e abandonem, assim, sua linguagem própria. Desse jeito, tudo que está fora dessa “gramática oficial” é tratado com menos legitimidade pelo Estado. Em contrapartida, o processo da participação permite observar o caráter arbitrário da fronteira entre Estado e sociedade civil e a desconstrução desses dois atores como entes:

“O ‘mundo (ou campo) da participação’, como chamado na feliz expressão criada no capítulo sobre movimentos rurais, também produz formas variadas de percepções e estratégias em relação ao ‘Estado’ e ao ‘Governo’. Os movimentos acabam produzindo relações diferenciadas com atores do Estado e do governo, buscando se posicionar nas disputas de poder dentro do próprio campo governamental. Estado e Sociedade Civil aparecem dessa forma mais como espaços híbridos do que como esferas claramente delimitadas. Além do conhecimento da diferenciação interna do campo governamental e do conhecimento concreto e detalhado dos recantos onde se acham as mãos direita e esquerda do Estado, os movimentos vão se inteirando das dificuldades inerentes ao campo burocrático e suas idiossincrasias”. (HEREDIA; LEITE LOPES, 2014 p.36)

Ainda nesse livro, baseados em pesquisas sócio-antropológicas realizadas em conselhos e conferências nacionais e que são nele publicadas em diferentes capítulos, os autores veem como positivo o diálogo que, através dessas instâncias, diferentes movimentos

sociais, como o movimento negro, de mulheres, rural, LGBT, de juventude, entre outros, passam a estabelecer com o Estado. Segundo escrevem, o capital de mobilização dos movimentos sociais tem, a partir do diálogo que se cria com o Estado, uma grande legitimidade para os debates dos próprios movimentos. Isto é, a legitimidade do Estado também fortalece os movimentos sociais para embates com outros atores sociais, até mesmo internamente, o que implica em uma maior possibilidade de “reconhecimento e igualdade”.

No mesmo contexto da “participação social”, inicia-se o momento de “crise das ONGs”¹¹⁹ cuja causa se encontra na construção da imagem do Brasil como “país rico” internacionalmente¹²⁰, o que faz com que organizações não-governamentais internacionais de fomento passem a entender que o país tem como financiar seus próprios projetos sociais (via Estado ou rede privada) e migrem seus recursos para outras partes, especialmente para a África (ARAGÃO, 2012). Além dessa questão financeira, acontece nesse período uma série de escândalos envolvendo desvio de verbas, como o “Mensalão”, fato que levará à descrença quanto ao controle do Estado sobre o dinheiro público, o que impactará também as ONGs, que deixarão de receber repasses e serão objeto de investigação, com a criação de uma “CPI das ONGs”, em 2006¹²¹.

Anos depois, já no Governo de Dilma Rousseff, ocorreria em 2011 o “escândalo das ONGs”, que, segundo a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) foi o pior momento para as ONGs no Brasil. Esse escândalo financeiro acarretou, no mesmo ano, a criação de uma portaria, publicada pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, junto da Controladoria-Geral da União (CGU), fixando normas mais duras para a transferência de recursos da União em convênios e contratos de repasse. Ainda em 2011, em

¹¹⁹ Para uma descrição mais atenta acerca desse processo ver: Aragão, 2012; Mota, 2013; Gohn, 2011; 2013.

¹²⁰ Sobre a inserção do Brasil em plano internacional neste período, sobretudo na África, ver Nazar, 2014.

¹²¹ Para uma análise desse momento e seus impactos nas Organizações Não Governamentais, ver: Grun, 2011; Braga, 2012.

setembro, Dilma Rousseff já havia tornado obrigatória a convocação pública para firmar convênios com ONGs¹²².

Na última década, as mudanças no formato do movimento LGBT – o processo de institucionalização, com o crescimento da participação social e o posterior momento de “crise das ONGs”, além do reflexo de uma transformação político-econômica mais ampla – favoreceram, portanto, a emergência de outros tipos de organização e de formas de atuação política. O resgate das questões aqui discutidas busca contribuir para a melhor compreensão do processo contínuo de criação e recriação de formas de organização e variações do movimento, como é o caso do ENUDS.

Conforme este diálogo se estabelece, a geração¹²³ dessa década constrói então uma retórica liberal¹²⁴ na luta por direitos específicos. Por conseguinte, esse processo de institucionalização do movimento terá seu auge representado por dois acontecimentos: a criação do Programa Brasil Sem Homofobia, em 2004, e a realização da primeira Conferência Nacional GLBT, em 2008 (AGUIÃO, 2014a).

Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, o ENUDS surge de uma crítica ao movimento estudantil, mas também do questionamento desse processo de institucionalização pelo qual o movimento LGBT estava passando. Neste sentido, a trajetória do Encontro atravessa os três períodos significativos da história recente do movimento LGBT: 1) o momento de auge de institucionalização do movimento, em 2004 e 2008; 2) o processo de “crise das ONGs”, como consequência de uma mudança na figura e imagem do Brasil em âmbito internacional e de tensões domésticas no Governo em 2005; e 3) o revés do diálogo aberto com o Estado através do processo de institucionalização, com o veto ao projeto Escola sem Homofobia¹²⁵, em 2011.

¹²² Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/11/12/apos-escandalos-governo-quer-extinguir-de-vez-convenios-com-ongs.htm>>. Acesso em: 14 out. 2015.

¹²³ A noção de geração aparece em outros trabalhos sobre movimentos sociais como no artigo de Gomes; Sorj (2014) ao analisarem o movimento feminista mais recente.

¹²⁴ Associada à corrente do liberalismo, a qual, em síntese, baseia-se na defesa da liberdade individual nos campos econômico, religioso, político e intelectual. Para uma análise dos efeitos dessa retórica ver: Hall (2003).

¹²⁵ LEITE, 2014.

Em síntese, percebe-se que há uma modificação na forma de organização política do movimento LGBT, em que a estrutura do terceiro setor, impulsionado pela redemocratização e pela aproximação com o Estado (FACCHINI, 2005), favorece a constituição de distintas identidades a partir das respostas a questões como “quem sou” e “do que preciso”, enquanto “sujeito de direito”. Não obstante, o ENUDS, hoje em sua XIII edição, reúne diferentes grupos e coletivos, mas também gerações de militantes que foram ou ainda são formadas nesses espaços.

Em entrevista, Vinicius, que participou da organização do ENUDS e hoje compõe o quadro diretor da ABGLT, faz uma leitura sobre o contexto histórico do movimento LGBT no final dos anos 90. Relata ainda as “mudanças” que a ABGLT vem enfrentando nos últimos anos, sendo uma delas o desejo de incorporação dos grupos e coletivos universitários:

“O movimento LGBT no início dos anos 2000 ainda refletia muito o formato e a filosofia neoliberal dos governos dos anos 90, especialmente a ABGLT, que era até a última assembleia estatuinte [2012], muito recentemente, uma organização de CNPJ, que não necessariamente refletia uma articulação de organizações que lutam pela cidadania LGBT. E os coletivos universitários foram isso durante muito tempo, e ainda [o] são muitas outras formas de organização política que também lutam por esta cidadania e não estavam presentes nessa articulação nacional. Hoje, a ABGLT está imbricada em várias lutas, se você pegar as últimas resoluções do nosso congresso, tem lá a defesa da reforma agrária, da reforma política democrática e popular, da democratização dos meios de comunicação, de uma nova política sobre drogas, que não encarcera e que não extermina a juventude pobre, preta e de periferia. Então, tem uma atualização política muito importante no discurso da entidade que, obviamente, sabe que, pela dimensão dela, não é posto em prática em um ano, mas cria um ambiente mais favorável, para que outras lutadoras e lutadores se sintam parte dela, mesmo que por hora ainda estejam fora dela, mas que enxerguem ela de uma outra maneira. Acho que nós estamos abrindo esse novo processo na ABGLT, acho que tem um ambiente muito favorável aos coletivos universitários que se constituíram no ENUDS de estarem na ABGLT, mas como eu falei, a gente entende o tempo de cada um e respeita ele, até pra que seja uma relação honesta, sincera e que pensa numa ética política que é este horizonte mais libertário, que pense esta outra sociedade possível.” (Vinicius, entrevista em 20/01/2015).

O ENUDS, em sua origem, trazia como pauta específica a luta contra homofobia no movimento estudantil, acusado de considerar essa pauta “menor” dentre as outras “mais

amplas” propostas por esse movimento. Contudo, já na segunda edição, ainda no processo de sua formação, consolida-se como um lugar para debates sobre políticas públicas e formação para jovens que estavam na universidade e tinham interesse de discutir sobre “diversidade sexual”.

O fato de o Encontro se constituir em oposição ao movimento estudantil fez com que desejos de diferenciação aparecessem. O ENUDS enxergava este movimento como “institucionalizado”, “hierárquico” e “partidarizado”; e isto fez com que o Encontro se tornasse um espaço de negação destes aspectos. Com isso, o ENUDS, através dos grupos e coletivos que o compõem, constrói-se através da diferenciação em relação ao movimento estudantil e ao movimento LGBT. Desse modo, mesmo como contraponto, tais atores vão interferir em todo processo de organização do Encontro, sendo constantes as trocas de acusação.

O processo de formação do ENUDS culminou na sua consolidação como espaço político com diversas características. Conforme Mariana afirma, “o ENUDS não é um movimento social”, pois não se configura como espaço “institucionalizado” e “não possui uma agenda política formal”. Aqui, “institucionalizado” aparece como categoria de acusação, relacionada ao movimento estudantil e LGBT, entendidos como instâncias com regimentos, com dinâmica e ordem pré-estabelecidas, com regulamentações para os coletivos e grupos que deles participam, com resoluções e “obrigações” para cada um. Assim, diferente do que aparece no breve histórico do movimento LGBT acima apresentado, a institucionalização, como lida no campo, não está relacionada simplesmente a um diálogo (ou não) com o que se imagina ser o Estado, mas sim como elemento que mantém deliberações e organização política próxima ao modelo do movimento LGBT e estudantil.

Segundo Mariana, grande parte dos participantes entende que não há uma diretriz consolidada para a atuação dos grupos e coletivos que constituem o evento, o que caracterizaria o ENUDS como “não institucionalizado” e mais “fluido”:

“Eu acho que o ENUDS acaba reunindo um número maior de pessoas que atuam de forma atomizada. Cada coletivo tem uma forma de atuação [...]. Como tem outros movimentos sociais, daria o caráter de movimento social, [mas] que hoje os coletivos são coletivos, não são movimento social. São parte do movimento social,

mas eu acho que não atuam como os movimentos sociais [...] Acho que falta se encontrar e acho que falta um espaço nacional que dê possibilidade pra esses coletivos construírem em conjunto uma agenda política, pensar ações em conjunto, porque eu acho que isso é que dá o caráter de movimento social. [...]. **Agora, um espaço de articulação real, em nível nacional, ele ainda não cumpre. O ENUDS não dá essa brecha pra gente visualizar nele um espaço também de movimento social, acaba que ele ficou muito restrito ao cenário da academia.**”(Mariana, entrevista em 14/05/14, grifo nosso)

Na entrevista, Mariana justifica, ainda, o porquê desta dificuldade:

“A construção é muito atomizada, acaba que para um grupo pegar o histórico do ENUDS é muito difícil, um grupo que pega para sediar o encontro. Você não consegue ter essa dimensão porque os grupos atuam de forma mais isolada. [...] Eu acho que muito da história se perde, muito da construção política se perde. Isso de aprender com os erros, que é característica importante de um movimento social que se propõe a transformar a sociedade é importantíssimo. [...]. Aí acaba que o ENUDS, por ser um encontro, não é um movimento social – não é um movimento social, é só um encontro –, então não dá nenhuma diretriz para a atuação dos coletivos [...]. Eu acho que tem essa característica mais fluída. E de uma atuação centrada no encontro. Então acaba que não é um espaço que prepara e organiza os coletivos para uma atuação mais incisiva. (...) **Não é um encontro do movimento social universitário, é um encontro universitário só**”. (Mariana, entrevista em 14/05/14, grifo nosso)

A trajetória do ENUDS, durante as doze edições analisadas no trabalho, apresenta diferentes momentos e diferentes leituras sobre a natureza desse espaço e de seus sujeitos na relação com os outros movimentos. Na negação da “institucionalização”, conforme aparece nas entrevistas, percebe-se o desejo de diferenciação com o modelo usado pelo movimento estudantil. Assim, ao longo da construção do Encontro, “não institucionalizado” serviu também como modo de distinção, por meio da crítica ao diálogo que o movimento LGBT estabelece com o Estado. Esse posicionamento, que passa a ocorrer dentro dos Encontros, proveniente de grupos e coletivos que o compõem, faz parte de uma estratégia de acusação que aparece também em outros espaços, como o próprio movimento LGBT. Como observam Aguião et al. ao descreverem sobre o movimento:

“De outro lado, posicionam-se aqueles que acusam as pessoas e redes que mantêm uma relação mais estreita com esferas de governo de “cooptados”, “vendidos”, “pelegos”, pois aceitariam passivamente as negociações nos termos em que o governo oferece e não cobrariam com a devida ênfase as falhas e faltas da gestão governamental. Alguns desses conflitos ecoam disputas persistentes entre atores do movimento e suas afiliações particulares a diferentes partidos. Essa é uma crítica que incide particularmente sobre os atores e organizações do movimento social que

ocupam cadeiras em alguns Conselhos e sofrem a acusação de estarem “aparelhados” por questões político-partidárias que os levariam a silenciar sobre ações ou resoluções contrárias aos interesses do governo.” (AGUIÃO et al., 2014, p. 258)

Assim, a ausência de uma agenda política, que seria marca de um movimento social, é utilizada como forma de defesa e contraposição. Para alguns enudianos, conforme aparece na entrevista de Mariana, a ausência de uma agenda é apontada criticamente. Para ela, isso faz com que o ENUDS não consiga “interferir de fato nas pautas que acredita”. Por outro lado, a ausência de uma agenda é defendida como uma forma de evitar que o Encontro se torne um espaço do movimento estudantil ou do movimento LGBT, com os conflitos de legitimidade envolvendo pautas e com disputas políticas, vistos como aspectos negativos desses movimentos.

Vinicius afirma que o ENUDS não tem uma agenda política, apesar de já haver tentativas de criá-la. Todavia, questiona se a formulação de uma agenda política unitária seria possível no Encontro:

“Não sei se lá seria um espaço de construção de uma agenda mais unitária [...] Nós defendíamos que os coletivos universitários, que é a parte mais “organizada” do encontro, tivessem uma agenda própria justamente por essa potência que tem os coletivos para dentro do espaço que tem uma importante disputa de poder, que são as universidades [...] Acho que alguns enudianos mais antigos já fizeram também essa reflexão. Embora a gente não tenha conseguido achar as condições ideais para juntar essa galera numa agenda unitária. Também não temos pressa nisso, porque da forma que tá indo, tá indo. Eu acho que o ENUDS não vai acabar enquanto tiver pessoas lutando no ambiente universitário provocando essa discussão de sexualidade e de gênero e do movimento estudantil, enfim, nas organizações que topam construir o Encontro, acho que vai continuar existindo, como esse processo, até os coletivos acharem que podem fazer outra coisa.” (Vinicius, entrevista em 20/01/2015).

A defesa do pilar da “não-institucionalidade” dá ao ENUDS, sob a ótica dos próprios enudianos, o caráter não de um movimento, mas de um espaço de formação onde jovens universitários “vão aprender e apreender experiências”, “viver a liberdade” e “compartilhar histórias”. Para alguns, o retorno às suas universidades é, ainda, um processo continuado de “vivência” do Encontro, o que os leva a criarem seus próprios grupos e coletivos. Como diz Vinicius:

“O ENUDS não tem uma agenda política, tem várias. Depende de cada coletivo. Tem coletivos que vão ao ENUDS beber da fonte dos debates que lá acontecem para organizar a sua agenda política, tem coletivos que organizam a sua agenda política a partir de outros elementos [...]. Acho que os outros coletivos que tem uma leitura similar do papel que cumpre, como o KIU! tem, fazem também algo similar, participam de fóruns, tem núcleos de pesquisas que dirigem outros fóruns também, tem coletivos que estão compondo movimentos em outros estados, certamente as agendas de lutas são parte disso aí, pra esses coletivos. **O ENUDS termina sendo o espaço de não só levar a nossa experiência e a nossa leitura de mundo, mas também um espaço de troca intensa, o ENUDS é onde tem a possibilidade de se encontrar e debater coisas.**” (Vinicius, entrevista em 20/01/2015, grifo nosso).

O esforço de diferenciação do ENUDS se amplia em outros âmbitos, quando o compreendemos como espaço de formação. Assim sendo, além de ser um espaço formativo, o Encontro também apresenta a preocupação de levar o debate sobre “diversidade sexual” para o interior do país e o trabalhar na base dos grupos e coletivos. Como diz Mariana:

“Um espaço de encontro, um espaço de formação política, um espaço de aproximação. [...] Ele [o ENUDS] cumpre um papel importante no trabalho de base dos coletivos; ele sempre cumpriu esse papel: de ser um espaço formativo, porque os coletivos têm dificuldade de construir espaços formativos com essa possibilidade que o ENUDS dá, de trazer pessoas para falar. [...]. Então, é quase como um ato político nas universidades brasileiras do interior”. (Mariana, entrevista em 14/05/14)

Vê-se que o ENUDS se articula a fim de visibilizar e levar a discussão da “diversidade sexual” para o cotidiano das universidades e das regiões onde as mesmas se encontram. Para esse processo de “visibilidade”, promovem-se Atos Públicos e, também, constroem-se vínculos com professores e pesquisadores, de modo a desenvolver projetos para criação de núcleos de pesquisa, como apresentado no primeiro capítulo desta dissertação. Conforme Mariana descreve:

“O ENUDS dessas universidades mais afastadas tem um pouco desse caráter de levar a discussão. De visibilizar mais do que levar. [...] Também de ser um espaço para abrir caminhos nas universidades, de chegar com esse projeto do ENUDS e já com a proposta de articular com professores, articular para a criação de núcleos de pesquisa. [...] Visibilizar essa discussão não só na universidade, mas em toda a região, porque tem o ato do ENUDS e acaba que a cidade inteira fica sabendo, quando é uma cidade mais pra dentro, e não está no centro do debate. O ENUDS [deve] ser um espaço para construir esses vínculos institucionais. ” (Mariana, entrevista em 14/05/14).

Assim, percebe-se que o ENUDS se constrói a partir da diferença – neste caso, com o movimento estudantil –, pelo afastamento das disputas partidárias e de seu modelo de organização, visto como institucionalizado; e com o movimento LGBT, por sua abertura a dialogar com o Estado. Assim, a construção a partir da negação – o “não-institucionalizado”, o “não ser movimento”, o “não dialogar com o Estado” – faz com que o ENUDS seja lido como um espaço de formação. Talvez por isso, os espaços dos ENUDS tendem a se abrir para a presença de identidades que estão além das consagradas na “sopa de letrinhas”, como “intersexuais”, “não-binários”, “queers”, “transgente” ou qualquer pessoa que se considere “diverso”¹²⁶.

Deste modo, ser um encontro formativo possibilita, reunir diferentes formas de organização, sujeitos e debates políticos e acadêmicos. Assim, por exemplo, o grupo “Identidade – Grupo de Luta Pela Diversidade Sexual”, que organizou o ENUDS em 2010, em Campinas/SP, é uma ONG, mas nega o conceito e o modelo do que é ser esse tipo de organização; nega, pois, o modelo de fazer política como ONG. O grupo Identidade, portanto, aproxima-se do ENUDS como um lugar possível de discutir e fazer política da forma como deseja. Conforme texto retirado da página da organização na internet, eles se descrevem:

"Juridicamente, o Identidade é uma ONG, **mas nos últimos anos, tem atuado fundamentalmente como movimento social**, contrário à atuação exclusiva por meio de projetos financiados pelos governos que oneram e prejudicam as organizações. Além disso, o Identidade entende que é papel do Estado a realização de ações que são habitualmente entregues às organizações não-governamentais" (grifo nosso).¹²⁷

Ademais, com relação ao movimento LGBT, a “não institucionalização” – como base de diferenciação – aparece no sentido geracional. O termo acusatório de “institucionalizado” aparece no campo do ENUDS como meio de marcação geracional de dois lugares: um, mais antigo, que observaria o modo de fazer política baseada no diálogo com o Estado e a

¹²⁶ Nesse texto, não desenvolverei a questão da autodenominação, mas, para melhor esclarecimento sobre o tema, vide Carrara; Simões, 2007; Heilborn, 1996; Butler, 2003.

¹²⁷ Disponível em: <http://identidade.org.br/blog2/?page_id=9>. Acesso em: 03 maio 2014.

conquista de direitos civis; e outro, protagonizado por “jovens”, que observa o diálogo mais intenso entre a academia e o movimento social como agente mais ativo para atuação política.

Ao negar ser um movimento social, o ENUDS suscita uma leitura sobre si como “novo movimento”. As formulações no campo, tanto do que seja movimento social, quanto do que seria um “novo movimento social”, são construídas pelos próprios universitários participantes do Encontro, ou seja, por quem tem uma compreensão do que são as duas categorias. Além do próprio campo, trabalhos que dialogam com grupos e coletivos que compõem o ENUDS incorporam a noção deste lugar como uma “nova forma” de fazer política.

Para analisar as categorias levantadas acima, é necessário compreender o que se entende por “Novos Movimentos Sociais”. Esta teoria, que muitas vezes é incorporada no Encontro, contribui para compreender como ele próprio se entende, já que o ENUDS demonstra ser um espaço híbrido e, por isso, é tomado tanto pelos debates produzidos pelo campo científico, quanto pelo campo político. Além disso, alguns trabalhos sobre os grupos e coletivos universitários, especificamente, vêm colocando-os como uma nova forma de militância no campo do gênero e da sexualidade¹²⁸.

2.3 A diferenciação de outras categorias: “ativista/militante”, “grupo/coletivo” e “horizontalidade”

O ENUDS é um campo onde diferentes categorias aparecem de modo a demarcar a sua reivindicada diferenciação e relação, principalmente, ao movimento LGBT (em um sentido geracional) e o movimento estudantil (também geracional, mas no âmbito organizacional). Assim, categorias como “novo” (no sentido de singular, atual ou diverso) ou “militante” se manifestam na dinâmica dos sujeitos ali participantes. Neste último caso, por exemplo, o ENUDS é visto como um espaço diferente de formação militante, com alguns traços (a “fechação”, como ato político, e a “pegação”, como agente mais importante para a

¹²⁸ Ver: Amaral, 2014 e Lopes, 2010.

vivência) que o aproximam ao que acontecia no grupo SOMOS, que também se apresentava como espaço para formação de uma identidade homossexual e uma identidade militante.

Distante da ideia de pensar o ENUDS como um Encontro de uma “nova militância” ou uma “nova forma”, ou qualquer outra designação que marcaria um “novo” momento do movimento, consideramos aqui que ele é um espaço que compõe o campo político LGBT, mas que se diferencia geracionalmente do movimento mais amplo, por se entender como um movimento de jovens. A compreensão de um espaço “jovem” norteia a ideia de que o ENUDS se constrói por meio de diferença organizacional com o movimento estudantil, isto é, a distinção de uma geração de “jovens” que compreende o fazer político dentro da universidade de outra forma.

Isto posto, conforme aparece no histórico do Encontro, o ENUDS se vê como constituído pela confluência de três eixos: o movimento estudantil, o movimento LGBT e a academia (professores e grupos de pesquisa). A relação com os dois primeiros planos se estabelece adversamente, sob o sentido de diferenciação. Negar ser igual ao movimento LGBT e negar, em certa medida, ser um movimento estudantil desenvolvem certas categorias dentro deste campo empírico de modo a marcar essa diferença.

A primeira categoria que destaco se localiza ainda no processo de formação do ENUDS: “universitário”, em contraposição a “estudantil”. Aqui, a categoria “estudantil” é negada por fazer referência ao movimento estudantil, que desde a segunda edição do Encontro passou a ser rejeitado em sua totalidade. Em outras palavras, apesar de o ENUDS surgir com a perspectiva de lutar contra homofobia na universidade e nos espaços do movimento estudantil, as primeiras tensões com partidos de esquerda, já no I e III Encontros, – com o PSTU e o PSOL, respectivamente – faz com que o ENUDS deseje se caracterizar de outra forma e negue essa disputa partidária, característica do movimento estudantil. Assim, o esforço de se afirmar como um espaço suprapartidário e, posteriormente, a aproximação com grupos de pesquisa (colocado no campo como academia) dão ao Encontro o entendimento de ser um espaço de formação não “estudantil”, mas sim “universitário”.

Por conseguinte, apesar de o nome do Encontro já trazer a categoria “universitário”, é somente a partir do afastamento com o movimento estudantil que ela passa a ser mais

utilizada como forma de diferenciação. Logo, afirmando não ser um encontro “estudantil”, o ENUDS tentou se distinguir do movimento estudantil com relação ao seu formato, às disputas políticas e às organizações de agenda. Ainda, “universitário” marca a característica de espaço formativo que o ENUDS pretende ser enquanto evento, isto é, um encontro para “trocas de debates políticos e acadêmicos entre alunos da universidade”, que gostariam de discutir sobre o tema da “diversidade sexual” ou simplesmente de “viver essa experiência”.

Segundo Rebeca, o desejo de diferenciar-se do movimento estudantil leva ao ENUDS uma ausência de “encaminhamentos políticos”, visto por ela como negativo, o que, em certa medida, tornaria o Encontro “sem sentido político”:

“Eu acho que costumeiramente, ninguém percebe que isso pode se transformar em um problema futuro, das pessoas não quererem participar, por não ter uma construção anualmente, para além da construção do evento. De intervenção na rua, de intervenção na disputa do debate. Por exemplo, o ENUDS não tem um site, que seja um site de todos, que vá passando de CN para CN, tinha uma lista, geralmente tem dos Estados, quando tem o evento, para poder compartilhar as coisas entre os coletivos dos estados. Então, as construções ficam basicamente muito presas e talvez reféns a cada CO e aí, isso não é meio que [é] passado de um para outro, então, não tem uma lógica histórica, um estatuto ou um regimento, do que são os princípios os deveres e os direitos de quem participa e constrói o ENUDS. Então não tem como você cobrar. Talvez a justificativa seja um pouco legalista, mas querendo ou não, o ENUDS foi construído a partir da indignação dentro do movimento estudantil, então, quando a gente se reverbera nessa questão de, inclusive, pessoas que não são do movimento estudantil de perguntar e questionar: ‘Mas qual é o papel do ENUDS?’. E você vem com o discurso, como esse que eu acabei de fazer, completamente legalista, é a partir desse histórico, de que no movimento estudantil a gente tem regras e estatutos e espaços de deliberação para tudo. Então, a partir de cada ENUDS, não tem muita mudança em torno desse debate, porque é igual ao que a gente tá tentando fazer agora, que são as brigadas¹²⁹, tirar as brigadas no começo do ENUDS, na plenária. Para que todo mundo se sinta parte, e eu compreendo que é dessa maneira, por isso que a gente tenta fazer. Se compreenda [as brigadas] ajudam na construção do evento e [para que a pessoa] não venha aqui como um mero participante que pagou o valor da inscrição que quer assistir suas mesas e apresentar o seu trabalho, fazer “pegação”, conhecer a cidade e voltar para o seu estado”. (Rebeca, entrevista em 13/12/2014).

Assim, como observado em outros estudos sobre movimentos sociais, as categorias “ativista” e “militante” aparecem de diferentes formas no campo. Durante uma roda de

¹²⁹ Brigadas são “grupos de auxílio” durante o ENUDS. O modelo usado também no movimento estudantil, por exemplo, corresponde em dividir os participantes em grupos, como: limpeza, alvorada (acordar os participantes), cozinha (auxílio na distribuição da comida), entre outros. A separação é feita no momento da inscrição de maneira aleatória e marcada com pulseira de cores distintas.

apresentação no Pré-ENUDS/Niterói, em 2014, Jô, ao ser questionado por um participante que estava ali pela primeira vez sobre a diferença entre “militante” e “ativista”, responde: “o militante é o sujeito que organiza sua vida e atuação política em conjunto com outras pessoas, já o ativista realiza sua vida política individualmente”. Logo após, ele exemplificou: “por exemplo, nós somos militantes, eu que atuo no Diversitas; já o João Nery¹³⁰ é ativista”. Os outros que estavam na sala concordaram com essa afirmação e ele concluiu dizendo que essa diferenciação não é valorativa, mas sim “apenas uma forma diferente de atuar politicamente”¹³¹.

Além desse momento, também pude perceber durante o trabalho de campo que se auto-referir como “militante” era comum aos sujeitos que faziam parte de algum grupo ou coletivo, em contraste com a auto-referência ou a referência a pessoas que atuavam politicamente através da Internet por meio de blogs, páginas e grupos do Facebook, que, nestes casos, seriam “ativistas”. Apesar de durante a fala de Jô ter sido acionada a equivalência entre essas duas formas de atuação política, o sentimento de fazer política em “grupo” ou “coletivo” é considerado algo mais difícil e complexo, por conta das diferenças de opiniões dos integrantes e também por ser uma “melhor forma para troca e aprendizado”.

Nesse sentido, valoriza-se como uma atuação mais “política” a dos que se organizam em grupo, ou seja, os “militantes”, em relação àquela dos “politicamente sozinhos”, os “ativistas”, apesar da presença dessas duas “formas” nos espaços do ENUDES. Acreditamos que a valorização da forma de atuação política em grupo está na defesa de uma “forma” de organização “coletiva” e, também, na noção de “coletividade”, que se torna base do Encontro no decorrer das edições. Fazer política de forma “coletiva” torna-se com o tempo um princípio a ser defendido para além do Encontro, ou seja, pelos grupos e coletivos que o compõem. Assim, essa noção de “coletividade” cria uma outra forma de diferenciação: o “coletivo” e não mais o “grupo”.

¹³⁰ João Nery é um escritor que através da publicação da sua autobiografia “Viagem Solitária - Memórias de um transexual 30 anos depois”, em 2011 tornou-se referência no movimento de homens-trans.

¹³¹ Retirado do caderno de campo (12/08/14).

A categoria “coletivo” passa a existir no Encontro por meio do embate com a noção de “grupo”. Segundo o histórico do ENUDS, percebe-se que, em seu início, o nome utilizado era “grupo de diversidade sexual”. Nas primeiras edições, o termo “grupo” era empregado em geral por quem organizava o evento e dele participava. Destacam-se entre eles o Grupo Prisma, Grupo Colcha de Retalhos, Grupo Plur@l e ainda os que não possuíam o termo no nome, mas que o adicionavam ao falar, como, por exemplo, (grupo) Diversidade, (grupo) Diversitas, (grupo) Kiu!. Porém, no decorrer das edições, diversas organizações começam a se inserir e a participar do evento, de tal modo que antigos “grupos” mudam sua denominação para “coletivos”.

Segundo uma relatoria, na lista de participantes do Pré-ENUDS realizado em 2005, para a organização da III Edição (ver apêndice A), há, além dos nomes dos presentes, a entidade que representavam – naquele momento, Grupo Prima (USP), Diversidade (UFF), Arrecifes (UFPE), GDN¹³² (Niterói/RJ), Cellos (MG), PT (Niterói/RJ), APOGLBT¹³³ (SP) –, ou apenas o nome da universidade de cada um. Isso mostra que o uso do termo era recorrente, mas também que, na época, não havia ainda grupos/coletivos de “diversidade” em todas as universidades. Ainda que inexistam estimativas sobre seu número exato naquele período, hoje, em grande medida devido ao próprio crescimento do ENUDS, quase todos os Estados federativos possuem, em suas universidades, um “grupo” ou “coletivo” de “diversidade sexual”. Rebeca afirma:

“Eu acho que a participação das pessoas, ela reverbera quando voltam para a universidade e as pessoas sabem que existe o ENUDS, que reúne todos os cursos de todo o país, independentemente de ser pública ou particular e aí por conta do telefone sem fio, o trabalho dos coletivos também, se a gente for pegar para analisar quantos coletivos surgiram desde a construção do ENUDS, a gente vai conseguir ver que já temos muitos, talvez arriscaria dizer que se a gente tem 26 estados, a gente teria por baixo, entre 20 a 40 coletivos, porque na região sudeste tem um acréscimo maior, do que por exemplo, no Norte, ou seja, o que não tem no Norte, tem em dobro no Sudeste, e o Nordeste também tem uma participação muito importante, principalmente os grandes estados, como Bahia, Pernambuco e Ceará”.(Rebeca, entrevista em 13/12/2014).

¹³² GDN ou Grupo de Diversidade de Niterói é uma ONG que foi criada em 2004 e compõe o quadro de filiadas da ABGLT.

¹³³ Associação da Parada do Orgulho GLBT.

O termo “coletivo” começa a se inserir nos espaços do ENUDS entre a VII e VIII edições (2009 e 2010, respectivamente). Apesar de pontualmente alguns já se denominarem como “coletivos”, é a partir desses anos que quase a totalidade dos “grupos de diversidade sexual” nas universidades receberá o nome de “coletivo”. Assim, a primeira vez que o termo aparece no nome de uma Comissão Organizadora foi em 2013, com o Coletivo Leque (UFPR). Posteriormente, em 2014, na XII Edição, o termo aparece também na CO, com o Coletivo Divergen (UFERSA).

O objetivo de se diferenciar do modelo vigente do movimento LGBT se acentuou principalmente depois de 2008, por ocasião da I Conferência Nacional GLBT. Pessoas que participavam do ENUDS (e dos grupos que o formam) compareceram à Conferência e construíram uma percepção negativa de como o movimento estava dialogando com o Estado. Esse fato aparece na descrição da VI Edição do ENUDS, no Capítulo 1 dessa dissertação. Instigados após esta Conferência e com o início da retração do movimento LGBT, a partir de 2010, a intenção de se diferenciar do formato deste movimento se incorpora ainda mais no ENUDS. Assim, as acusações de que o movimento LGBT seria “cooptado”, “institucionalizado”, além de “hierárquico” e avesso ao diálogo, fincarão as bases da percepção sobre a diferença entre o Encontro e o movimento.

Assim, a noção “coletivo” se insere para designar o lugar de diálogo entre os integrantes; um diálogo que se faria “coletivamente” e “horizontalmente”. O significado de uma “construção coletiva” é atribuído ao termo, que passa a substituir o nome de antigos grupos como meio de negação do tipo de relação que o movimento LGBT mantinha com agências governamentais, ocupando Conselhos, Conferências, ou seja, como um movimento que habita as esferas de Participação Social. Neste caso, não só se critica¹³⁴ um diálogo hierárquico e desigual entre o movimento e o Estado, mas a relação entre o movimento e suas “bases”, que passam a ser “silenciadas”.

¹³⁴ Essa noção de crítica às organizações que estão nos espaços de Participação, aparece na sessão de “movimento LGBT” escrita por Sílvia Aguião, Adriana Vianna e Análisse Gutterres, no livro organizado por Heredia e Leite Lopes (2014).

Durante uma roda de conversa nomeada “Juventude LGBT”, no Congresso da ABGLT de 2014, em Niterói/RJ, um integrante afirmou que “coletivos são formas contemporâneas de organização”. Dentro do ENUDS, em consonância, a utilização – agora quase geral de “coletivo”, ao invés de “grupo” – é compreendida como a emergência de uma categoria cujo significado remeteria a um espaço politicamente mais “horizontal” (não há delegação e representação formal) e “não institucionalizado” (seguindo o viés comparativo com o movimento LGBT e o movimento estudantil).

Vale ressaltar que a categoria “coletivo” começa a ser empregada até mesmo por grupos que estão vinculados simultaneamente aos movimentos LGBT e estudantil, como, por exemplo, o KIU! e o Divergen – que compunham o DCE das suas universidades na época. Assim, a categoria se apresenta mais como um ideal de “construção coletiva” marcadamente positiva e objetivada, do que uma forma de fazer política distinta dos “grupos” ou de outras organizações. Isto é, ao mesmo tempo em que a noção de “coletivo” serve para marcar alguns espaços como “horizontais”, o termo é usado por outros como uma forma de pensar o diálogo entre os seus integrantes, visto como “coletivo” mesmo com a presença de coordenações e presidência.

Dessa forma, antigos “grupos” e espaços, que poderiam ser lidos como “não-horizontais” por possuírem organização de coordenadorias, presidência e setores, passam também a utilizar a categoria “coletivo”. Consequentemente, o termo coletivo sofre uma expansão, mais sob um desejo de “vir a ser” do que por serem, “de fato”, espaços em que decisões são tomadas “por todos”.

A fim de exemplificar e demonstrar brevemente como os termos “grupo” e “coletivo” convivem no campo, pontuarei aqui os nomes das organizações que aparecem na relatoria da Plenária Final do XII ENUDS, em 2014:

“LISTA DE COLETIVOS LGBT: Além do Arco-íris – PE; Coletivo Camaleão – RS; Toda Forma – PE; Movimento Zoada – PE; Maraxis – MA; Diversitas – RJ; Difundindo Cores – PR; Quilombo Purpura – AL; Pontes – RJ; Uni diversidade – GO; Fluidez – GO; Triângulo Rosa – GO; Libertárias – GO; Ateliê Igualdade de Gênero – GO; Primeiro Coletivo PUC – GO; Frente LGBT da USP – SP; Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria – PB; Grupo de Gênero e Sexualidade – PR; Juntos – CE; Orgasmo Coletivo – ES; Coletivo Resistência –

MG; Gozze – SC; Subversiva – PR; Primavera nos dentes – MG; Divergen – RN.”
(ENUDS, 2014)

Como vimos, outra categoria que aparece no Encontro, ainda com o intuito de marcar diferença, é o termo “não-institucionalizado”. A fim de explicá-lo, é necessário chamar atenção, uma vez mais, para aquilo que o ENUDS entende por “institucionalizado”, marcando esse antagonismo como diretriz de diferenciação.

No campo, “institucionalizado” quer dizer manter uma aproximação com o Estado e fazer política em diálogo com o mesmo. Além disso, institucionalização se refere à esfera da burocracia, dos regimentos e “obrigações”. Em suma, a expressão “institucionalizado” apresenta-se como forma de se referir não a qualquer relação com o Estado, pois, em certa medida, a universidade é vista no campo em conjunto com o que se “imagina de Estado”, mas sim como categoria de acusação relativa a uma certa relação com o Estado, baseada na ideia de participação social. .

Por conseguinte, assim como a noção de “coletivo”, a categoria “não-institucionalizado” serve para diferenciar, mas, principalmente, para qualificar o que passa a ser visto como negativo. Assim a “institucionalização” vira sinônimo de “cooptação”, termo que, como vimos, aparece constantemente para acusar atores que ocupam posições em conselhos, comitês e conferências.

Por conseguinte, a categoria “institucionalizado”, como categoria de acusação e diferenciação no campo, serve em duas frentes. A primeira é com relação ao movimento LGBT, quando se diz ser “não-institucionalizado” por não dialogar com o Estado da maneira que o movimento o faz. Nesse caso, cria-se um imaginário sobre o Estado, tratando a universidade como “não Estado”. A segunda frente, com relação ao movimento estudantil, quando se diz que não se tem regimento, que não há partidização e encaminhamento para orientar os grupos que frequentam o ENUDS. Como Dário afirma, “não é um problema dialogar com o Estado ou com partidos políticos, o problema é como o movimento [LGBT] tá fazendo e como o movimento estudantil faz”¹³⁵.

¹³⁵ Retirado do caderno de campo (14/12/15).

Entretanto, cabe pensar sobre o diálogo que o Encontro faz com agências financiadoras que fazem parte de setores do Estado, como ministérios e secretarias, ainda que considere a universidade como um espaço “menos estatal”. Este contato não é visto como um “diálogo” equivalente ao que faz o movimento LGBT, mas sim como uma necessidade e, até certo ponto, como um “direito” de receber o financiamento.

Por fim, outra categoria importante para compreendermos a “singularidade” do ENUDS segundo os participantes é a de “horizontalidade”. Ela surge em oposição à suposta hierarquia estabelecida no formato dos movimentos LGBT e estudantil. É, assim, também uma noção de diferenciação: com relação ao movimento LGBT, cujo caráter hierárquico por seu modelo de ONG – visto como não dialogável e que só serve para arrecadar dinheiro; já com o movimento estudantil, pelas instâncias que o organizam, como DCE, CA, presidência, UNE, secretaria, etc.

A noção de “horizontalidade” no ENUDS está atrelada à noção de “coletivo”, ou seja, a “horizontalidade” é a base da construção do Encontro, apesar da existência de instâncias como CO e CN. Os Pré-ENUDS, inclusive, são pensados para que o Encontro seja mais “horizontal” e “coletivo”. Entretanto, algumas deliberações se concentram sob a responsabilidade da CO. Em razão de o ENUDS ser um encontro marcado e delimitado por um tempo, a defesa e a prática da “horizontalidade” ficam nos limites do processo de organização, isto é, do processo do qual participam a CO e a CN, e não envolve o grupo total de participantes. Portanto, vê-se que a “horizontalidade” é mais uma marcação de diferença do que um princípio que perpassa todo o evento.

Nesse sentido, Dário aponta que o ENUDS afirma determinados princípios, mas não é isento dos mesmos “jogos políticos” que acontecem nos movimentos dos quais se diferencia. Essa afirmação surge antes de falar sobre os tensionamentos¹³⁶ que ocorreram durante o XI ENUDS, em Matinhos/PR:

“Eu acho que existe um problema que é o modo de compreender a política. A política é um jogo de interesses e isso não é um problema, o problema maior é quando as pessoas querem negar a política como um jogo. Porque quando você diz

¹³⁶ A descrição desse caso será feita no capítulo 3.

que não é um jogo, você diz que não precisa de regras, você está desarmando o outro, só que dizer que não é, é por si só um jogo. E isso acontece em vários aspectos da vida, quando você entende a política como um jogo, você avisa que tem regras como todo o jogo e as pessoas precisam aprender essas regras. A negação da política como um jogo é um jogo perverso, porque ela desarma o outro, porque quem fala que não é um jogo não se desarma, joga e joga da forma mais covarde e desumana possível.

Então, as pessoas vem para o ENUDS muito nessa perspectiva, de não perceber que é um jogo, muitas pessoas não se dão conta que estão jogando e jogam”. (Dário, entrevista em 12/12/14)

Todavia, esses processos de diferenciação refletem no significado do ENUDS como uma movimentação de jovens, com uma delimitação geracional, seja na relação com o movimento LGBT, seja, em certa medida, com pessoas do próprio Encontro, como por exemplo, as que se organizam em torno de “grupos” e não de “coletivos”.¹³⁷ Mas, longe da impressão de que a demarcação da diferença é um meio de abandonar os debates suscitados por esses outros espaços, o ENUDS incorpora os temas de debates desses movimentos, por considerá-los importantes e fundamentais, como, por exemplo, temas relativos a políticas públicas, identidade, Estado laico, raça, religiosidade e direitos.

A construção de categorias de diferenciação no ENUDS, com o objetivo de se colocar como âmbito distinto daquele em que se situam o movimento estudantil e o LGBT, reverbera, principalmente, na incorporação do debate com a academia, de modo a desenvolver um espaço híbrido (acadêmico e político). Observando os movimentos que o diferenciam, este debate se estabelece como mais uma disputa, a despeito de ser constitutivo e colaborativo. Assim, como mostra o histórico do evento, no decorrer das edições e, principalmente, a partir

¹³⁷ O artigo escrito por Regina Novaes e Rosilene Alvim, no livro acerca da Participação, analisa a categoria “jovens” em diferentes espaços políticos. Essa categoria seria, segundo a autora, permeada por distintas identidades, assim como a diversidade é contemplada nesses momentos. Novaes e Alvim apresentam o que consideram como características do movimento de jovens hoje, possibilitando observar o ENUDS e suas peculiaridades de maneira mais ampla, em paralelo a outros espaços de juventude para além do movimento LGBT e movimento estudantil: “Nesse cenário, com todas suas diferenças, os movimentos juvenis do Brasil de hoje compartilham características desta geração de movimentos sociais: a) não há monopólio de ‘representação da juventude’; b) são – ao mesmo tempo presenciais e virtuais; c) suas manifestações públicas são marcadas pela heterogeneidade, permitindo a convivência de coletivos articulados e indivíduos mobilizados; c) são performáticos e fazem das expressões artísticas e culturais uma via para protestos políticos; c) suas pautas buscam articular lutas pela igualdade (direitos econômicos, sociais, ambientais, culturais) com lutas pela diversidade (o direito a ter direitos)”. (NOVAES; ALVIM, 2014 p. 298).

do V ENUDS, começa-se a pensar “o espaço acadêmico como um espaço político”, como Rebeca diz:

“Durante algum tempo o ENUDS fez isso em algumas edições, querer se colocar num espaço aquém e além de qualquer organização, seja da UNE, seja da ABGLT, seja dos fóruns LGBTs de cada estado, das organizações trans. Por mais que todas essas entidades, em alguma medida e em algumas edições, participem dos espaços de fala ou dos espaços de organização, não tem hegemonização, na minha avaliação, de algum grupo específico. Talvez, até hoje, tenha [havido] a hegemonização da academia, então a gente poderia talvez tentar compreender que o ENUDS é um espaço majoritariamente acadêmico”. (Rebeca, entrevista em 13/12/2014).

2.4 ENUDS e o diálogo com a “academia”

Além de estar e ser criado dentro da universidade, o ENUDS mantém o diálogo com a produção acadêmica como parte constitutiva do Encontro. Se os outros dois pilares – o movimento LGBT e o movimento estudantil – são os âmbitos em contraposição aos quais o ENUDS se articula, a outra ponta do tripé – a academia¹³⁸ – modifica o Encontro no sentido de pretender ser um espaço de formação. Vinicius atenta para essa construção conjunta do ENUDS:

“O ENUDS ele nasce no seio do movimento da luta pela livre orientação sexual e identidade de gênero, dentro da luta do movimento LGBT. Mas acho que até pelo ambiente em que ele nasce, que é o ambiente universitário, ou seja, o ambiente privilegiado do ponto de vista inclusive do acesso à uma série de conhecimentos, teorias e linhas filosóficas, ele já nasce imbuído num conjunto de críticas que ajudam o movimento”. (Vinicius, entrevista em 20/01/2015).

O ENUDS se constrói como um espaço híbrido que, ao mesmo tempo em que se cria em oposição geracional e organizacional com o movimento LGBT e o movimento estudantil, incorpora os debates existentes no que seria o *campo científico dos estudos sobre sexualidade e gênero*. Para pensar esse aspecto do Encontro são oportunas as reflexões de Rafael Blanco sobre gestão e construção das identidades no universo estudantil (Blanco, 2014). Em seu livro

¹³⁸ Ver: Introdução, pg. 25 e 26.

Universidad íntima y sexualidades públicas, Blanco descreve detalhadamente a relação da formação das identidades em construção conjunta com o ambiente estudantil. Ao elucidar a correlação da gestão dessas identidades, o autor observa alguns pontos importantes a respeito da produção acadêmica: a formação política dentro do movimento estudantil; a diferença entre os universitários de áreas de conhecimento distintas entre si, como de Humanas e Exatas, por exemplo; a forma como os alunos que possuem no currículo pedagógico discussões sobre gênero e sexualidade têm um cuidado de pensar sobre o que estes temas significam, o que não se nota nas entrevistas de outros cursos. Do mesmo modo que aparece nos espaços do ENUDS, a relação intrínseca entre a gestão das identidades e da pluralidade das mesmas, em paralelo ao acionamento dos debates teóricos, pode ser considerada um fenômeno de construção conjunta.

A inserção da academia no evento ocorre por meio da participação de grupos de pesquisa em sua estruturação. Esse marco se inicia a partir do V ENUDS. Entretanto, vale ressaltar que as discussões sobre temas acadêmicos já aconteciam no Encontro desde sua origem, com destaque, por exemplo, para o debate sobre “diversidade sexual” *versus* GLBT. Na época, este debate predominava no campo dos estudos do gênero e da sexualidade, como apresentado no capítulo 1.

Em texto nomeado “Diversidade Sexual, quem és tu?”, escrito por integrantes do KIU!, a noção do que seria diversidade sexual e a relação do ENUDS com o debate acadêmico são sintetizadas:

“Desejamos, enquanto militantes e ativistas políticos, assim como estudantes e pesquisadores/as, que outras/os com mais instrumentos e bagagens epistemológicas, teóricas ou até mesmo históricas do que nós, retomem também estas discussões no campo da academia e/ou do ativismo, pois podem, sem dúvidas, colaborar com um conjunto de lutas, pesquisas e organizações em defesa da livre orientação sexual e identidade de gênero”. (Benevides et al., 2014)

Os autores afirmam que a “diversidade sexual” teria se tornado mais visível a partir dos anos 2000, “em torno do movimento estudantil universitário”, inspirado na luta pela livre orientação sexual e identidade de gênero. O que chamam de “movimento pela livre orientação sexual e identidade de gênero” se mostra como uma movimentação diversa e conflituosa, pela

sua maneira “identitária, política e ideológica”. Assim, os autores aproximam essa definição do que atualmente é chamado de movimento LGBT, o qual tem seu início no desejo de compreender como as identidades homossexuais são construídas (MACRAE, 1990).

Com isso, para os integrantes do KIU! e para grande parte dos enudianos, o movimento LGBT atual seria categorizado como “identitário”, no sentido de que estes estariam preocupados com a natureza e interpretações das sexualidades. Em contrapartida, a “militância da diversidade sexual” acreditaria que quando se é dada somente uma interpretação à sexualidade (ou à homossexualidade) e à sua natureza, fatalmente se omitem outras formas possíveis e igualmente "racionais" de compreendê-la, “vivê-la” e inclusive organizá-la politicamente (BENEVIDES et al., 2014).

“É neste contexto e para este serviço - de possibilitar um ambiente plural, diverso e permeável ao debate - que, em nossa leitura, a Diversidade Sexual constitui-se como um fértil campo e termo de reflexão e articulação das sexualidades e da luta pela livre orientação sexual e identidade de gênero”. (BENEVIDES et al., 2014).

Em seguida, eles sintetizam a relação entre “diversidade sexual” e movimento LGBT:

“Compreendemos que enquanto termo, a Diversidade Sexual está para além de uma ligação naturalizada em boa parte das organizações do movimento LGBT na afirmação da identidade sexual (L-G-B-T-T). Entendemos que ao optar por afirmar uma identidade marcada pelas práticas sexuais diversas, alguns setores do movimento LGBT secundarizam, necessariamente, a afirmação política, histórica, cultural, consciente ou não, em relação às possíveis sexualidades. Diversidade Sexual é um termo que não diz respeito, obrigatoriamente, a uma identidade, mas pode tomar o sentido de uma pluralidade, de uma valorização das diferenças em relação às sexualidades”. (BENEVIDES et al., 2014).

Apesar do entendimento que se estabelece no campo, a partir de uma leitura dos estudos sobre gênero e sexualidade produzidos no Brasil ou que permeavam as leituras nas universidades brasileiras, o termo “diversidade sexual” passa a ser defendido por compreender que o debate acerca das múltiplas sexualidades seria mais “receptivo” que o movimento LGBT, visto como isolado e fechado nas identidades estabelecidas. Contudo, “diversidade sexual” não é lida como forma de desconstrução do movimento LGBT:

“Fazemos também este contraponto pois é importante superar a ideia de que a Diversidade Sexual se afirma para desconstruir ou descontinuar a luta do movimento LGBT. Esta leitura, na nossa opinião, é insuficiente para interpretar as experiências históricas e as contribuições concretas que partiram desta, de suas reflexões e organização, para diversos espaços, instituições e reflexões da vida social em relação às sexualidades.” (BENEVIDES et al., 2014).

Mais adiante no texto, os autores realizam uma leitura sobre essa relação, expressa na entrevista de Dario e observada durante a participação no GDT da XI Edição do ENUDS, “Traga a Bandeira de Luta! Movimentos LGBT e Criminalização dos Atores Sociais”, organizado por parte do Coletivo Divergen (CO do XII ENUDS):

“Não temos dúvidas de que as opiniões acerca dos rumos, pautas e formas de organização dessa movimentação ainda são embrionárias e estão sendo construídas a partir de um conjunto de processos históricos, quase sempre contraditórios, conflituosos e diversos.

Não existe hoje uma institucionalização formal da Diversidade Sexual enquanto organização política, nem conhecemos formulações teóricas que a encarem enquanto um campo teórico e de estudos.

Embora não exista uma entidade nacional, já se tem registro e notícias de fóruns que se reúnem em torno desse termo e de toda a diversidade de perspectivas políticas e ideológicas. Um exemplo de um fórum é o Encontro Nacional Universitário sobre Diversidade Sexual (ENUDS) que já chega a sua décima primeira edição em 2013”. (BENEVIDES et al., 2014).

A ideia de construção de um campo que dialoga com o que é produzido no âmbito político e na academia também implica em refinar os debates já colocados pelo movimento LGBT. Em certa medida, defender o ENUDS como um espaço de formação e articulá-lo com determinados debates acadêmicos são aspectos organizativos que impulsionam a realização do evento:

“É preciso reorganizar uma movimentação, que volte a ser capaz de formular as bases de superação do modelo de sociedade heteronormativa, capitalista e opressora que temos. Da mesma forma como é preciso surgir um novo campo, que seja convidativo à nossa rearticulação com a sociedade e com as pessoas com as quais lidamos, seu conjunto de necessidades, de marcadores identitários e perspectivas políticas e ideológicas.” (BENEVIDES et al., 2014).

Por conseguinte, o que aparece no ENUDS como uma “militância da diversidade sexual” seria uma *movimentação* para organização e formulação teórico-política. Apesar de o movimento LGBT ter uma história marcada pela relação com a universidade e com a

produção e estudos acadêmicos, o ENUDS provoca um estreitamento dos laços entre militância e academia. Tendo em vista os embates e tensões existentes entre esses dois campos atualmente, o diálogo corresponde a uma experiência de construção conjunta e (re)criação, como explicitado no texto:

“Assim como na história vimos feministas formarem uma aliança em torno das suas pautas e seus discursos – sem necessariamente derrotar ou apagar a diversidade de opiniões existentes dentro desse campo chamado feminismo – é necessário inaugurarmos uma nova movimentação política pela livre orientação sexual e identidade de gênero, que dialogue com setores do ativismo político e da academia, de maneira menos bélica, autodestrutiva e mais propositiva.

Essa movimentação é o que pode garantir não só assimilações da parte do ativismo, mas da própria academia, que precisa também compreender o seu papel para além da reflexão isolada nesse conjunto de transformações e superações que todas necessitamos contribuir e operar coletivamente. Se conhecimento é poder, estar nos espaços de formulação e reflexão de conhecimento é ocupar também espaços de poder.

Para que uma nova síntese e um novo consenso ético-político acerca da organização das que lutam pela diversidade sexual possa ser combinada, será necessária muita paciência histórica, muita formulação, muitas provocações e o conflito saudável de idéias, que sem se fechar tragam possibilidades produtivas e impulsionadoras de uma nova conjuntura, uma maior e mais ampla movimentação e uma nova correlação de forças capaz de transformar os nossos desejos e sonhos em realidade concreta.” (BENEVIDES et al., 2014).

Em entrevista, Vinicius, que também é um dos autores do texto anteriormente citado, sintetiza a sua concepção sobre “diversidade sexual”:

“a gente [Coletivo Kiu!] compreende que ela é um campo que contribui pra muita coisa hoje, e muito por conta do ENUDS, que a desenhou assim, porque quando surgiu a “diversidade sexual” era mais um termo, o que a gente percebeu é que a diversidade sexual era usada meio como um termo coringa para fazer com o que o nosso debate chegasse a alguns lugares que a sigla LGBT não chegava, seja porque existia muita homofobia e rejeição referente a qualquer coisa que tivesse a sigla LGBT ou gay no meio. Então por um lado ele serviu um pouco nesse sentido, como gênero serviu pra que diversas questões do feminismo chegassem a vários locais onde antes se tinha rejeição ao termo feminismo. [...]Acho que a gente ainda tá redesenhando um pouco isso, e eu acho que a diversidade sexual consegue ser um pouco esse guarda-chuva, onde parte de que quem formula academicamente se sente parte, onde parte de que quem está produzindo luta política se sente parte e onde a gente consegue criar minimamente um ambiente mais convergente, dentro, obviamente, das suas contradições e seus conflitos o que é parte de qualquer ambiente democrático e livre”. (Vinicius, entrevista em 20/01/2015).

Ao longo das várias edições do Encontro, a presença de professores universitários foi recorrente. Principalmente a partir da V edição, a participação acadêmica na organização do ENUDS, com o intuito de utilizá-lo como espaço de formação “acadêmico-política”, torna-se mais forte. A observação do conjunto de grupos de pesquisa, que contribuem para a organização do Encontro, auxilia na perspectiva analítica sobre a afirmação de ser “espaço acadêmico como um espaço de militância”, reivindicada pelo ENUDS. Além disso, olhar para as descrições de cada grupo de pesquisa que participou dos encontros nos oferece ferramentas para investigar quem seria a academia, vista como pilar constituinte do ENUDS.

O Grupo Colcha de Retalhos organizou o V ENUDS em conjunto com o Grupo de Pesquisa SerTão. Segundo a página deste último:

“O Ser-Tão é um núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade vinculado à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Criado no final de 2006, o Núcleo tem como missão a produção e a divulgação de conhecimentos voltados à promoção da equidade de gênero e à garantia dos direitos sexuais. É composto por professoras/es, estudantes e pesquisadoras/es e por representantes de entidades civis interessados nas áreas de gênero e sexualidade. As reuniões são abertas ao público em geral”¹³⁹.

No VII ENUDS, a organização contou com o apoio do Nuh, grupo de pesquisa da UFMG:

“O Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH/UFMG) é um núcleo interdisciplinar vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). Foi criado em agosto de 2007, no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia, por meio de convênio com a Secretaria Direitos Humanos, e desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão pautando temas relacionados à gênero, sexualidade e relações étnico-raciais. Nesse sentido, com ações voltadas a combater violações de garantias fundamentais, o NUH/UFMG tem organizado e desenvolvido cursos de formação a profissionais da rede pública de ensino, tanto a partir de recursos do governo federal como em parcerias com a sociedade civil”¹⁴⁰.

¹³⁹ Disponível em: <<https://www.sertao.ufg.br/p/166-quem-somos>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

¹⁴⁰ Disponível em: <http://www.gdeufmg.com.br/gde_ufmg/index.php/sobre-o-gde/sobre-o-nuh>. Acesso em: 20 nov. 2015.

O VIII ENUDS foi o Encontro considerado, por parte dos meus entrevistados, “mais acadêmico”. A organização contou com a participação de dois grupos de pesquisa: o Nudu/UNICAMP e o Pagu:

“O Núcleo de Diversidade Sexual da UNICAMP – NuDU reúne um grupo de estudantes ligados a UNICAMP e que discutem diversidade sexual dentro dessa universidade. O grupo se propõe a discutir teorias sociais com foco nas de gênero, desenvolver atividades culturais e articular com outros movimentos sociais e pesquisadores que estudam gênero. Dentre as atividades culturais que já realizamos estão: as paradas de diversidade da UNICAMP de 2006 e 2007; A exposição de fotos e exibição de filmes sobre Homossexualidade e nazismo em 2008; A Semana da diversidade com oficina por trás das palavras, exibição de filme e festa do Babado- a primeira da UNICAMP-2008.”¹⁴¹.

Já o Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu:

“integra o Sistema COCEN (Coordenadoria de Centros e Núcleos) vinculado à reitoria da Universidade Estadual de Campinas, que congrega 21 centros e núcleos interdisciplinares. A institucionalização do Pagu (1993) foi resultado do trabalho de pesquisadoras inseridas em campos disciplinares distintos que buscavam dialogar com as teorias feministas e de gênero. A interdisciplinaridade, marca das pesquisas realizadas no Pagu, ramifica-se pelas diversas vertentes da problemática associada ao conceito de gênero – sociais, econômicas, antropológicas, históricas, políticas.”¹⁴².

Além desses grupos de pesquisa, as edições seguintes também tiveram a presença de núcleos de pesquisa em direitos humanos, gênero, sexualidade e temas afins. Apesar de saber da presença dos grupos de pesquisa na organização dos IX, X e XI ENUDS, os nomes dos mesmos não entraram na programação, nem nos cartazes de divulgação aos quais tivemos acesso.

No XII ENUDS, em Mossoró/RN, o coletivo Divergen organizou o evento em conjunto e com apoio do Gedic/UFERSA:

“O Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina visa estimular a pesquisa e a extensão popular, problematizando os direitos humanos, as questões e identidades referentes à América Latina e a relação da Universidade junto a movimentos sociais e grupos historicamente excluídos. Partindo de referenciais

¹⁴¹ Disponível em: <<http://orkut.google.com/c57305918.html>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

¹⁴² Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/pt-br/o-pagu>>. Acesso em: 20 nov. 2015

marxistas e freireanos, o grupo atua no Semiárido potiguar e é composto por professores do Direito, da Ecologia, estudantes da UFERSA, além de advogad@s, compondo, também, a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares¹⁴³.

O diálogo com a academia já gerou certos tensionamentos sobre a natureza do Encontro. No VIII ENUDS, por exemplo, surge uma discussão sobre como a teoria *queer*, reflexão advinda do âmbito acadêmico, impactaria o Encontro. Percebe-se, contudo, que o Encontro se entende como uma experiência de formação e que, logo, reúne pessoas que se aproximam ou se afastam de determinados temas, sem precisar se tornar *queer*, ou melhor, sem corresponder a alguma corrente teórica (“identitário”, “não-identitário”, marxista, ou qualquer linha político-teórica). Entretanto, fica claro que, devido às suas dinâmicas e transformações históricas, incluindo a inserção de perspectivas teóricas e reflexivas vislumbradas nos debates de GDTs (transfeminismo, etc.), o ENUDS sofre modificações continuamente.

Diferenciar-se, contrariar, ser um campo de formação: o ENUDS, concomitantemente, modifica e questiona tanto a produção acadêmica, quanto o debate político, que, muitas vezes, são excludentes entre si. Afinal, o diálogo com a academia está pautado por ser o ENUDS um espaço de formação em que se misturam “experiências”, “debates políticos” e “debates acadêmicos”. Na entrevista com Vinicius, surge uma formulação que sintetiza o significado de se projetar com um espaço “acadêmico/político”:

“[...] o saber que o movimento acumulou não é menor que o saber que a academia acumula. São saberes que estão circulando a partir de locais diferentes, mas tem contribuições super-importantes, tanto na luta política quanto nas suas reflexões filosóficas para que a gente pense enquanto horizonte de liberdade sexual, revolução sexual, seja lá como a gente queira apontar”. (Vinicius, entrevista em 20/01/2015).

¹⁴³ Disponível em: <https://www.facebook.com/gedicmal/info/?tab=page_info>. Acesso em: 20 nov. 2015

3 OS SUJEITOS, A “EXPERIÊNCIA” E OS LIMITES DOS IDEAIS DO ENUDS

Eu sou passiva, sou sapatão, sou travesti e luto contra a opressão!

O ENUDS é concebido pelos seus participantes como uma “experiência”¹⁴⁴. Por “experiência”, entende-se “viver mais livremente a sexualidade individual e o seu corpo”¹⁴⁵. Jô, durante uma roda de apresentação no Pré-ENUDS de 2014 (Niterói/RJ), disse entender a “experiência” do ENUDS como um momento “livre” e “libertário”, instaurado pelos ideais de dissolução das convenções de gênero, de liberdade sexual e quebra das hierarquias de gênero¹⁴⁶.

A “fechação”¹⁴⁷, por exemplo, vista como expressão de liberdade sexual, é um ato político do ENUDS. Essa proposta política do Encontro e as manifestações dos ideais de liberdade acontecem nos espaços mais internos (Plenárias, Culturais, banhos) e nos mais

¹⁴⁴ “Experiência” aqui aparece tanto como termo êmico, quanto como conceito de análise, este último compreendido à luz de Brah (2006) que afirma que, apesar da noção da experiência ser compreendida como um meio de criar um sujeito coletivo, as normas reguladoras produzem corporalidades diferenciadas em relação a marcadores sociais distintos (raça, classe, gênero e identidade de gênero).

¹⁴⁵ Retirado do caderno de campo (12/08/2014).

¹⁴⁶ Os ideais que perpassam os espaços do ENUDS são diversos. Podemos destacar, como alguns deles: o fim do machismo, da homofobia, do racismo e da gordofobia; e a livre expressão da identidade de gênero. Para esse estudo, escolhemos os três destacados no texto por incorporarem e abrangerem esses outros ideais. Estes, apesar de serem amplos, são defendidos em diferentes níveis de intensidade pela pluralidade de sujeitos e grupos do Encontro.

¹⁴⁷ Segundo MacRae (1982) “fechação” era o termo usado para a característica principal da diferença entre o movimento homossexual, da época, e os outros movimentos e grupos e tinha como sinônimo “desmunhecação” e “escândalo”. Naquele momento, o autor observa que a prática estava ligada ou até mesmo estabelecia um sentido de “ser homossexual militante”. Ainda neste texto, MacRae faz um paralelo entre a “fechação” usada pelas “bichas loucas” em oposição às “respeitáveis militantes”. Para ele o que mais irritaria os “militantes mais sérios” dos movimentos homossexuais e feministas era a falta de seriedade na “fechação”. Visto que além de ser uma reprodução de estereótipos, não levaria à mudança: quando todos os valores se tornam objetos de zombaria, nem a própria militância escapa. Nas palavras de MacRae: “o aspecto lúdico da ‘fechação’ serve como forma de evitar o surgimento de novos padrões identitários e até mesmo como meio de sobrevivência. Por ridicularizar todos os valores da sociedade, a ‘fechação’ parece roubar os militantes de pontos de apoio para as suas reivindicações e talvez seja esta a chave para a compreensão do seu poder, que está além da militância social e em um nível existencial profundo nos remete ao aspecto lúdico de nossa existência”. (MACRAE, 1982).

externos (na fila do “bandejão”¹⁴⁸ e no Ato-Público). Contudo, nesses mesmos contextos, estabelecem-se regulações a essa “liberdade”, o que gera tensões.

A fim de compreender as tensões e os limites suscitados pela dinâmica do ENUDS, escolhemos três casos específicos observados durante o trabalho de campo nos Encontros de 2013 e 2014. O primeiro caso se deu durante a plenária final da XI edição, onde se discutiu quem era ou não enudiano, e que, ao final, acabou resultando na expulsão de alguns participantes. O segundo, ainda no início da XII edição, deveu-se, como veremos, à reorganização dos espaços de banho, que permitiu perceber como a “liberdade” é modulada por experiências particulares de sujeitos particulares, isto é, que a entrada ou reconhecimento de novos sujeitos cria ou recria (novas) divisões. Finalmente, o terceiro momento escolhido ocorreu durante o Ato Público do XII ENUDS, em que, após uma performance, críticas sobre essa forma de estratégia política apresentaram, em certa medida, os limites da “fechação” nos espaços públicos.

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o ideal principal e explícito do Encontro: a “experiência da liberdade”. Para isso, a descrição dos momentos de realização desse aspecto, os quais constituem a “experiência” para além das falas, ou seja, as festas, as plenárias, as filas do “bandejão”, o banho e os Atos-Públicos, será utilizada para refletir sobre os limites autoimpostos desse mesmo ideal.

3.1 O ENUDS como uma “experiência”

Chegar no ENUDS – assim como cheguei no ano de 2012 – é ver as pessoas descendo dos ônibus das delegações de seus estados; é ver os grupos montando suas barracas; é se impressionar com cada performance espontânea pelos corredores; ou ver as pessoas tomando banhos coletivos; homens indo ao “bandejão” de salto alto, peruca e maquiagem; pessoas tirando a roupa nas Plenárias, “fechando” muito nas festas e gritando palavras de ordem nos

¹⁴⁸ “Bandejão” é o termo usual para Restaurante Universitário.

Atos-Públicos. Para Elaine, chegar ao ENUDS é ver um espaço de “vivência”, “acadêmico” e “militante”:

“Acredito que o encontro ainda é um espaço para discussões acadêmicas, troca de experiências e um espaço de **vivências corporais e afetivas inigualável**. A diferença da agenda política do ENUDS dos outros espaços puramente acadêmicos é a militância. Os enudianos vão pra rua, fazem barulho e vão à luta”. (Elaine, entrevista em 16/04/15 grifo nosso)

Cada etapa do Encontro, desde a preparação, até a chegada e a partida, é uma possibilidade para diferentes “experiências”. Todo ano, o ENUDS ocorre em um estado distinto, o que mobiliza inúmeros jovens de diferentes lugares. O Encontro se inicia na ação de “pedir ônibus” para a universidade, o que envolve pré-conhecimentos burocráticos e relacionais. Em outras palavras, cada “grupo” e “coletivo” de “diversidade sexual” local entra em contato com uma determinada secretaria universitária, que exige um número estabelecido de documentos¹⁴⁹ e tempo para liberação (ou não) do ônibus. Obriga, assim, que as pessoas se articulem em torno de uma busca por vagas.

Há um limite para o número de pessoas que podem ir no transporte, o que fica sob responsabilidade de pessoas específicas que participam dos “grupos” e “coletivos” universitários, que já “conhecem bem como faz”. A solicitação dos ônibus é permeada por contatos e relações já estabelecidas com um(a) secretária(o), que tem conhecimento, por exemplo, do tempo da burocracia para liberar a aprovação, mas ainda assim o facilita. Esse processo é crucial para a existência do Encontro, pois reúne e possibilita a ida dos participantes.

Entrar no “ônibus do ENUDS” requer, pela legislação universitária, ser estudante da universidade que possui ou freta o ônibus. O pedido, assim que é feito pelos grupos e coletivos, é justificado por meio do argumento de o ENUDS ser um “evento universitário”, o que em tese obrigaria a universidade a garantir a ida dos alunos e a realização do mesmo. Nesse sentido, o termo “universitário” aparece como barganha pelos “grupos”, “coletivos” e

¹⁴⁹ Esses documentos variam de acordo com a universidade. Em sua maioria é pedido uma lista com o nome, número da identidade civil e número da matrícula dos alunos que estariam no ônibus, junto a programação do evento e uma “Carta de Chamada” (feita pela organização convidando à participação no evento).

CO para o pedido e liberação de locais, financiamento e transporte que serão utilizados durante o Encontro. Mas o termo também é utilizado pela universidade como meio de controle, ao dizer que se está lidando com universitários, tanto no evento, quanto com seus estudantes nos ônibus.

Contudo, é frequente a ida de pessoas não universitárias nos ônibus, ainda que o número de estudantes seja maior do que aqueles que “não deveriam estar ali”, segundo a própria universidade. O controle advindo das regras dos órgãos universitários é manipulado pelos sujeitos do Encontro, que controlam quem consegue ou não uma vaga, e priorizam, em sua maioria, os seus próprios colegas de universidade.

A relação de pedido e entrada nos ônibus exemplifica que os processos de verificação¹⁵⁰, descrito por Jeganathan (2004) em outros contextos, funcionam como “cancelas” e organizam o ENUDS. Nesse sentido, os sujeitos que estariam mais implicados na organização do Encontro funcionariam como “verificadores” ou instituiriam pontos de verificação, sendo o ônibus um deles, assim como o credenciamento. Essa questão torna mais explícita as consequências da tensão ocorrida no Encontro de Matinhos, em 2013, que será exposta a seguir. Com isso, é possível afirmar que, de um lado, quem controla o ônibus está submetido às regras da universidade, mas também que há uma manipulação de regras pelos próprios participantes, ou seja, pelo próprio ENUDS.

Cada delegação de universidade chega ao local sede do ENUDS com o ônibus normalmente cheio (45 pessoas). A chegada, rodeada de expectativa de quem está ali pela primeira vez, de quem já conhece o Encontro e da própria CO, faz desse momento um evento. “Cada um querendo ‘fechar’ mais que o outro”, foi a descrição que ouvi de uma participante sobre esse momento, enquanto assistíamos aos ocupantes dos ônibus da UFBA e da UFF descenderem com suas bagagens. Nessa cena, a primeira pessoa que saiu do ônibus vindo de

¹⁵⁰ Em todo processo de existência do Encontro, a universidade, como agente regulador, oferece momentos de verificação dos sujeitos e de suas circulações. Para além das relações existentes entre as COs e os órgãos universitários, a troca que acontece entre os participantes que estão indo ao ENUDS e suas respectivas universidades exemplificam esses momentos de verificação. Compreendemos aqui esses momentos de verificação a luz do trabalho de Jeganathan (2004). Nesse sentido, os *checkpoints* têm a função de seguir e mapear os sujeitos e seus fluxos. Como consequência, este trabalho entende a universidade como um espaço representativo do Estado, ou seja, um local em que se checa o registro pessoal, a ordem e o fluxo dos sujeitos que nele circulam. Portanto, o ENUDS produz pontos de verificação que são percebidos e afetamos sujeitos de diferentes formas, de acordo com o confronto com a ordem social.

Niterói/RJ vestia apenas uma meia-calça arrastão e salto-alto pretos com uma garrafa de cachaça nas mãos. A sequência de pessoas nuas e seminuas que desciam dos dois ônibus agitou a CO, que cantou junto os gritos: “Uh a Bahia chegou!”, “Uh a UFF chegou!” ou “Uh o Rio chegou!”.

Nos três ENUDS em que estive presente, o lugar reservado para o acampamento variou, dada a diferença de estrutura da universidade. Na UFRRJ, na X edição do Encontro (2012), os participantes montaram suas barracas nas salas de um prédio recém-construído no campus. Acontecendo durante um feriado, as salas foram usadas pelas delegações e cada estado acabou ocupando uma ou duas. O ENUDS do ano seguinte, em Matinhos (PR), ocorreu durante as férias e ocupou praticamente todo o espaço da universidade cujo campus era muito menor que o da UFRRJ. Na edição deste ano, a disposição foi: as salas, para as oficinas, mini-cursos e apresentação de trabalhos; o saguão, para as Plenárias Inicial e Final; uma quadra coberta mais à entrada do campus – que tinha um grande espaço aberto –, para o acampamento; e um restaurante, na mesma quadra da universidade, como “bandejão”. Em 2014, o ENUDS foi realizado no campus principal da UFERSA, em Mossoró/RN, utilizando uma grande quadra coberta para o acampamento, assim como o auditório principal da universidade, algumas salas e o próprio “bandejão” do campus.

No primeiro dia do evento de Mossoró, após a chegada dos ônibus, o momento do credenciamento se apresentou, em muitos níveis, como outro ponto de verificação de quem seria o “enudiano”. Com uma grande mesa em frente a um dos prédios da UFERSA, a CO se posicionou entre os papéis, pastas e computadores para o credenciamento dos participantes. No momento do credenciamento foram entregues kits, que continham: bloco de anotação, guia de programação, *ticket* alimentação (para usar no “bandejão”), camisinha e lubrificante, tudo em uma pasta dentro de uma bolsa que continha também uma caneca.

Organizando o credenciamento por ordem alfabética, as filas eram formadas e informações eram colhidas pelos organizadores, como: nome, CPF, e-mail, instituição, entre outros. Mesmo com a participação de pessoas não-universitárias (considerada bem-vinda por muitos), e com a opção de “deixar em branco”, esperava-se que o campo “instituição” fosse preenchido com o nome da universidade a qual pertencia o enudiano. O crachá, entregue

depois de confirmado o credenciamento, é preenchido pelos organizadores, salvo quando a própria pessoa pedia para preencher. O espaço para o “nome”, junto da “instituição”, era colocado no crachá, com a ideia de identificar as universidades e facilitar a troca e o diálogo entre os participantes; e o mesmo também subentendia o que estava delimitando: que ali estavam universitários.

Nesse momento, também uma fila separada de credenciamento de isenções tinha sido organizada sob a responsabilidade da única trans da CO. Essa escolha foi pelo fato de haver no ENUDS um número de isenções obrigatórias, para as quais as pessoas trans teriam prioridade¹⁵¹. Com um número maior do que o esperado de solicitações de isenção, a Comissão Organizadora percebeu que aquela edição teria o maior número de pessoas trans de todas (aproximadamente 100).

Logo após o credenciamento, a ida à Plenária Inicial agitou o alojamento. A mobilização para tomar banho começou e para os que já haviam participado do ENUDS, bem como para os novos, aquele momento foi um acontecimento. O espaço oferecido pela UFERSA para o acampamento foi uma grande quadra localizada nos fundos do campus, possibilitando que todos os participantes ficassem no mesmo local físico, onde também estavam os chuveiros e os banheiros. Este era o momento em que os integrantes daquele espaço começaram a descobrir o que é “experimentar o ENUDS”. Os chuveiros, colocados um ao lado do outro, sem divisão ou separação por gênero, permitiam a observação dos outros corpos nus ou seminus, que entravam e saíam daquele espaço.

A estrutura sem separação dos chuveiros e sem divisão por gênero dos banheiros no Encontro não foi uma novidade do ENUDS Mossoró. A retirada da separação por gênero nos banheiros organizou os espaços do ENUDS desde seu início, e a não separação visual entre os chuveiros estava presente em muitas edições. Desde o processo de formação do ENUDS, a separação dos banheiros em “masculino” e “feminino” foi abolida. Para indicar que os banheiros eram mistos, podia-se encontrar marcações pelo campus da universidade com

¹⁵¹ Cada CO reserva 54 vagas de isenção de pagamento por Encontro, correspondendo a duas isenções por Estado mais o Distrito Federal. A prioridade para homens e mulheres trans começou a ser utilizada ainda nas primeiras edições, com a justificativa de que pessoas trans seriam mais desprivilegiadas financeiramente pela sua posição marginalizada na sociedade. (Retirada do caderno de campo – 15/08/14).

colagem de desenhos ou símbolos e isso podia aparecer mesmo em falas nos espaços do Encontro, como na Plenária Inicial.

O banho não é um ato banal no Encontro. Tomar banho pode ser considerado, um momento de “experiência” dos ideais do ENUDS (liberdade sexual, dissolução das convenções e hierarquias de gênero). Em 2010, por exemplo, no X ENUDS, os espaços dos chuveiros, vistos pela CO como mais um lugar para “pegação”, não tinham luz e nem divisão. Essa organização estrutural foi algo muito apreciado pelos participantes, mas também questionado. No caso da edição de 2011, isso gerou um problema, pois o frio de agosto em Matinhos, cidade do Sul do Brasil, impediu a existência de banhos coletivos, cabendo à CO fornecer banheiros químicos com chuveiros, possibilitando banho quente aos participantes.

Todavia, no ENUDS em Mossoró/RN, o calor de dezembro permitiu que se retomasse o banho coletivo. Na parede de fundo de um banheiro em obra, que até o momento só tinha pias, foram montados os chuveiros para receber os participantes, um ao lado do outro. Por causa do evento, o banheiro recebeu uma camada de brita no chão para o escoamento da água. A ausência de lugares para apoiar sabonete e shampoo e pendurar toalhas e roupas obrigava a maioria dos participantes a sair ainda nus pelo acampamento. Nos primeiros dias, alguns participantes, assim como eu, pediram para alguma amiga(o) esperar com a toalha na mão; depois, sair nu tornou-se “rotineiro”.

Em uma das saídas do banho, eu, que no primeiro dia pedi a uma amiga para me acompanhar, peguei-me conversando seminua com outro participante, ao mesmo tempo em que, ao olhar para os lados, concluía que essa era cena comum. Logo em seguida, conversando com Rebeca, que ali estivera comigo, falamos sobre o que significava esse ambiente do banho coletivo. Ela explicou que, antes, achava importante ter chuveiros privados para as pessoas que não quisessem “participar desse momento”: “eu sempre fui muito ativa, fazia luta [...] Agora o meu corpo mudou, eu aumentei muito o meu peso e em vários momentos eu não me sentia bem com o meu corpo”. Rebeca contou que não queria ir ao banho coletivo, mas, depois que viu “um bando de bicha gorda, magra, diferente”, ela resolveu ir também, o que a ajudou perceber o seu corpo de outra maneira. Durante a entrevista, quando retomamos o tema da “diversidade” no ENUDS, Rebeca diz:

“Lógico que essa diversidade não é só sexual, ela é de gênero, de classe, de raça. Enfim, é foda pra gente compreender um espaço que a gente passa poucos dias, mas que para muitos é talvez uma eternidade, e talvez um processo nostálgico de sempre voltar, né? E poder vivenciar essas práticas aqui e **a liberdade que esse espaço proporciona para as pessoas**. Então, acima de tudo, **o que todo mundo está preocupado talvez, quando vem para o ENUDS, é de ter a sua liberdade realmente aceita**. Então, tipo assim: ‘eu estou liberto de qualquer opressão nesse espaço, portanto, qualquer pessoa que for mexer no meu calo, vai dar merda.’ É muito difícil a gente querer concretizar o papel do ENUDS numa frase só, acho que ele cumpre vários papéis e cada potencial do papel que vai se dar em cada pessoa que participa, é diverso”. (Rebeca, entrevista em 13/12/2014 grifo nosso).

A compreensão do ENUDS como “diverso”, e por isso um lugar onde “todos podem ter sua liberdade”, aparece também em outras entrevistas:

“Porque depois de todas essas experiências do ENUDS que eles foram se dar conta de quanto o mundo deles era tão heteronormativo. O ENUDS é muito esse espaço mesmo, esse outro lugar, que é o espaço que, de certo modo, as pessoas vão resignificar a própria noção de desvio, quer dizer, elas não vão rejeitar, elas não estão no processo de combater essa caracterização do anormal em si, mas sim positiva-la. **Então, é um espaço que você sabe que tem diversas experiências, as pessoas experimentam muito nesses espaços, e de trocas, políticas, acadêmicas, sexuais e afetivas**”. (Dário, entrevista em 12/12/14 grifo nosso).

A partir da X edição, a existência dos chuveiros coletivos como parte do “viver o ENUDS”, junto com banheiros químicos particulares para respeitar os que “não querem viver esse momento”, tornou-se indicação para as outras edições. Contudo, por um não direcionamento de parte do financiamento da universidade ao XII Encontro, o aluguel de banheiros químicos se tornou inviável e acabou contando apenas com os banheiros coletivos.

A Plenária Inicial do ENUDS Mossoró abriu o Encontro com alguns poucos participantes no auditório. A presença dos enudianos nos espaços de programação do Encontro, como Plenárias, Mesas e Grupos de Discussão Temática (GDTs) é muito variável, dependendo dos convidados ou do assunto a ser debatido. Na mesa da Plenária¹⁵² dessa

¹⁵² A articulação entre Comissão Organizadora e universidade é fundamental para a organização do Encontro. Os limites e facilidades do espaço da universidade marcam estruturalmente o evento. Percebe-se isto mais claramente na Plenária Inicial, quando representantes de organismo universitários, são recebidos com

edição, formada por um integrante da CO, um professor da UFERSA e dois representantes da CN, começou a leitura do regimento daquele ENUDS. Ainda no início, ouvi de uma participante que estava ali pela primeira vez: “essa plenária é igual a movimento estudantil, mas com um bando de trans, bicha e sapatão”. Ao falar isso, ela estava se referindo ao formato de plenária que é comum no movimento estudantil, ou seja, com representantes na mesa e leitura de incisos e parágrafos escritos no documento que irá reger o Encontro.

A diferença percebida entre uma plenária do ENUDS e do movimento estudantil é a presença da “fechação”. A prática de fazer escândalo, de “dar pinta”, de gritar palavras de ordens no meio de falas, compõe o que seria um ato político do Encontro. As Plenárias dos ENUDS são tomadas por batidas de leques, desfiles com bandeiras do arco-íris e dos Estados, peitos para fora e cenas de disputas entre “quem dá mais pinta”, como afirmou Rodrigo. Nesse sentido, a “fechação” aparece como um ato de encarnar os ideais do Encontro; em outras palavras, o que se propõe como uma “extrema experiência de liberdade” se vive através da “fechação”, desde os momentos mais internos como as Plenárias, até os mais externos como nos Atos-públicos e na fila do “bandejão”.

Continuando o percurso pelos momentos de “experiência”, ao sair da Plenária Inicial, chega-se ao primeiro almoço do Encontro. A “fila do bandejão” é um espaço por onde, de fato, passariam todos os participantes: os que estariam na Plenária ou nas Mesas, os que estariam na praia, pela cidade ou pela universidade. A fila de espera assistiu a desfiles de homens com micro-saias, sandálias e salto-alto, bandeiras amarradas nas costas, exibição de consumo de cigarros, ou de outras drogas. É “a hora de você marcar quem vai pegar à noite”, como disse Rebeca.

Além de mais um momento de “fechação” no Encontro, a “fila do bandejão” apresentou um pouco do ENUDS para a universidade que o recebeu. Vale ressaltar que, apesar de o Encontro ocorrer nas férias ou em feriados prolongados, os enudianos ainda dividem a universidade com os alunos que, em sua maioria, moram nos alojamentos das mesmas. No XII ENUDS, esse cruzamento com o “outro” gerou uma mudança na disposição

agradecimentos pela ajuda na organização. Essa ajuda pode ser compreendida em inúmeros níveis, entre concessões de espaços e financiamento.

da fila. Ainda no primeiro dia, organizou-se uma fila para o almoço compartilhada por enudianos e alunos da universidade. As reclamações de alunos da UFERSA surgiram ainda na fila. Troca de olhares constrangedores por parte deles gerou reações de mais escândalo por parte dos enudianos. Como reagiu um dos participantes: “tá incomodado com a minha gritaria, com a minha ‘bichice’? Agora que eu vou gritar e vou ser bicha mesmo!”. No segundo dia do evento, atendendo às reclamações, a CO resolveu separar as filas do “bandejão”. Dados os limites físicos para entrada no refeitório (apenas com uma porta), as filas se organizaram em paralelo. Ao ver a separação, parte dos enudianos passou a provocar os alunos, passando a mão neles, chamando de “gostosa(o)”, convidando para ir na festa à noite, com intuito de irritar e constrangê-los. Um enudiano que estava com um grande leque vermelho, de vestido e maquiado, falou: “não adianta fazer essa cara! A gente existe, a gente tá na universidade e vocês vão ter que aguentar isso! Senão, ‘meu edi’¹⁵³ de preocupação pra vocês!”.

Toda movimentação de “pegação”, que já aparece na fila do “bandejão”, prepara para um momento que posso chamar de auge quanto à realização dos ideais da “experiência de liberdade” do ENUDS: as Culturais. As Culturais são as festas que acontecem nas noites do Encontro, com exceção do último dia, que é encerrado com a Plenária Final. Assim, em todas as edições, são realizadas quatro ou cinco festas, dependendo do número de dias destinados ao Encontro. Elas são organizadas pelos integrantes da CO e o acesso muitas vezes é restrito para os participantes do ENUDS. Cada Comissão decide o tema e as possíveis atrações de cada Cultural, com exceção da última, que é chamada tradicionalmente, desde a primeira edição, de “Trans-ENUDS”. Na programação do IV ENUDS, a descrição do “Trans-ENUDS” apareceu da seguinte forma: “Para diversificar totalmente: todo mundo com roupas do sexo oposto ou como bem quiser”. Todavia, com o aumento da participação de pessoas trans, o nome dessa Cultural passou a ser questionado por meio da afirmação de que ser trans não é “um momento” e sim “uma vivência”. A crítica recebeu adesões e esse tipo de descrição da festa foi excluído, ainda que seu nome tenha sido mantido.

¹⁵³ “Meu edi” é uma expressão que tem como sinônimo “meu cu”, usada como forma de xingamento.

Desde a primeira edição do ENUDS, as Culturais estão presentes na programação e são consideradas um dos momentos mais importantes do Encontro. Ir ao ENUDS e somente comparecer às festas não é considerado um problema, além de ser algo comum nas falas e desejos dos enudianos. A compreensão, por grande parte dos participantes e dos organizadores do ENUDS, de que elas são uma “experiência total de liberdade”, permite que muitos afirmem que as festas são tão importantes quantos as mesas e debates.

Durante a abertura do Pré-ENUDS em Niterói/RJ (2014), depois de realizar uma performance¹⁵⁴, Jô se apresentou para as pessoas ali presentes e relatou sua primeira experiência com o ENUDS, que se deu na Bahia em 2012. Sem conhecer o Encontro, nem fazer a menor ideia do que acontecia lá, Jô lembrou que tinha ouvido falar do ENUDS na UFF e que ficou extremamente interessado em participar. A UFF, contudo, não solicitou ônibus para a Reitoria naquele ano. Inquieto por não conseguir ir pela falta de transporte da universidade, Jô juntou todas suas economias e comprou passagens para Salvador. A vontade de descobrir o que acontecia naquele lugar – que ele já tinha ouvido ser maravilhoso – encantava-o e o deixava cada vez mais ansioso. Sobre sua ida àquele ENUDS, ele disse: “não participei de nenhum espaço: nenhuma mesa, nenhum GDT, nada!”. Jô afirma que voltou para o Rio de Janeiro completamente fascinado com aquela “experiência”: “O ENUDS te permite uma liberdade que todos deveriam ter”. Segundo ele, foi com este retorno que, tendo na mente que “todas as gays, sapatão devem ir naquele espaço”, iniciou-se o diálogo com Vinícius, seu amigo, para pensar em um meio de dar vida ao Diversitas. No final de sua fala no Pré-ENUDS, Jô afirmou: “o ENUDS me tornou militante”¹⁵⁵.

O que se propõe viver em todo ENUDS, haja vista o sentido de “experiência”, é concomitante à compreensão do Encontro como um local de/em formação. O caráter processual do ENUDS aparece constantemente nas entrevistas. Vinicius, um participante que já organizou o ENUDS e que hoje ocupa cargos de importância no cenário do movimento

¹⁵⁴ Na performance, Jo entrou na sala vestido de micro-saia, salto alto e sutiã ao som de uma musica de funk. Dançando e jogando purpurina dourada no corpo, ele passa a chamar as pessoas que estão assistindo para dançar com ele. No momento seguinte, a música para e outro homem vestido com roupas formais, empurra-o no chão, xingando-o de “bichinha”. Jô termina a performance, ainda no chão trocando a micro-saia por uma calça jeans, o sutiã por uma blusa de botão e o salto por um tênis, ou seja, por uma vestimenta “masculina”.

¹⁵⁵ Retirado do caderno de campo (14/08/2014)

LGBT nacional, respondeu assim à pergunta sobre a presença de outros movimentos e sujeitos no ENUDS:

“Eu acho que o ENUDS é um processo. Eu não acho que o ENUDS é algo definido e fechado. Acho que ele varia, até pela forma e o ambiente onde ele se organiza, ele varia muito de acordo com o tempo, as condições e os coletivos, quem participa do processo. O ENUDS termina traduzindo muito as forças sociais e as organizações sociais das pessoas que se debruçam na sua construção. Ele é meio que o resultado disso, que na verdade é um recomeço desse mesmo processo, quando você termina o ENUDS você reabre esse ciclo, desse processo, até o próximo. Eu acho que esse é um dos elementos muito importantes, porque **cria um espaço muito potente de convivência e de experimentação, de uma vivência política da sexualidade, ao extremo** [...]. Acho que nós não temos um espaço em que você consiga experimentar com tanta criatividade, honestidade, potencialidade, né? (...) Dentro de todas as contradições, como todo espaço, as potencialidades da sexualidade, seja do ponto de vista da sua experimentação e vivências, seja do ponto de vista da sua reflexão mais filosófica, seja do ponto de vista da organização da luta política a partir disso. Eu acho que o ENUDS é um espaço muito potente nesse sentido.” (Vinicius, entrevista em 20/01/2015 grifo nosso).

O fim de cada Encontro e o retorno para casa é tomado por um sentimento quase fúnebre. A Plenária Final, que marca o fim de todos os ENUDS, é marcada pela euforia da escolha da próxima sede, mas carrega esse sentimento de despedida. Nos momentos de encerramento do XI ENUDS, ao passar pelo campus entre cafés e cigarros, encontrei um amigo que havia conhecido no ônibus a caminho do ENUDS. Ele, desmontando a barraca e refazendo a mala, começou a chorar de maneira copiosa. Preocupada com a situação, perguntei o porquê do choro intenso e ele respondeu: “eu não quero ir embora, não quero voltar pra minha vida, não quero voltar pro mundo lá fora!”. Ele, que continuou chorando até o momento da saída do ônibus, continuou: “eu não faço faculdade, eu trabalho; eu nunca me senti tão livre, quanto eu me senti aqui; eu nunca tinha dado tanta ‘pinta’ e eu adorei, eu sou assim!”. Alguns dias depois, um aluno da UFF, que estava ao nosso lado, escreveu um texto sobre esse momento:

“Por que não viver no ENUDS?”

Ao final de qualquer viagem, a saudade aperta e a gente se amolece ao lembrar dos melhores e emocionantes momentos. Acontece que pela primeira vez não é só a saudade que bate, mas um nó no coração: por que não viver no ENUDS? A angústia é inevitável quando convivemos durante dias com pessoas sonhadoras, lutadoras e corajosas. A saudade não é só mais de festxs, bebidxs, drugx e *sex*, mas das pessoas em suas diferentes expressões: diferentes e fantásticas personalidades, opiniões ricas de teoria e prática, desejo de questionamento e enfrentamento, sorrisos, beijos e abraços doados por amor de amigos, amantes, namorados, irmãos (incestofobia não

rs). Sexo e amor! Ah esses sim passam por minha cabeça agora. A desconstrução dos seus sentidos não é uma tarefa fácil, mas agora o primeiro passo de repensar na tentativa de resignificá-los já foi dado. Acho que quando discutimos e, ao mesmo tempo, sentimos de uma forma tão intensa. Contribui mais ainda para esse desafio de aprendizado. Quando ainda sinto tanta falta das pessoas, amplio aos momentos e, principalmente, ao sentimento de comunidade que vivi durante todo o encontro. Os momentos abrangeram salas de aula, pátio, bares, RU[restaurante universitário], praia, matagal, barracas, ônibus, frida[sic]. Cada lugar com uma vivência única de histórias de luta e preconceito, de ideologias, de amizades do Acre ao RS, de uma exploração livre e sem pudor do corpo, do prazer, da sexualidade e da religião. Me senti pela primeira vez em uma comunidade, a comunidade LGBT. Sempre acreditei que LGBT's em geral necessariamente fazem parte dessa comunidade pela orientação sexual, mas agora percebi que membro de comunidade é aquele que está unido ao resto do grupo, apesar de todas características que os separam. A união parte de dentro de nós e, dessa vez, palpitou em mim. Senão, como explicar o arrepio depois de berros e palmas de 2 pessoas contagiarem o resto de todo o grupo durante o almoço, a santa hora sagrada? Como explicar o orgulho de estar numa mesa de bar conversando horas sobre tabus que tão raramente são colocados pra questionamento, e ainda descobrir experiências que nos fazem desconstruí-los? Acredito que um grande impulso isso foi a fala do pai do Lucas Fortuna [militante espancado e assassinado em Goiás, durante o ENUDS passado], mais ou menos assim: "pode ser muita pretensão minha, mas eu considero-os todos meus filhos, irmãos de Lucas."

Apesar dos apesares ocorridos ao final do encontro, o aprendizado é indescritível e o meu agradecimento a todos que fizeram parte parece ser insuficiente. Agradeço a todos que participaram, arrasaram, exageraram, se entregaram, se apaixonaram e amaram o e também (no) ENUDS rs!"¹⁵⁶ (Carlos, 07/09/13)

Nas entrevistas, Rebeca e Dário falam também desse sentimento final do Encontro:

“Tem gente que fala que fica muito mal após o ENUDS, porque tem as paixões, as relações que se constroem, mas também **a vontade de viver esse espaço a sua vida inteira, como se o ENUDS fosse a vida, porque é a vontade e o desejo de ter uma sociedade liberta de todas essas opressões[...]**talvez eu tenha ficado feliz com o empoderamento de pessoas que construíram o ENUDS comigo, do meu empoderamento”. (Rebeca, entrevista em 13/12/2014 grifo nosso).

“Eu estava saindo do evento indo para o alojamento tomar banho para sair, um [enudiano] me acompanhou para tomar banho e ir comigo, o menino estava extasiado, parece que ele tinha acabado de entrar no curso de matemática na Universidade Federal de Sergipe, ele falou que ainda não era assumido para família, mas que ele estava super afim de chegar em casa e contar pra família inteira. Aquilo para mim foi uma coisa que me deixou bastante emocionado, porque passa por um processo de empoderamento, a galera entra na universidade e rapidamente eles já ficam sabendo, ou do ENUDS em si, ou de movimentos que já estão acontecendo nas universidades que fazem recepção de calouros ou intervenções, e a galera começa a se empoderar.

¹⁵⁶ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=365413820256674&set=t.1778396556&type=3&theater>>. Acesso em 26 agost. 2013.

Muitos deles estão vindo de uma vida bastante rígida, moralmente rígida, e vão encontrar nesse espaço aquilo que, por exemplo, eu não consegui encontrar. Isso pra mim é muita coisa porque você tem um processo de emancipação e é muito engraçado, porque as pessoas podem ter várias leituras em relação ao ENUDS mas ninguém pode negar **a importância que ele teve em fazer que o movimento universitário, de modo geral, começasse a discutir essas questões**". (Dário, entrevista em 12/12/14 grifo nosso).

A partir da apresentação dos ideais de liberdade sexual, de dissolução das hierarquias e convenções de gêneros que permeiam o ENUDS, pode-se perceber como eles funcionam, são vistos e se realizam de modo a criar a “experiência” que é o Encontro. Essa “experiência” manifesta-se nos vários espaços que compõem o evento, desde a entrada no ônibus, passando pela chegada ao evento, pela montagem do acampamento, pelo credenciamento, até o banho, as Plenárias, a fila do “bandejão” e o Ato Público. Tendo isso em vista, para compreender de maneira mais ampla o que se afirma como “experiência”, discutiremos por meio de três casos, as suas tensões e limites, ou seja, os problemas na realização desses ideais.

3.2 Os “ex-enudiano”: a expulsão de cinco participantes no XI ENUDS

A expressividade dos ideais de liberdade sexual e dissolução das convenções e hierarquias de gênero que se coloca no ENUDS decorre da capacidade de realização dessa “experiência” para além das falas e dos discursos. Porém, certos limites a atravessam e são, ao mesmo tempo, autoimpostos. Conforme se pode observar em três casos que aqui se destacam, estes limites configuram tensões internas. Por termos acompanhado os três com mais atenção, em razão do trabalho de campo, os escolhemos como exemplos que melhor demonstram as tensões dos ideais defendidos nos ENUDS.

O primeiro caso se deu em 2013, no ENUDS/Matinhos (UFPR), durante a XI edição. Ele teve início em uma Cultural e terminou com a expulsão de participantes do Encontro na Plenária Final, acusados de “machismo” e “racismo”, por um grupo nomeado Comissão de Segurança de Mulheres. A Comissão de Segurança de Mulheres do ENUDS/Matinhos não foi

a primeira em um ENUDS, mas possibilitou, dado seus desdobramentos, observar certas tensões. Vale lembrar que a deliberação lida e aprovada na Plenária Inicial dessa edição foi:

"Existirá no XI ENUDS uma comissão de mulheres (cis e trans) que se organizará de **forma autônoma** pelx enudianxs caso ocorra **alguma agressão verbal ou física** durante o evento. Não serão tolerados casos de violência durante o XI ENUDS e essa comissão agirá com o intuito de tomar as **providências necessárias e coletivas**."(ENUDS, 2013).

Nesse sentido, além de estar explicitado o objetivo da Comissão, também delegava-se, pela primeira vez, certa autonomia, como veremos a seguir. No momento da Plenária Inicial, essa Comissão foi formada por quem gostaria de integrá-la (pessoas do gênero feminino ou que se identificavam como “mulher”). Com isso, a Comissão foi formada por um grupo entre 10 e 15 pessoas, em sua maioria mulheres cis, mas também por uma mulher trans.

A deliberação sobre a existência dessa Comissão de Segurança de Mulheres aconteceu no II Pré-ENUDS naquele mesmo ano de 2013, em Fortaleza. A existência de um grupo auto-organizado de mulheres faz parte do Encontro desde sua segunda edição e foi criado com o objetivo de “empoderar as mulheres que participam do ENUDS”. Em conversa informal com uma das organizadoras do VII ENUDS (ano de 2009), ela afirmou que a partir desta edição foi criada uma Comissão de Segurança de Mulheres que seria responsável por denunciar casos de machismo durante o evento. Assim, em grande parte das edições, mantêm-se a existência desta Comissão. Em 2013, na XI edição, ano em que o ENUDS foi organizado pela primeira vez por um coletivo exclusivamente de mulheres, essa Comissão recebeu autonomia para as resoluções dos casos de machismo no Encontro.

No início da Plenária Final do XI ENUDS, Carla¹⁵⁷ leu um parágrafo explicando como surgiu a Comissão de Segurança de Mulheres e por que ela existia, retomando o debate realizado no II Pré-ENUDS, em Fortaleza, a fim de explicara importância da Comissão para a resolução dos casos ocorridos no decorrer do evento. Ela explicou que ficou estabelecido entre membros da Comissão, em uma reunião durante o próprio Encontro, que os acusados de

¹⁵⁷ Os nomes usados aqui são fictícios, pois as falas de quem compôs a Comissão de Segurança de Mulheres não se tornaram públicas. Carla, que se identifica como lésbica, participava nesta edição, do Bando 17 de Maio de Fortaleza/CE.

agressão teriam seus crachás recolhidos, seriam encaminhados a pegar seus pertences no acampamento e que a Comissão os levaria para o lado de fora da universidade. Devido ao fato de o campus de Matinhos ser pequeno, os acusados expulsos foram obrigados a ficar do lado de fora do portão, ou seja, na calçada do campus. Logo depois, ela ressaltou que isso foi feito por a Comissão entender “ser um meio de garantir a segurança das mulheres agredidas naquele local”. Carla elencou e descreveu os casos em ordem, como "caso um", “caso dois”, e assim por diante. Vale ressaltar que os acusados eram referenciados como ex-enudianos, já que, a partir daquele momento, eles não poderiam participar de mais nenhum Encontro:

“DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO DE MULHERES

A Comissão Auto-organizada de Mulheres, aprovada no II Pré-ENUDES (Fortaleza) e respaldada na Plenária Inicial do XI ENUDES (Matinhos) deliberou, baseado na avaliação de que afastá-las [pessoas]do encontro **não é uma punição, mas uma garantia de segurança às mulheres** que não têm condições de permanecer no encontro, ou mesmo retornar no próximo, a banição das seguintes pessoas dos próximos ENUDES:

Caso 1

O exENUDiano dopou uma mulher, a carimbou com um carimbo psiquiátrico[sic], a atestou enquanto doente e a ameaçou de morte.

Caso 2

O exENUDiano realizou atos de provocação machista persistentes na volta da Cultural e se definiu claramente enquanto machista. Ademais, assediou sexualmente um homossexual de identidade de gênero masculina no I PréENUDES Matinhos.

Caso 3

O exENUDiano respaldou o ato machista supracitado no XI ENUDES e aprofundou, incorrendo com racismo.

Caso 4

O indivíduo, que não está credenciado no ENUDES, coagiu uma mulher negra a remover uma roupa específica, a partir de análises pessoais, incorrendo em machismo e racismo¹⁵⁸.

Caso 5

O indivíduo, que não está credenciado no ENUDES, participou do ato machista supracitado, bem como realizou duas intervenções artísticas que humilhou as mulheres presentes. Realizou também na Cultural uma intervenção que obrigou a CO, que é composta por mulheres, ao trabalho doméstico que nos oprime todo dia.

A Comissão de Mulheres procederá com o recolhimento de crachás dxs indivíduos supracitados, os acompanhando ao local de alojamento para recolhimento de bagagens e os conduzindo **para fora do local do XI ENUDES**”. (ENUDES, 2013)

¹⁵⁸ Após a Plenária Final, em conversa informal, um enudiano me descreveu esse caso. Ele contou que esse enudiano falou para uma participante negra trocar de roupa, pois esta estava com suspensórios e outros acessórios que remeteriam a “roupas de skinhead”. Afirmando que “skinheads” são racistas e, por “ela ser negra”, não poderia “usar essas roupas”.

Os ânimos na Plenária, que contava com quase 500 participantes, começavam a se exaltar e, no decorrer de algumas falas entre as pessoas e até para a mesa, muitos discursos foram feitos em desaprovação da deliberação da Comissão. Embora os ânimos estivessem exaltados, cada vez que alguém impedia que Carla continuasse a leitura, outras integrantes da Comissão de Segurança solicitavam que ela terminasse de falar.

Após a leitura do texto acima transcrito, foram ditos os nomes dos acusados, mas sem especificar com qual caso eles se relacionavam. Ao término da fala de Carla, um enudiano levanta de sua cadeira e diz: “eu gostaria de um esclarecimento, pois esse caso 1 aconteceu comigo e eu gostaria de explicar, porque não foi isso que aconteceu”. Nesse momento, falas como “agressor tem direito de fala em todos os espaços da sociedade e a mulher não!”, “Aqui só quem pode falar é a mulher e nós confiamos na vítima!”, “Nós não duvidamos da vítima!” foram proferidas por mulheres presentes na Plenária e na Comissão de Segurança.

Depois disso, os ânimos afloraram ainda mais. O enudiano que pediu direito à fala foi até a mesa já exaltado e começou a brigar com a Comissão, que estava próxima à mesa. Ele afirmou que o caso aconteceu durante uma das festas do Encontro e foi “apenas uma brincadeira”. Disse não ter colocado nada na bebida da menina que o acusou e que ele estava “apenas bêbado e brincando com o carimbo”. Nesse momento, instaurou-se um clima tenso na Plenária, com berros e gritos entre uma participante, amiga da vítima, e o acusado, mas também entre as pessoas que concordavam ou não com o ato da Comissão. Depois de muita discussão na Plenária, a Comissão de Segurança de Mulheres passou ser acusada, por algumas pessoas, de “inquisidoras”; que elas deveriam dar a possibilidade de fala para os acusados e que aquele comportamento era “coisa de polícia”. A Comissão, que nesse momento detinha o microfone, proferiu falas como: “o agressor sempre tem direito fora daqui”, “agressor tem que ser escrachado”.

Em um clima de extrema tensão e conflito, Carla pegou o microfone e lembrou sua posição de mulher na sociedade, relatou já ter passado por dois episódios de violência e abuso sexual, e que seus agressores tiveram a chance e o direito de se retratar, ao passo que ela sempre foi questionada. Então, Carla defendia que, no ENUDS, o “direito das vítimas” – com a crença sem o benefício da dúvida – deveria ser resguardado, pois no plano externo àquele

espaço as mulheres que são vítimas sofrem nos vários dispositivos de verificação da violência. No ENUDS, como um lugar que propõe ideais distintos da sociedade (quebras de hierarquias de gênero), a vítima não deveria ser questionada e ter total legitimidade, ou seja, “se uma mulher diz que é machismo, então é machismo”¹⁵⁹.

Em meio a toda discussão, parte da Comissão de Segurança saiu da Plenária para retirar os outros acusados que ainda estavam pelo campus da universidade. Com isso, a cada um que elas buscavam, as pessoas próximas se mobilizavam. Um dos acusados, por exemplo, estava em uma roda de samba que acontecia ao lado de fora do saguão da Plenária. Ao ser chamado e retirado, a música parou e as mulheres que estavam tocando passaram a defender o participante, sem entender muito bem o que estava acontecendo. Em seguida, todos os participantes do Encontro estavam na Plenária, reunidos em meio ao debate sobre se o que estava acontecendo era “certo” ou “errado”. Uma enudiana que estava na roda de samba chegou na Plenária e me perguntou: “O que está acontecendo? Eu estava lá fora tocando violão e algumas meninas chegaram, parecendo um ‘pelotão’, pegaram um menino e começaram a gritar na cara dele”.

A forma como seu deu essa “tensão” é considerada um marco nos ENUDS e agita as falas de quem relembra esse momento. Dário, em entrevista, expressou uma opinião recorrente sobre o “caso da Comissão de Segurança de Mulheres”:

“Então, por mais que eu possa dizer ‘você estão sendo violentas quando vocês expulsam um homem’... Mas tem outra questão, né? Se esse homem não sai, e [como fica] a menina que sofreu a agressão? Ela vai sair, ela não vai se sentir à vontade. Ao mesmo tempo, a gente não consegue pensar outras formas de lidar com essas tensões. Então, eu já ouvi discursos de vários lados, pessoas dos mais variados [grupos] defendendo “n” posições, e para mim fica muito evidente o quanto que a gente está tão entranhada num modelo que alija direitos, que quando a gente vivencia essa situação, não sabemos o que fazer. Mas eu tenho um posicionamento que, na falta de opção, você opta por aquilo que ideologicamente você considera mais correto, ou seja, na falta de não saber [sic] me posicionar, meu posicionamento vai ser apoiar o movimento de mulheres. Agora eu super defendo a auto-organização, eu acho que se há excesso, não sou eu quem vou dizer para elas desses excessos. [...], mas eu acho que as pessoas têm que ter responsabilidade com os termos e com os conceitos, então eu não acho que você tem que sair por aí chamando machista e racista, como se fosse moeda de troca, as pessoas precisam ter compromisso. Fora isso, **eu não acho que eu devo falar, então se há excessos nessas atitudes, quem tem que dizer são as próprias mulheres, as mulheres é**

¹⁵⁹ Retirado do caderno de campo (08/09/13)

quem vão discutir entre si, e a discussão precisa ver[sic] para poder repensar essas formas. Ao mesmo tempo eu fico pensando que como é que a gente sempre reivindica esse despotismo do significante, como a gente sempre está, de certo modo, preso a uma ideia de punição, a gente não consegue pensar outras possibilidades, a gente não consegue risomatizar as relações, a gente não consegue pensar novas formas, experimentar novas formas, quando se trata dessas situações de violência.[...] **Ao mesmo tempo só uma mulher sabe o que é sofrer um assédio, um estupro ou uma tentativa de estupro, não sou eu que vou propor para elas que tipo de punição deve ser feita. Claro que eu posso, na medida do possível, estabelecer diálogos teóricos, mas de como vai ser essa prática eu não sei e não acho que eu devo saber, porque eu sou homem e estou no lugar confortável da masculinidade que, queira ou não, determina a minha visão de mundo.**” (Dário, entrevista em 12/12/14 grifo nosso).

A idéia de Dário de que “só uma mulher sabe o que é sofrer assédio”, que só uma mulher pode julgar um caso de machismo, remete-se à discussão sobre a construção da autoridade moral (BRAH, 2006). Particularmente em relação à interseccionalidade de diferentes vetores de opressão, Brah observa como esse aspecto vai tornando o sujeito cada vez mais legítimo na construção de sua autoridade para proferir discursos e reivindicar que sejam ouvidos. Ainda que não seja necessariamente sobre a hierarquia de opressões, o caso da Comissão de Segurança de Mulheres do ENUDS também se sucede como construção de autoridade moral, que se legitima por meio das mulheres (cis e trans) em oposição ao homem machista.¹⁶⁰

As consequências da deliberação da Comissão de Segurança não se restringiram ao Encontro. Nessa mesma edição, um acusado foi proibido de voltar para seu estado no ônibus da delegação, pois boa parte das mulheres da Comissão de Segurança estava no ônibus com ele, sendo obrigando a voltar no ônibus de outra universidade de seu estado. Além disso, brigas entre pessoas do mesmo coletivo passaram a acontecer ainda no decorrer da Plenária, sobretudo entre as participantes da Comissão e, principalmente, dos grupos e coletivos a que

¹⁶⁰ Refletindo sobre o movimento de mulheres, observou Brah que: “Em lugar de embarcar na tarefa complexa, mas necessária, de identificar as especificidades de opressões particulares, entendendo suas interconexões com outras formas de opressões, e construir uma política de solidariedade, algumas mulheres começavam a diferenciar essas especificidades em hierarquia de opressões. Supunha-se que o mero ato de nomear-se como membro de um grupo oprimido conferisse autoridade moral. Opressões múltiplas passaram a ser vistas não em termos de seus padrões de articulação, mas como elementos separados que podiam ser adicionados de maneira linear, de tal modo que, quanto mais opressões uma mulher puder listar, maior sua reivindicação a ocupar uma posição moral mais elevada.” (BRAH, 2006, p. 348)

eram vinculados os acusados. Um caso que expõe bem este cenário é o de uma participante que escreveu uma carta esclarecendo as razões de seu afastamento do Pontes (UFRRJ), grupo que teve um de seus integrantes acusado e expulso, e que solicitou que a carta entrasse como anexo da Plenária Final:

“Eu, Letícia, enquanto mulher, negra, lésbica, atual Comissão Nacional (CN) do Rio de Janeiro e membro da Comissão de Mulheres deste XI ENUDS, comunico o meu desligamento do Grupo Pontes de Diversidade Sexual da UFRRJ, por entender que a posição do coletivo destoa agressivamente da minha pessoal, exigindo que, a partir da leitura desta, seja extinta qualquer associação do meu pessoal [sic] a qualquer atitude que o coletivo venha a manifestar. Aproveito para parabenizar a decisão mais que acertada da Comissão de Mulheres em não ser conivente com qualquer forma ou possíveis níveis de opressão.” (ENUDS, 2013)

Durante entrevista realizada no XII ENUDS, Rebeca, que não estava presente nesta XI edição, expôs sua posição sobre a expulsão dos participantes:

“Primeiro de que era a terceira comissão de mulheres realizada no ENUDS. Segundo, que a compreensão de mulheres ainda não é uma coisa hegemônica no movimento de mulheres e vai ser mais ainda diverso no ENUDS, então esse poder de quem é mulher não é uma coisa de compreensão para todo mundo. É lógico que o movimento de diversidade sexual tem um protagonismo muito forte de gays no ENUDS, não tem como não saber e não achar que em certos momentos eles vão usar o predomínio que eles têm da fala para legitimar qualquer tipo de opressão que ocorra ou não [...] **No começo eu achava um absurdo**, ter acontecido o que aconteceu, eu achava que na pior das hipóteses que ninguém poderia ser expulso de uma universidade pública, partindo do princípio que ela é uma universidade pública, partindo do pressuposto que é necessário que a gente tenha um título de delegado, advogado ou policial para estabelecer quem tá dentro e quem tá fora. Mas, sinceramente, qual o caráter de estar vivendo esses dias com essas pessoas aqui? Nós não sabemos, na verdade, que o movimento LGBT, tem uma diversidade enorme? Nós não sabemos que essas pessoas têm espaços e tiveram trajetórias de vida diversas? Cadê a solidariedade feminista, cadê a sororidade? **Agora, lógico que se uma bicha branca, necessariamente, não consegue fazer uma autocrítica**, não consegue se auto avaliar e não tem o poder de pedir desculpas, de reconhecer que pisou na bola, naquele momento, **fica difícil**. [...] **Aí, eu acho que foi o limite do que aconteceu nesse ENUDS do Paraná, foi a falta de limite do diálogo**”. (Rebeca, entrevista em 13/12/2014 grifo nosso).

3.3 Todo mundo nu: a separação de chuveiros cis/trans no XII ENUDS

Após o ano de 2013 e suas movimentações, fazendo um panorama de leituras sobre o que havia sido aquele ano, o ENUDS de 2014 se move para outra universidade do interior, desta vez no Rio Grande do Norte. O Encontro, que passou por mudança de sede no decorrer de sua organização, em função do encerramento das atividades do grupo que, inicialmente, o organizaria em Fortaleza, recebeu como nova sede uma cidade muito representativa na luta dos trabalhadores rurais e orgulhosa por ter sido a primeira a instituir o voto feminino no Brasil. Assim, Mossoró recebeu o ENUDS em sua recém-criada (2005) universidade. Com prédios em construção e salas com estrutura nova, a universidade se parece com muitas das que foram criadas a partir de 2003, pelo REUNI, no início do governo Lula da Silva.

O Encontro, que teve duração de cinco dias e contou com quase 700 participantes, reuniu um número – maior que o comum – de não universitários. Contando com organizadores que também militavam no movimento rural e movimento LGBT do estado, o ENUDS Mossoró teve uma presença significativa de movimentos sociais e o maior número de pessoas trans de todas as edições.

Neste Encontro de 2014, o espaço do “banho coletivo” gerou tensões no que se entendeu ali como “liberdade sexual e de corpos”. A edição, como dito anteriormente, com a maior presença de homens trans, travestis e transexuais foi tomada por um momento de ruído. Compreendendo que a “liberdade” é modulada por experiências particulares de sujeitos particulares (BRAH, 2006), a entrada de outro sujeito no espaço do ENUDS questionou o ideal de “liberdade igual e coletiva” e criou uma nova divisão, agora entre pessoas cis e pessoas trans.

O caso iniciou por um não direcionamento de parte do financiamento da universidade ao evento, o que impediu o aluguel de chuveiros químicos. O Encontro acabou assim contando apenas com os chuveiros coletivos. A limitação do financiamento causou uma discussão ainda no primeiro dia. Algumas participantes que estavam na delegação da ONG Atransparência pediam para que se colocasse algum tipo de divisão nos chuveiros, sob a justificativa de que:

“As pessoas trans têm uma outra relação com o corpo, imposta pela sociedade. Obrigar-nos a usar o banheiro coletivo é ignorar todas as questões individuais dos

corpos trans e da nossa escolha. Nós queremos um banheiro que nós podemos usar só entre a gente!”¹⁶¹

Em seguida, instala-se um tapume de madeira isolando dois chuveiros. Na porta de entrada é colocada, a pedido delas(es), a placa: “banheiro trans”. Sem questionamento, a Comissão Organizadora realizou toda essa movimentação e o que ouvi dos outros participantes cis sobre a solução dada pela CO, foi: “o ENUDS é um lugar que você experimenta e vive o que você verdadeiramente é; um momento de liberdade que nunca encontramos na sociedade aí fora, mas não podemos obrigar a todos a viver essa extrema liberdade”¹⁶².

O “chuveiro trans” também era coletivo e quem não queria participar dessa “experiência” era questionado. Ele era visto como um espaço para “viver a experiência” de liberdade sexual no ENUDS. Quem não queria experimentar essa possibilidade de liberdade, deparava-se com indagações sobre o porquê, sobre qual era o problema ou o sobre o que estaria fazendo ali então¹⁶³. Sob certos aspectos, a vivência da liberdade parecia quase compulsória.

3.4 Os limites da “fechação” no ato público do XII ENUDS

Outro evento que torna visível alguns limites da “experiência de liberdade” no Encontro aconteceu durante o Ato Público, em que a “fechação” fora dos “muros” da universidade se destacou como um ponto de tensão. No XII ENUDS, o Ato Público foi organizado pela CO e contou apenas com a presença dos participantes. A preparação para o Ato aconteceu no mesmo prédio do credenciamento. Durante a preparação foi realizada uma

¹⁶¹ Retirada do caderno de campo (16/12/14).

¹⁶² Retirada do caderno de campo (15/12/14).

¹⁶³ Vale ressaltar que os debates sobre marcadores sociais e privilégios são constantes nos espaços do Encontro, assim como no momento da separação dos banheiros. Falas e debates sobre a relação entre a liberdade de usar o chuveiro – ou seja, ficar nu publicamente – estão relacionados aos marcadores corporais e sociais de cada um, e apareceram durante todo processo. Contudo, a noção de que todos devem “tentar” viver essa “liberdade”, sendo essa um “momento libertador” norteia todo debate.

reunião de organização e questões como a segurança e o trajeto a ser percorrido foram discutidas. Uma participante manifestou a opinião de que não poderia haver bandeiras de movimento e partido, sendo que algumas pessoas já estavam com suas bandeiras. Para ela, aquele era um “ato do ENUDS e pela pauta LGBT e não de partidos ou movimento”. Manifestações de discordância como “aí, esse pessoal anarco!” foram proferidas em voz baixa. Sem muito debate, uma votação foi feita, em que a maioria – contando com participantes de movimentos e partidos – concordou em não levar suas bandeiras. Já no final da reunião, uma participante do Rio de Janeiro perguntou se seu grupo poderia fazer uma performance sem roupas durante o Ato e o consentimento foi geral.

O espaço de preparação do Ato foi tomado por cartazes e tintas no chão, assim como uma grande bandeira LGBT (ver anexo A) e um sentimento de animação e euforia por parte da CO, que lançava frases como “vamos acordar Mossoró! ”. O ato teve como figura de frente a única trans da CO, que seguiu acenando e proferindo palavras de ordem. Através da rua principal da cidade, o Ato conseguiu parar o trânsito e levar muitas pessoas para frente de suas casas (ver anexos B e C). No caminho de retorno, sucederam-se tentativas de atropelamento e ofensas por motoristas que gritavam palavrões, acionavam suas buzinas e queriam intimidar, inclusive com motos ultrapassando a barreira de segurança (ver anexo D). Em meio a essa efervescência de barulhos e tentativas de fazer silêncio, o grupo do Rio de Janeiro começou a se apresentar, enquanto a passeata rodeava a praça principal, já preparando o retorno.

Enquanto palavras de ordem continuavam chamando a atenção, a primeira dupla de performers se apresentou, com um dos meninos sendo enrolado nu em um papel filme em um poste. A felicidade de um performer contrastava com a avaliação de uma militante da Bahia: “tinha que fazer isso agora?”. Se no ENUDS a “fechação” é vista como um ato político, ela tem seus limites. Isto é, o sentido que os participantes do ENUDS atribuem a ela não só ressalta a “experiência” da liberdade, mas também indica que, como ato político, se deve ter consciência do que se pretende, a partir de ponderações como “até que ponto chocar” ou “até que ponto ficar nu”. Ademais, se a “fechação” é recuperada em seu caráter político, como MacRae (1982) descreve, isso não quer dizer que não haja limites. Na verdade, há um

deslocamento nos limites sobre o pano de fundo dos ideais de “liberdade” do ENUDS, entre o que pode ou não acontecer, o que é ou não necessário.

Ao final do Ato Público, motos da Polícia chegaram para controlar o trânsito. As pessoas começaram a entrar nos portões da universidade e comemoravam, pois grande parte, principalmente a CO, considerou o Ato um sucesso. Ainda nesse momento, uma menina do Levante Popular da Juventude, que nunca tinha ido ao ENUDS, perguntou para Rebeca: “Foi uma confusão esse ato, né? Não sabia quem estava coordenando, quem era o quê. Sem nenhuma organização!”. E Rebeca responde: “Aqui é o ENUDS, essa confusão é exatamente o que o ENUDS é!”.

Assim, o Ato Público apresentou o que é o ENUDS e o que são aqueles sujeitos, tanto para a cidade, quanto para algumas pessoas que nunca tinham ido ao evento. O momento de êxtase despertado criou uma relação e uma enunciação mais do que simbólica, material, a fim de demonstrar que, para fora dos limites dos portões da universidade, estão os “outros”. Nesse sentido, assim como afirma Butler (1993), a condição política para se constituir uma identidade é negar o compartilhamento de algum tipo de igualdade com o “outro”. Contudo, a construção das corporalidades desses sujeitos perpassa um conjunto diferenciado de circunstâncias e afasta qualquer noção de homogeneidade.

Portanto, a exemplificação desses casos nos ajuda a pensar sobre a construção das diferenças. Isto diz respeito à reflexão sobre “quem define a diferença”, ou seja, não pensar na diferença em si, mas em como essa diferença cria representação e se ela ocorre em nível lateral ou hierárquico. Nos termos de Brah (2006), assim, nestes casos de “tensão” entre ideais e limites do ENUDS, o primeiro momento destacado ressaltaria a formação de um “outro” (o homem machista) que deve ser combatido, criando-se uma diferença hierárquica entre homens e mulheres. O que deve ser combatido é o homem machista pelas mulheres organizadas.

Ainda na análise sobre a construção das diferenças, pode-se dizer que, a partir do caso do chuveiro cis/trans, nos termos de Brah, criou-se uma representação da diferença no nível lateral, dado que não há nenhuma hierarquia nesta relação trans/cis. Todavia, podemos problematizar esse caso também em outro viés: embora seja aceito que os homens e mulheres

trans tenham chuveiros separados, não existe a mesma aceitação quando homens e mulheres cis não querem fazer uso do chuveiro coletivo. Com isso, há, neste momento, a criação de uma diferença em nível lateral entre pessoas cis e trans que “vivem a liberdade” – o que diz respeito ao desejo de usar um banheiro coletivo –, mas também se institui uma diferença hierárquica, subalternizando as pessoas cis e trans que “não querem viver a liberdade” do banheiro coletivo. Durante entrevista, Rebeca falou um pouco sobre essas “diferenças” criadas nos três casos aqui apresentados:

“O ENUDS nunca teve essa coisa: núcleo de gays, núcleo de bis, núcleo de lésbicas, núcleos de queers. Agora é lógico que nesse ENUDS é importante ter um núcleo trans, porque não há muitas trans nos coletivos universitários, não estão na universidade, em grande medida, o movimento social de trans que tá organizado que tá nesse encontro, pode ajudar a comissão organizadora futura a construir e orientar em todas as questões necessárias [...], mas acho que fortificar e construir um núcleo seria interessante. [...] Se a gente se perder em dividir o ENUDS em vários núcleos do que a gente entende politicamente em questão de políticas públicas como LGBT, acho que é um processo ruim para o que o ENUDS se pretende fazer. Porque **se a gente compreende que é um campo de diversidade sexual a gente não está querendo entrar na enseada[sic] das identidades e nem na enseada da subjetividade das identidades**, nós compreendemos que é um campo amplo, que todo mundo que se defende dentro desse campo se compreende como uma pessoa da diversidade sexual que defende esse campo, ela tá junto, mas se ela vai achar que não é esse termo e que não precisa ter as letrinhas e etc., ela não vai se encontrar nesse campo, só vai se encontrar nesse campo pra fazer qualquer outra coisa que não seja pra defender, e sim para ter suas experiências pessoais”. (Rebeca, entrevista em 13/12/2014 grifo nosso).

As tensões que movimentam o ENUDS, aqui explicitadas, são aquilo que o tornam vivo como ambiente político. Dada a universidade como seu espaço de construção, o Encontro pode ser visto como um espaço de caráter formativo, militante e acadêmico. Na formação do sujeito político enudiano, a dupla construção de corpo e território (a universidade) fundamenta a prática das “experiências” vividas e descobertas. Contribuindo para esta compreensão, Vinicius tentou responder o que seria o ENUDS:

“Eu acho que essa tensão vai sempre existir, porque justamente por ele ser um espaço tão aberto e tão libertário nas suas propostas, eu acho que o conflito é inevitável. Por exemplo, vamos tentar fazer uma leitura breve de quais são os grupos que constroem o ENUDS, você tem: organizações tradicionais de esquerda; organizações LGBTs; coletivos universitários de diversidade sexual; núcleos de pesquisa; pessoas que não estão necessariamente dentro da universidade, mas que se sentem parte desse processo. **Você tem uma pluralidade muito grande na**

construção desse espaço, então é inevitável o conflito, vai haver conflito, vai haver essa ‘punheta gostosa’ que é o que nós somos, isso que é o mais legal, porque cria um espaço permanente de reflexão sobre o que nós somos e que não se fecha em si, na verdade, ele é muito relativo pra todas as pessoas, ele não é, por isso ele é um processo. **O ENUDS é diferente para as várias organizações, pessoas, coletivos, etc., o ENUDS nunca vai ser algo, se ele fosse algo, ele seria o retrato do seu processo, das forças que topam constituí-lo**, das forças que topam materializar esse processo de reflexão e de luta, ao mesmo tempo, porque quando você está organizando pessoas, você está organizando a luta política mesmo que seja em universidade, como vários coletivos fazem”. (Vinicius, entrevista em 20/01/2015 grifo nosso).

Por conseguinte, observar os ideais e os limites e tensões desses ideais no ENUDS permite problematizar as noções de “liberdade” e “experimentação” dentro do evento. A ideia de “liberdade” neste espaço aparece muito vinculada a de juventude, ou seja, a um momento de passagem. Assim, a noção de liberdade, enquanto disposição para uma experimentação, assume o sentido de uma passagem, dado o fato de que essa “vivência” acaba, pois chega um momento em que se deixa de ir ao Encontro. Assim, para além do ENUDS ser organizado e ocupado por jovens, a compreensão de ser um espaço de passagem durante a graduação – apesar da ideia de que participem também não universitários e pessoas que estão na pós-graduação – circunscreve a noção de “liberdade” vivida e experimentada.

Dito isso, o ideal de liberdade, defendido no Encontro, não estaria vinculado somente ao fato de tomar banho com outras pessoas, dentro dos muros da universidade durante essa fase da vida (graduação). Mas estaria também vinculado à experimentações do corpo e da sexualidade que se estendem pela vida das pessoas, isto é, algo que ultrapassaria o evento na medida em que se consolida como experiência vivida.

Para além dos ideais, os limites nos permitem compreender e explorar os sentidos destas liberdades que estão entre ser ou não enudiano, usar ou não o chuveiro e fazer ou não a uma performance “fechativa”. Estes limites estabelecem como se deve ser “livre”. Nesses momentos, o que aparece em jogo são os “bons modos” de se portar politicamente; para tanto, vê-se que é criada uma hierarquia nos modos de atuação entre o que se faz internamente e externamente e de quem pode fazer o quê.

Dessa maneira, o campo e os sujeitos criam regras para a liberdade e para a experimentação nos limites das mesmas e também para como elas devem existir e serem

mantidas. A tensão que envolveu a Comissão de Segurança de Mulheres nos apresenta como ações são realizadas para que a liberdade (neste caso, dos sujeitos do gênero feminino) seja mantida e defendida. Ao mesmo tempo em que a norma de ir ao banho coletivo se apresenta como outra forma de manter viva essa liberdade, o Ato Público aparece com uma norma sobre como se estabelece o diálogo com quem está fora do ENUDS, levantando o desejo de não “chocar” muito para que o Encontro seja mantido e não se queria saber o que de fato ocorre ali, como garantia de manter a liberdade.

Assim sendo, ao ser considerado pelos participantes como espaço de “vivência”, o ENUDS acaba esbarrando nos limites mais amplos (espaciais, estruturais) e nos limites autoimpostos, ou mais especificamente, nos pontos de verificação externos a ele, como a própria universidade. A partir das descrições dos casos dos limites, observa-se que os sujeitos do ENUDS atuam, concomitantemente, como agentes da “experiência” e como reguladores da “liberdade”.

Resgatando mais uma vez as leituras de Brah (2006), a “experiência” dá origem a diferenças, que podem ser laterais ou hierárquicas. Com isso, o ENUDS se apresenta, portanto, como um lugar de “experiência” que cria suas diferenças internas – do Encontro em relação a outros lugares e à sociedade em geral – e as diferenças entre os seus próprios sujeitos nas disputas e tensões dos seus ideais de liberdade sexual e quebra de hierarquia e convenções de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que os sujeitos fazem e como atuam no ENUDS? Foi a questão que buscamos seguir nesta dissertação. Ao longo de todo trabalho, através das entrevistas e do material do campo (nos Encontros e nos Prés-Encontros) buscamos (re)construir o contexto e o processo de formação do ENUDS. Desde o início da pesquisa, centramos as questões na descrição da trajetória do Encontro e na análise das transformações dos sujeitos que o constroem e o compõem. Nesse cenário, as disputas com o movimento estudantil, o distanciamento e crítica ao movimento LGBT, a aproximação com a academia, as aproximações e tensões com outros movimentos sociais, a relação com a universidade, a entrada de novos sujeitos, a experiência controlada e direcionada a partir dos ideais de liberdade, são os componentes essenciais que permeiam a realização destas doze edições. Enfim, o resgate da trajetória sócio-antropológica do ENUDS evidenciou o quanto são tênues e flexíveis os limites e linhas de demarcação entre academia e movimento social.

Inicialmente, esta pesquisa tinha como um dos objetivos específicos compreender se o ENUDS poderia ser considerado uma nova forma de fazer política. Porém, a partir do trabalho de campo consideramos que a própria noção de novo, como novidade, deveria ser problematizada. O processo de transformação de cada edição apresenta o ENUDS como um complexo espaço político relacional e contextual. Ou seja, as formas de organização do ENUDS, que aparecem a cada edição, através dos grupos e coletivos, são resultados da interconexão com os atores sociais que o precedem: movimento estudantil, movimento LGBT e academia.

Porém, o fato de não podermos classificar o ENUDS como uma nova forma de fazer política não deve obscurecer os esforços de seus organizadores de não querer ser como o movimento LGBT, o movimento estudantil ou a academia (ao menos, parte dela). Assim, a trajetória do Encontro mostra-nos como que em diferentes contextos históricos são criados modelos de diferenciação e demarcação em relação a certos “outros”. Tais diferenciações se manifestam de inúmeras formas e sua análise orientou-se a partir de determinadas categorias que emergiram no campo. Como descrevemos no capítulo 2, as categorias como

“estudantil/universitário”; “ativista/militante”; “grupo/coletivo”; “institucionalizado/não-institucionalizado” e “horizontalidade” foram evocadas no decorrer das edições, utilizadas pelas organizações e sujeitos que compõem o espaço como meio de diferenciar-se.

Nos ENUDS que acompanhei como pesquisadora, pude perceber que era constante o desejo de se afastar de elementos que representavam a forma de atuação do movimento estudantil e a forma de organização do movimento LGBT. O não querer ser o que eles identificavam como certo modelo de organização e atuação era afirmado, por exemplo, no controle de qualquer tipo de atuação de partidos políticos nos espaços do Encontro ou no controle do que era chamado como um “protagonismo das bichas”. Em outras palavras, a retirada da figura masculina do centro de mesas e falas era feita em todos os momentos possíveis, para que as “bichas” não “mandem em tudo”, como aconteceria no movimento LGBT, conforme ouvi de um integrante da CO ao pedir para que eu compusesse a primeira mesa do XII ENUDS.

Paralelamente, se a valorização da “não-institucionalização”, “horizontalidade” e “coletividade”, tanto nos materiais dos Encontros, quanto na forma de organização, é aspecto definidor deste espaço, a necessidade de articulação e de “diálogo” é permanente. Tal como diz Centelhas (2015), a simbologia da união não é só central nesses eventos, como parece justificar sua própria realização e seu caráter de “encontro”. Do mesmo modo que a defesa da pluralidade, a unidade se coloca como importante e isso é visível tanto nas Atas das Plenárias Finais, quanto nas cartas de chamadas e organização dos Encontros. A variedade de grupos e coletivos e regiões presentes apresenta uma capacidade de integração dessas organizações, e em um evento de nível nacional, demonstra uma capacidade de articulação considerável. Assim, ainda como Centelhas observou quanto aos encontros do movimento rural, os Atos-Públicos se tornam uma espécie de dramatização dessa união almejada, realizada não só nos gritos coletivos das palavras de ordem, como também na expansão dos sentidos das pautas e bandeiras colocadas, “que extrapolam o universo dos encontros e passam a ser ‘algo bom para todos’”. Ademais, os momentos para além da programação, permitem o que os enudianos chamam de “troca” e “vivência”, ou seja, um aprendizado ganho através do diálogo entre pessoas diferentes. Essa “troca”, ao mesmo tempo, que aparece como indispensável para unir

e articular os coletivos, também, torna-se base para a chamada “experiência do ENUDS”. O processo de diferenciar-se cria, por outro lado, a necessidade de dizer o que se é. Assim, o próprio Encontro se designa como um “espaço de formação”. Um lugar de formação política, mas também acadêmica, é a definição mais acionada pelas pessoas que constroem esse espaço. Contudo, a definição de um “espaço de vivência” aparece como carro-chefe nas descrições dos participantes de primeira viagem. Sejam os que constroem ou já frequentam há mais tempo o ENUDS, sejam os novos participantes, todos buscam definir o ENUDS como um “espaço de vivência”, ou como pude ouvir muitas vezes (principalmente no ENUDS/Mossoró), “um espaço de liberdade”. Assim, buscamos explorar os significados dessa vivência.

Dedicamo-nos também a analisar as implicações, desafios e contradições que existem no Encontro. Para além das tensões relativas às relações com outros movimentos, exploramos os limites dos ideais de liberdade, que o próprio Encontro se impõe. Consideramos que alguns casos ou episódios, como o da Comissão de Segurança de Mulheres, no XI ENUDS, conseguem sintetizar e levar a um nível mais complexo a análise da construção da liberdade, como experiência ou vivência propiciada pelo Encontro. A expulsão de cinco enudianos dos espaços da universidade nos faz atentar, por exemplo, para o modo como que a própria liberdade sexual e a crítica às convenções de gênero propagandeadas no Encontro vão sendo concretamente moduladas.

As identidades e os novos sujeitos que se inserem na dinâmica das “vivências” do ENUDS corroboram para que ele seja um processo contínuo de construção de debates e questões que fazem parte do cotidiano dos grupos e coletivos da universidade. Ser universitário, ademais, faz dele jovem – e, como jovem, um lugar de passagem – e isso nos ajuda a perceber a diferença geracional das pautas políticas, das noções de organização e dos processos de entrada de pautas do movimento LGBT que dizem respeito à violência, saúde, visibilidade. Destacamos o fato de que essa juventude constrói suas pautas de maneira a se diferenciar dos movimentos LGBT e estudantil. Essas diferenças, construções e transformações, enfim, a pluralidade de elementos que atravessam a trajetória do ENUDS

como encontro, alicerçam-se no que podemos considerar sua principal característica: ele é universitário ou, simplesmente, tem a universidade como espaço social para sua construção.

Essas relações plurais demonstram que os conflitos não se limitam às formas de organização política. Assim como os encontros do movimento estudantil, congressos e conferências, os ENUDS derivam de uma grande articulação entre diferentes grupos e coletivos, que levam para o mesmo projetos e percepções políticas diversas. Dada essa pluralidade, a possibilidade de reunir diferentes grupos e atores está frequentemente interligada ao reconhecimento de um inimigo comum a que todos se oporiam. Contudo, a articulação contra um antagonista aparece sempre ameaçando uma desunião, gerada por aqueles que podem apoiar o inimigo, ou, nas palavras do campo, se tornar “cooptado” ou “academicista” (CENTELHAS, 2015).

Afirmar que os ENUDS são espaços de diálogo e articulação não nega as disputas e tensões. O desejo de diferenciar-se dos movimentos que o constituem faz do ENUDS um encontro onde as articulações e diálogos se mantêm no nível da “troca” e da “formação” e não na formatação de pautas conjuntas, como nos movimentos estudantil e LGBT. Ao longo desses treze anos, o ENUDS reuniu as diferentes novidades que surgiram nos mais diversos espaços dos campos que o compõem. Hoje, podemos dizer que o ENUDS se propõe a ser um espaço de formação para a “militância da diversidade sexual” e, principalmente, um lugar de “vivência” e “experiência” para os jovens universitários que não se encaixariam nas definições heteronormativas. Arriscaria dizer também que o desejo de diferenciar-se conforma o ENUDS como um espaço de formação e, por ser de formação, como um espaço de aprendizagem. Esse sentido formativo, acionado constantemente pelos enudianos é envolto por definições de um lugar que, também, carrega sentimentos, desejos, nostalgias e revolta que conformam e recarregam para atuação e continuidade na vida política.

REFERÊNCIAS

- AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”:** uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: PPGCS/IFCH/UNICAMP, 2014a.
- _____. Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito de relações estabelecidas entre “movimento social”, “gestão governamental” e “academia”. *In. Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. CASTILHO, Sergio et al. (org.). Contra Capa: Faperj. Rio de Janeiro, 2014b.
- _____; VIANNA, Adriana; GUTERRES, Analise. Limites, espaços e estratégias de participação do movimento LGBT nas políticas governamentais. *In: HEREDIA, Beatriz; LEITE LOPES, José Sergio (Orgs.). Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.
- ALBUQUERQUE, Hugo et.al. **Junho: potência nas ruas e nas redes**. São Paulo. Friedrich Ebert Stiftung (FES). 2014.
- ALMEIDA, Guilherme Silva de. **Da invisibilidade a vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, 2009.
- AMARAL, Julião. **Coletivos universitários de diversidade sexual e a crítica à institucionalização da militância LGBT**. Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.4, no 2, p.133-179, jul/dez. 2014.
- ARAGÃO, Daniel. O controle global da solidariedade: transnacionalização e privatização na adaptação estratégica de ONGs britânicas no Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, vol. 25, no. 65, pp. 269-283, 2012.
- BECKER, Howard. 1977. “De que lado estamos?”. *In: BECKER, Howard. Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BENEVIDES, Rebeca et, al. **Diversidade Sexual: quem és tu?**. 2014. Disponível em: <http://www.farofadigital.com.br/diversidade-sexual-quem-es-tu/>. Acesso em 26 fev.2014.

BLANCO, Rafael. **Universidad íntima y sexualidades públicas. La gestión de la identidad en la experiencia estudiantil.** Argentina, Miño y Dávila Editores, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 2003.

_____. **A Distinção.** São Paulo: Zouk/EdUSP. 2006 [1979].

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. A ONG e a política social – breves reflexões no contexto atual. **Revista Projeção, Direito e Sociedade.** Edição Especial. v. 3, n. 1, p. 267-273, 2012.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos PAGU**, (26), 2006.

BRASIL, Presidência da República Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto-base da conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais - Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília, Aprovado pela Comissão Organizadora, 2008.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. “Redes transnacionais de movimentos sociais na America Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 269-288, Maio/Ago. 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 [1990].

_____. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”.** New York: London, Routledge, 1993.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT. orgs. **Sociedade política no Brasil pós-64** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350.

_____. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In. _____. **A aventura antropológica.** 2ª ed. São Paulo/SP: PAZ E TERRA. p. 95-106., 1988.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos PAGU**, Campinas-SP, n. 28, pp. 65-99, 2007.

_____. Négocier les frontières, négocier aux frontières: l’anthropologie et le processus de “citoyennisation” de l’homosexualité au Brésil. Brésil(s). **Sciences humaines et sociales**, v. 4, pp.103-123, 2013.

CARVALHO, Mario. **"Muito Prazer, Eu Existo!": Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil.** Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____; CARRARA, Sergio. “Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil”. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**. No 14. agosto de 2013.

_____. **Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGSC/IMS/UERJ, 2011.

CENTELHAS, Marcela. **Construindo encontros: Movimentos sociais, Rituais e Política**. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MN/UFRJ, 2015.

DURHAM, Eunice. A Pesquisa Antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. (ed.) **A Aventura Antropológica**. 2ª ed. São Paulo/SP: PAZ E TERRA, 1988.

_____. Movimentos sociais – a construção da cidadania. In: **NOVOS ESTUDOS CEBRAP**, nº 10, São Paulo: CEBRAP, 1984.

ENUDS. **Ata da Plenária Final do III ENUDS – Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual**. Niterói/ RJ, 2005.

_____. **Plenária Final do IV Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual**. Vitória/ES, 2006.

_____. **Ata da Plenária Final do V Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual**. Goiânia/GO, 2007.

_____. **Ata da Reunião do VI Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual**. Brasília, 2008.

_____. **Regimento Interno do VII Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual**. Belo Horizonte/MG, 2009.

_____. **Ata da Plenária Final do XI Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual**. Matinhos/PR, 2013.

_____. **Material do XI Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual**. Matinhos/PR, 2013.

_____. **Ata da Plenária Final do I Pré-Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual**. Fortaleza/CE, 2013.

_____. **Ata da Plenária Inicial do XI Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual**. Mossoró/RN, 2014.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro, Guaramond, 2005.

_____. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. Bagoas: **Revista de Estudos Gays**, 2009.

_____; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. “Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, pp. 161-193, 2013.

FERNANDES, Felipe. **Muito prazer, sou CELLOS, sou de luta: a produção da identidade ativista homossexual**. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande: FURG, 2007.

_____. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. [Tese de doutorado] Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2011.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes. O movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. USP. São Paulo: 2006.

GOHN, Maria. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n. 47, maio-ago, 2011.

_____. **Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs**. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, pp. 238-253, 2013.

GOMES, Cara; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Soc. Estado**, Brasília, vol.29 no.2, 2014.

GRUN, Roberto. Escândalos, tsunamis e marolas: apontamentos e desapontamentos sobre um traço recorrente da atualidade. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2011, vol.26, n.77, pp. 151-174. ISSN 0102-6909.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria. (orgs.) **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, pp.136-145, 1996.

HEREDIA, Beatriz; LOPES LEITE, José Sergio. **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

JEGANATHAN, Pradeep. “Checkpoint: Anthropology, Identity and the State”. In DAS, Veena e POOLE, Deborah (eds). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

LEITE, Vanessa. **“Impróprio para menores”? Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LEITE LOPES, José Sergio et al. **A Ambientalização dos Conflitos Sociais: Participação e Controle Público da Poluição Industrial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

LOPES, Luiz Paulo. Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero. **Trab. linguist. apl. [online]**. 2010, vol.49, n.2, pp. 393-417. ISSN 0103-1813.

MACHADO, Frederico. **Muito além do arco-íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o estado**. [Tese de doutorado]. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG, 2007.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In. **Caminhos cruzados: Linguagens, antropologia e ciências naturais**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982.

_____. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

MESQUITA, Marcos. **Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade**. [Tese de doutorado] Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. PUC-SP. São Paulo, PUC-SP, 2006.

MOTA, Leonardo. Os movimentos sociais na crise financeira global: questões e polêmica. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 49, N. 3, p. 288-296, 2013.

NETO, Dário. **Conune e o sexo moral... E o sexo anal???**. Central de mídia independente. Disponível em: <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue//2003/06/256682.shtml> Acesso em: 20.nov.2015. 2003a.

_____. **“Conune: Deus e o Diabo na Terra do Sol...”**. Central de mídia independente. Disponível em: <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue//2003/06/257465.shtml>. Acesso em: 20.nov.2015. 2003b.

NOVAES, Regina; ALVIM, Rosilene. Movimentos, redes e novos coletivos juvenis. Um estudo sobre pertencimentos, demandas e políticas públicas de juventude. In: HEREDIA, Beatriz; LEITE LOPES, José Sergio (Orgs.). **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados**. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. FAPESP, 2009.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador. Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Rio de Janeiro, Record, 1991.

SIMMEL, George. Simmel: **Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

_____.; CARRARA, Sergio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. **Cadernos PAGU**, Campinas-SP, n. 42, pp.75-98, 2014.

TARROW, Sidney. **Power in movement. Social movements and contentious politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

_____. 1995. "Contentious repertoires in Great Britain". In: MARK, T. (ed.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press.

_____. **From mobilization to revolution**. New York: Random House, 1978.

TURNER, Vitor. **Drama, campos e metáforas**. Niterói: EdUFF, 2008.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: O panorama atual**. Rio de Janeiro: CLAM/IMS/CEPESQ, 2004.

VITAL, Christina; LEITE LOPES, Paulo Victor. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Instituto de Estudos da Religião – ISER, 2013.

Quadro 3

Entrevistados (continua)

Nome	Grupo/Coletivo	Universidade	Edições de Participação	Atuação no momento da entrevista
Dário Neto	Prisma	USP	I ao XII	Filiado ao PSOL e Doutor em Letras pela USP
Mário Carvalho	GT GLBT da UNE	USP	II ao IV	Doutor em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ
Luiz Klein	Plur@l e Organização da Parada do Orgulho de Vitória	UFES	IV	Professor na Universidade del Norte/Colômbia
Rodrigo Reduzino	–	UERJ	IV ao X	Mestrando pela UFF
Elaine Gonzaga	Colcha de Retalhos	UFG	IV ao XI	Presidenta do Conselho Estadual LGBT do Estado de Goiás
Mariana Oliveira	Pontes	UFRRJ	V ao X	Filiada ao Partido Consulta Popular, LBL e Mestre em Ciências Sociais pela UFRRJ

Entrevistados (conclusão)

Vinicius Alves	Kiu!	UFBA	VII ao X	Kiu!; Vice-presidente do Conselho Estadual da Bahia; Secretário de Relação com os movimentos sociais da ABGLT; Filiado ao PT; Coordenador do Centro de Promoção e Direitos LGBT de Salvador; Representante na cadeira “juventude LGBT” no Conselho Nacional de Juventude e no Conselho Nacional LGBT
Rebeca Benevides	Kiu!	UFBA	IX, X e XII	Kiu!; Coletivo Kilombo (BA); Diretora de Assistência Estudantil da UEB; Filiada ao PT

APÊNDICE A

Documentos analisados (continua)

Ano	Local	Documentos
2003	USP - Grupo Prisma	NETO, 2003a; NETO,2003b
2004	II ENUDS	Ata da Plenária Final do II ENUDS
2005	UFF - Diversitas	Anteprojeto do III ENUDS; Convocatória para o III ENUDS
	II Pré-ENUDS	Relatoria do II Pré-ENUDS
	III ENUDS	Ata da Plenária Final
2006	IV ENUDS	Guia de Sobrevivência; Ata da Plenária Final do IV ENUDS
2007	Via internet	Ata da Reunião Virtual do V ENUDS
	V ENUDS	Ata da Plenária Final
2008	II Pré-ENUDS	Ata da Reunião do II Pré-ENUDS do VI ENUDS
	Via internet	Ata da VI Reunião virtual do VI ENUDS; Ata da VII Reunião virtual do VI ENUDS
	VI ENUDS	Programação do VI ENUDS; Ata da Plenária Final do VI ENUDS

Documentos analisados (conclusão)

2009	Via internet	Ata da 2ª reunião da CN do VII ENUDS; Ata da 3ª reunião da CN do VII ENUDS
	VII ENUDS	Regimento Interno do VII ENUDS; Programação do VII ENUDS; Caderno de resumos e programação; Ata da Plenária Final do VII ENUDS
2010	VIII ENUDS	Caderno de Resumos do VIII ENUDS
2012	IX ENUDS	Programação do IX ENUDS
2012	I Pré-ENUDS	Relatoria I Pré-ENUDS
	X ENUDS	Moção de repúdio a CO do X ENUDS; Ata da Plenária Final do X ENUDS
2013	I Pré-ENUDS	Relatoria do I Pré-ENUDS
	XI ENUDS	Ata da Plenária Final do XI ENUDS; Deliberação da Plenária Final do XI ENUDS; Carta de repúdio enviada ao Departamento de Terapia Ocupacional UFSCAR/SP
2014	I Pré-ENUDS	Relatoria das Reuniões da CN do XII ENUDS
	II Pré-ENUDS	Programação do XI ENUDS; Relatoria da Reunião do II Pré-ENUDS
	XII ENUDS	Orientações para o XII ENUDS; Resoluções da Plenária Final do XII ENUDS

ANEXO A - Preparação do Ato-Público do XII ENUDS



Fonte: Acervo Coletivo Divergen

ANEXO B - Ato-Público do XII ENUDS

Fonte: Acervo Coletivo Divergen

ANEXO C - Ato-Público do XII ENUDS



Fonte: Acervo Coletivo Divergen

ANEXO D - Ato-Público do XII ENUDS

Fonte: Acervo Coletivo Divergen